



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025
PROCESSO N. 8503277-65.2025.8.06.0000

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 24/11/2025 às 10:00 h (Horário de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS ATÉ: 24/11/2025 às 10:00 h (Horário de Brasília).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 24/11/2025 às 10:00 h (horário de Brasília).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: formular consultas exclusivamente pelo e-mail cpl.tjce@tjce.jus.br, observando os prazos legais e informando o número da licitação.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ – TJCE, por intermédio do(a) Pregoeiro(a) e dos membros da equipe de apoio designados pela Portaria de n. 146/2022, disponibilizada no DJE, em 2/2/2022, com sede na Av. Gen. Afonso Albuquerque Lima s/n, Cambéba, CEP 60822-325, torna público para conhecimento de todos os interessados, que, no dia e hora acima indicados, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, com modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, pela Resolução do Órgão Especial nº 15/2024 e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital, com intuito de atender as necessidades deste Tribunal.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor efetivo do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A, no endereço eletrônico <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>.
- 1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário, no site: <https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, campo “Consultar Histórico”, escolher a aba “Mensagens”, referente ao lote do presente pregão eletrônico, sendo de responsabilidade da(s) licitante(s): verificar a(s) referida(s) mensagem(ns) e, ainda, arcar com o respectivo ônus por não consultá-la(s).
- 1.4. O Edital encontra-se à disposição dos interessados gratuitamente na Internet, nas páginas do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (www.tjce.jus.br), e do provedor do certame (<https://licitacoes-e2.bb.com.br/>).

2. OBJETO

- 2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.
 - 2.1.1. A licitação será realizada em lote único, conforme Anexo 2 deste Edital.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico os interessados que atenderem a todas as exigências de habilitação contidas neste Edital e seus anexos, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam, obrigatoriamente, credenciados no sistema eletrônico utilizado neste processo.
- 3.2. Não poderão disputar esta licitação direta ou indiretamente, os interessados:
 - 3.2.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

- 3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil e tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em atenção à Resolução do CNJ n. 7/2005 e suas alterações.
- 3.2.5.1. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 3.2.5.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.
- 3.2.5.3. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante.
- 3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.2.9. pessoas jurídicas reunidas na forma de consórcio nos termos da justificativa apresentada no Anexo 1 deste Edital;
- 3.2.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.11. organizados em Cooperativa, que não atenderem às prescrições artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

3.2.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3. O impedimento de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor ou a empresa, nas condições acima descrita, autora do anteprojeto, projeto básico, projeto executivo poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.6. O autor ou a empresa, nas condições acima descrita, autora do anteprojeto, projeto básico, projeto executivo não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.8. A vedação do agente público do órgão ou entidade licitante estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

4.1. O certame será conduzido pelo(a) pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

4.1.1. coordenar o processo licitatório, em especial a sessão pública e o envio de lances;

4.1.2. conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.3. receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela área

responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico;

- 4.1.4. receber as propostas de preços;
- 4.1.5. abrir e examinar as propostas de preços e classificar os proponentes;
- 4.1.6. conduzir os procedimentos relativos à etapa de lances e escolher a proposta ou o lance de menor preço;
- 4.1.7. conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 4.1.8. verificar a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
- 4.1.9. receber a documentação de habilitação;
- 4.1.10. verificar e julgar as condições de habilitação;
- 4.1.11. definir o prazo de envio de amostras de acordo com a natureza do bem licitado, quando necessário;
- 4.1.12. declarar o vencedor;
- 4.1.13. receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos, encaminhando-os à autoridade superior, quando mantiver sua decisão;
- 4.1.14. adjudicar o objeto ao licitante vencedor, quando não houver recurso;
- 4.1.15. elaborar e publicar a Ata da sessão;
- 4.1.16. encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a homologação;
- 4.1.17. deflagrar processo administrativo para apuração de irregularidades visando à aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.2. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 4.2.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis, obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País, não sendo necessário ser cliente desta instituição bancária.
- 4.2.2. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar seus representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais

atos e operações no licitações-e.

4.2.2.1. Caso seja apresentada procuração por instrumento particular, havendo dúvida quanto à sua autenticidade, será exigido o reconhecimento de firma, nos termos do art. 12, V da Lei n. 14.133/2021.

4.2.3. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.2.4. A chave de identificação e a senha terão validades determinadas pelo Banco do Brasil S.A. e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no licitações-e, sendo necessárias para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil, devidamente justificada.

4.2.5. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do Banco do Brasil S.A, ou do Tribunal de Justiça do Ceará, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.5.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao Banco do Brasil S.A. para imediato bloqueio de acesso.

4.2.7. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3. PARTICIPAÇÃO

4.3.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e, subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.3.1.1. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site

<https://licitacoes-e2.bb.com.br/>, opção “Área do Cliente”.

- 4.3.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 4.3.3. O licitante que desejar utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar no campo específico do sistema que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei, estando apto a usufruir do tratamento favorecido constante em seus art. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.3.3.1. A empresa que não se enquadrar nos requisitos do item ou lote exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, está impedida de prosseguir no certame, para aquele item ou lote;
- 4.3.3.2. A empresa que optar por não usufruir do tratamento favorecido, quando da participação em lote ou item não exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, não será beneficiada com o direito ao referido tratamento, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.3.3.3. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.
- 4.3.4. O licitante deverá enviar sua proposta eletrônica mediante o preenchimento, obrigatório, no sistema eletrônico, do valor total de sua proposta, **expresso em reais, com até 2 (duas) casas decimais** e poderá mencionar, no campo “**DESCRIÇÃO/OBSERVAÇÃO**”, as principais características do item ofertado, **VEDADA QUALQUER FORMA DE IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**.
- 4.3.4.1. Qualquer menção a marcas de referência nos anexos deste Edital constará apenas como forma ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do objeto, podendo ser substituída por marca “equivalente”, “similar” ou “de melhor qualidade”.
- 4.3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos produtos.
- 4.3.7. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão e etapas posteriores, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- 4.3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos seguintes campos:
 - 4.4.1.1. Valor unitário do item;
 - 4.4.1.2. Valor global do item;
 - 4.4.1.3. Descrição/observação, devendo ser informada neste campo a marca/fabricante, quando for o caso;
- 4.4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
 - 4.4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 4.4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.5. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o

compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.8. O descumprimento das regras supramencionadas pelo TJCE por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.9. ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

4.9.1. A partir do horário previsto no sistema, terá início a sessão pública do pregão eletrônico com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas. Caso ocorra alguma desclassificação, esta deverá ser fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelos participantes.

4.9.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

4.9.3. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais em seus valores globais.

4.9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a) e somente estas participarão da fase de lances.

4.9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.9.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.9.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.9.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 4.9.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão encaminhados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 4.9.10. Havendo a necessidade do envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances ou da convocação pelo pregoeiro, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 4.9.11. Iniciada a etapa competitiva, na data e horário determinados neste Edital, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances e poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e respectivo horário de registro e valor.
- 4.9.11.1. Para efeito de lances, será considerado o **VALOR GLOBAL** do lote.
- 4.9.12. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.
- 4.9.13. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 4.9.13.1. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 4.9.13.2. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 4.9.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO E FECHADO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 4.9.14.1. O tempo mínimo entre lances do próprio licitante em relação ao seu último lance deverá ser de 20 (vinte) segundos, quando este não for o melhor da sala. O tempo mínimo entre licitantes em relação ao melhor lance da sala deverá ser de 3 (três) segundos.
- 4.9.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 4.9.16. Encerrado o prazo previsto acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela para que possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- 4.9.16.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.9.17. Após o término dos prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 4.9.17.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.9.18. Poderá o Pregoeiro, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 4.9.19. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o(a) pregoeiro(a), quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 4.9.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, por meio de mensagem no sistema, divulgando data e hora da reabertura da sessão.
- 4.9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 4.9.22. Após o encerramento dos lances, o sistema detectará a existência de situação de empate ficto. Em cumprimento ao que determina a Lei Complementar nº 123/2006, a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que ofertou lance de até 5% (cinco por cento) superior ao menor preço da arrematante que não se enquadre nessa situação de empate, será convocada automaticamente pelo sistema, na sala de disputa, para, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizando-se do direito de preferência, ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado, sob pena de preclusão.
- 4.9.23. Não havendo manifestação da licitante, o sistema verificará a existência de outro em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo outra situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao pregoeiro dar por encerrada a disputa do lote.
- 4.9.24. O sistema informará a proposta de menor preço ao encerrar a fase de disputa, quando for o caso, após negociação e decisão pelo(a) pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

4.9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no **subitem 4.9.22** deste Edital.

4.9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

4.9.27. Somente haverá empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

4.9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

4.9.28.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

4.9.28.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

4.9.28.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

4.9.28.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

4.9.29. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

4.9.29.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

4.9.29.2. empresas brasileiras;

4.9.29.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

4.9.29.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

4.10. **DA LICITANTE ARREMATANTE**

4.10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após

definido o resultado do julgamento.

- 4.10.1.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 4.10.1.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 4.10.1.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 4.10.1.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 4.10.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 4.10.3. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 4.10.4. Encerrada a etapa de negociação da proposta, o Pregoeiro examinará a proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto à compatibilidade da proposta de preço em relação ao valor estimado e à adequação do objeto (fase de aceitação e julgamento da proposta). Em seguida, verificará também o cumprimento às demais exigências para habilitação contidas neste Edital.
 - 4.10.4.1. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o fornecedor desatender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa, o(a) pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 4.10.5. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado para a contratação, inclusive, quanto aos preços unitários.
- 4.10.6. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

4.11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

4.11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

4.11.1.1. Junto a sua proposta a licitante deverá encaminhar:

4.11.1.1.1. Declaração de responsabilidade pela autenticidade dos documentos apresentados, conforme modelo de **Declaração de Autenticidade da Documentação – Anexo 11 deste Edital**.

4.11.1.2. Constatada a ausência da declaração de autenticidade da documentação, não implicará no afastamento imediato da arrematante por considerar-se falha formal passível de saneamento nos termos deste edital.

4.11.1.3. O não cumprimento da entrega da documentação, nos prazos estabelecidos neste Edital, acarretará desclassificação/inabilitação, bem como poderá acarretar a aplicação das sanções estabelecidas na Lei Nacional nº 14.133/2021, sendo convocado o licitante subsequente, e, assim, sucessivamente, observada a ordem de classificação.

4.11.1.4. Caso o arrematante venha a ser desclassificado ou inabilitado, o(a) pregoeiro(a) convocará os demais participantes, seguindo a ordem de classificação, devendo suas propostas de preços serem entregues no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados da sua convocação realizada por meio do sistema de licitações.

4.11.2. Será verificado eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

4.11.2.1. Certificado de Registro Cadastral (CRC-Ce).

4.11.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

4.11.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

4.11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

4.11.4. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas.

4.11.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

4.11.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

4.11.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.11.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

4.11.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

4.11.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

4.11.7.1. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, inclusive aqueles relativos à habilitação, não implicarão desclassificação ou inabilitação imediata da licitante. Compete o pregoeiro conceder prazo razoável para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

4.11.7.2. A ausência de documentos, caso haja possibilidade de consulta em sites oficiais, não será considerada motivo de desclassificação.

4.11.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.11.8.1. conter vícios insanáveis;

4.11.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência

4.11.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

4.11.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.11.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus

anexos, desde que insanável.

4.11.9. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

4.11.9.1. A inexecuibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

4.11.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

4.11.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

4.11.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.

4.11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

4.11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, respeitado o valor máximo admitido pela administração para os itens;

4.11.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.11.14. A proposta deverá explicitar:

4.11.14.1. Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal;

4.11.14.2. Número do processo e do Pregão;

4.11.14.3. Planilha de quantitativos e preços por itens, em conformidade com o Anexo 2 deste Edital;

4.11.14.4. Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as exigências

contidas neste edital e seus anexos;

4.11.14.5. O prazo de validade que não será inferior a **90 (noventa) dias**, contados a partir da data da sua apresentação, razão pela qual a não manutenção das propostas no decorrer de seu prazo de validade poderá ensejar as sanções previstas no art. 90, §5º da Lei n. 14.133/2021;

4.11.14.6. Valor(es) unitário(s) e total(is) com até 2 (duas) casas decimais, conforme Anexo 2 deste Edital, devendo os valores totais serem escritos em numeral e por extenso.

4.11.15. No caso de a proposta de preços da proponente vencedora necessitar de ajuste para sanar evidente erro material, incluindo-se o caso de apresentar erros de multiplicação, somas e outros, o pregoeiro poderá fixar prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para reenvio da proposta ajustada a contar da solicitação feita por meio do sistema eletrônico do Banco do Brasil.

4.11.16. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e, por extenso, prevalecerão estes últimos.

4.12. **JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

4.12.1. Para julgamento, será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, observados os prazos para execução, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

4.12.2. A proposta final não poderá conter item com valor global superior ao estimado pela Administração, descrito no **Anexo 2** deste Edital, sob pena de desclassificação.

4.12.3. Após a apresentação da Proposta, não caberá desistência.

4.12.4. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor.

4.12.5. Serão rejeitadas as propostas que:

4.12.5.1. sejam incompletas, isto é, não contenha(m) informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do objeto licitado;

4.12.5.2. contiverem preços superiores aos praticados no mercado ou comprovadamente inexequíveis.

4.12.5.3. contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente edital e seus anexos, ou apresentarem Proposta de Preços com preços manifestamente inexequíveis;

- 4.12.6. Será desclassificada a proposta que não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo(a) Pregoeiro(a).
- 4.12.7. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema.
- 4.12.8. **Não constituirá causa de desclassificação do(a) proponente a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta e/ou documentação.**
- 4.12.9. No julgamento das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 4.12.10. Se a proposta de menor preço não for aceitável, ou se a licitante deixar de reenviá-la, ou, ainda, se o licitante desatender às exigências de habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, verificando sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste edital.
- 4.12.11. O licitante remanescente que esteja enquadrado no percentual estabelecido no art. 44, §2º, da Lei Complementar n. 123/2006, no dia e hora designados, será convocado na ordem de classificação, para ofertar novo lance inferior ao melhor lance registrado no lote, e, no prazo de 5 (cinco) minutos, utilizar-se do direito de preferência.
- 4.12.12. Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o pregoeiro avaliará as condições de habilitação da licitante.

5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação para participar do presente certame:
- 5.1.1. No caso de licitante CADASTRADO, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, compatível com o ramo do objeto licitado;
- 5.1.2. A Comissão Permanente de Contratação do TJCE verificará eletronicamente a situação do licitante no Certificado de Registro Cadastral (CRC). Caso esteja com algum documento vencido, deverá apresentá-lo juntamente com os documentos de habilitação, sob pena de inabilitação, salvo os documentos acessíveis para consultas em sítios oficiais que poderão ser consultados pelo(a) pregoeiro(a).
- 5.1.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao CRC.

5.1.4. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será inabilitado, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, §1º da Lei Complementar n. 123/2006.

5.1.4.1. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

5.1.5. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte tenha registro no CRC a sua certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.1.5.1. **Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade determinado, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.**

5.1.6. O licitante NÃO CADASTRADO no CRC junto à SEPLAG/CE deverá apresentar os documentos relacionados na opção “Informações sobre Cadastramento de Fornecedores” disponíveis no sítio: www.portalcompras.ce.gov.br, relativos à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

5.1.6.1. **Habilitação jurídica:**

5.1.6.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.1.6.1.2. No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

5.1.6.1.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.1.6.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

5.1.6.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.1.6.1.6. **Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade determinado, este deverá ser acompanhado de declaração ou**

regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.1.6.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

5.1.6.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

5.1.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.1.6.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2.10.2014, e suas alterações, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

5.1.6.2.3. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS);

5.1.6.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.1.6.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943;

5.1.6.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

5.1.6.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

5.1.6.2.8. Prova de regularidade de Tributos Municipais.

5.1.6.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

5.1.6.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de

pequeno porte enquadrada no artigo 34 da Lei n. 11.488/2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

- 5.1.6.2.11. Declaração do licitante, se couber, tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte e de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebraram contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **conforme modelo constante no Anexo 4 deste Edital;**
- 5.1.6.2.12. Declaração do licitante, se couber, tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, **conforme modelo no Anexo 5 do Edital;**
- 5.1.6.2.13. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.1.6.2.14. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, caso o representante legal da empresa integre seu quadro societário;
- 5.1.6.2.15. Procuração, acompanhada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, no caso de o representante legal da empresa ser procurador;
- 5.1.6.2.16. Declaração que não possui em seu quadro funcional menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, **conforme modelo constante no Anexo 6 deste Edital;**
- 5.1.6.2.17. Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação, **conforme Anexo 7 do Edital;**
- 5.1.6.2.18. Declaração de que atenderá às disposições sobre o quantitativo mínimo de mão de obra constituído por mulheres vítimas de violência doméstica, em percentual mínimo de 8 (oito) por cento das vagas, **conforme modelo constante no Anexo 8 do Edital** (Declaração exigível, exclusivamente, em licitações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra).
- 5.1.6.2.19. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, **conforme modelo constante no Anexo 9 deste Edital.**
- 5.1.6.2.20. Declaração de cumprimento de reserva de cargos legal para pessoa com deficiência ou reabilitado da previdência social, **conforme modelo constante no Anexo 10 deste Edital.**
- 5.1.6.2.21. Quando a licitante não estiver obrigada ao atendimento da reserva de cargos mencionada, nos termos do art. 93 da Lei Federal n. 8.213, de 24 de julho de 1991, deverá apresentar declaração relativa à isenção da citada

obrigatoriedade.

5.1.6.2.22. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados da seguinte forma:

5.1.6.2.22.1. Obrigatoriamente, da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. A contratação será celebrada com a sede que apresentou a documentação;

5.1.6.2.22.2. Sob pena de serem considerados inapropriados para o presente processo licitatório, com a consequente inabilitação da licitante, os documentos públicos ou particulares apresentados em qualquer processo de fotocópia, deverão vir em cópias autenticadas em cartório ou em cópias simples acompanhadas de originais, para fins de conferência pelo agente de contratação do TJCE, conforme Provimento do TJCE nº 15/2008 c/c Lei Nacional n. 13.726, de 8 de outubro de 2018, ou acompanhados de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

5.1.6.2.22.3. Os documentos obtidos através de sítios oficiais que estejam condicionados à aceitação via internet terão sua autenticidade verificada pelo(a) pregoeiro(a). Os documentos de habilitação disponibilizados pelos Órgãos competentes emitidos por meio eletrônico através da rede mundial de computadores (internet), para fins de julgamento, serão considerados originais, não necessitando de autenticação notarial. Outrossim, se estes forem apresentados através de cópias xerográficas, estas deverão obrigatoriamente ser autenticadas em cartório ou acompanhados de originais.

5.1.6.2.22.4. Caso haja documentos redigidos em idioma estrangeiro, estes serão somente considerados se acompanhados da versão em português, firmada por tradutor.

5.1.6.2.22.5. Dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.1.6.2.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá também solicitar originais de documentos já autenticados para fins de verificação, sendo a empresa obrigada a apresentá-los no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação, sob pena de não o fazendo, ser inabilitada.

5.1.6.2.24. Todas as certidões negativas apresentadas deverão comprovar a regularidade com os tributos pertinentes, as que se encontram positivas só serão acatadas se tiverem o mesmo valor das negativas.

5.1.6.2.25. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, esta

deverá apresentar todos os documentos exigidos para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição, conforme determina o art. 43, da Lei Complementar n. 123/2006;

5.1.6.2.26. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a regularização da situação que deu causa à restrição;

5.1.6.2.27. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará a decadência do direito à contratação sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

5.1.6.3. Habilitação técnica:

5.1.6.3.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar os documentos exigidos neste item, observadas também as disposições constantes no item 23.3 do Anexo 1 deste Edital – Termo de Referência:

5.1.3.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou empresa privada, baseado em contratação anterior pertinente ao objeto, com características compatíveis ao deste Edital, descrevendo se os serviços foram prestados a contento, de maneira eficiente e com qualidade, sem qualquer ressalva prejudicial.

5.1.6.3.2. **Capacidade técnico-operacional:** Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar os documentos exigidos neste item, observadas também as disposições constantes no item 23.4 do Anexo 1 deste Edital - Termo de Referência:

5.1.6.3.2.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto deste Edital, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado ou certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.1.6.3.2.2. Para fins da comprovação de que trata o item acima, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

5.1.6.3.2.2.1. Execução de serviços de marcenaria sob medida para ambientes institucionais e corporativos, com fornecimento e instalação de mobiliário planejado, utilizando materiais de especificação e

complexidade compatíveis com o objeto licitado, em quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do total a ser contratado.

5.1.6.3.2.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços, desde que executados de forma concomitante.

5.1.6.3.2.4. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

5.1.6.3.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo TJCE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do atestador e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos que possa requisitar.

5.1.6.3.2.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

5.1.6.3.2.7. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução juramentada para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

5.1.6.3.3. **Capacidade técnico-profissional:** Para fins de comprovação da qualificação técnico-profissional, a licitante deverá apresentar os documentos exigidos neste item, observadas também as disposições constantes no item **23.5** do Anexo 1 deste Edital - Termo de Referência:

5.1.6.3.3.1. Apresentar profissional(is) com experiência comprovada na execução de serviços de marcenaria sob medida, com fornecimento e instalação de mobiliário planejado, por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica contratante, que contemplem, ao menos, os seguintes registros de execução:

5.1.6.3.3.2. Profissional devidamente habilitado, que poderá ser o proprietário da empresa ou terceiro designado como responsável técnico, com experiência comprovada na execução de serviços de marcenaria sob medida, compatíveis com o objeto deste Edital;

5.1.6.3.3.3. Execução de serviços de fabricação e montagem de mobiliário sob medida para ambientes institucionais ou corporativos, com nível de detalhamento técnico e acabamento compatíveis com as especificações do projeto fornecido pelo TJCE.

5.1.6.3.3.4. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, sendo admitida a substituição apenas por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado(s) pelo TJCE.

5.1.6.3.3.5. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou ato profissional de sua responsabilidade.

5.1.6.3.3.6. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, previamente admitido pelo TJCE.

5.1.6.3.3.7. O(s) profissional(is) indicado(s) como Responsável(is) Técnico(s), deverá(ão), no início da execução do serviço e durante toda a sua execução, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente, que pode ser comprovado mediante cópia da carteira de trabalho do responsável técnico; contrato social da empresa, no qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade; contrato de prestação de serviço; ou, declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.

5.1.6.4. Habilitação econômico-financeira:

5.1.6.4.1. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar os documentos exigidos neste item, observadas também as disposições constantes no item **23.2** do Anexo 1 deste Edital - Termo de Referência:

5.1.6.4.1.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

5.1.6.4.1.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do PRESTADORA DE SERVIÇOS;

5.1.6.4.1.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

5.1.6.4.1.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

5.1.6.4.1.5. Índice de Endividamento Geral (EG) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco);

5.1.6.4.1.6. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

- 5.1.6.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 5.1.6.4.3. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação mediante substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 5.1.6.4.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, podendo ser exigidos mais documentos para confirmação do declarado.
- 5.1.6.4.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela CONTRATADA.
- 5.2. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.
- 5.4. O (s) documento(s) referente(s) ao item anterior deverá(ão) constar em um único arquivo apresentado após a solicitação do pregoeiro.
- 5.5. A não apresentação dos referidos documentos nos prazos fixados ensejará a desclassificação da proposta
- 5.6. O TJCE se reserva o direito de realizar diligências, a fim de elucidar quaisquer dúvidas acerca da capacidade técnica e econômico-financeira da licitante, nos termos do art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo(a) próprio(a) pregoeiro(a), na hipótese de inexistência de recursos administrativos, ou pela Autoridade Superior, na hipótese de existência de recursos administrativos.
- 5.8. Se o licitante desatender às exigências previstas, o(a) pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- 5.9. Da sessão, o sistema do Banco do Brasil S/A gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, bem como serão

registrados nos autos do processo administrativo descrito no preâmbulo deste Edital.

6. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

- 6.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(à) pregoeiro(a), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço cpl.tjce@tjce.jus.br, informando o número deste pregão no sistema do Banco do Brasil e o órgão interessado.
- 6.2. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o presente edital, mediante petição por escrito, protocolizada no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por meio do correio eletrônico: cpl.tjce@tjce.jus.br;
 - 6.2.1. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente.
- 6.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 6.4. A impugnação não terá efeito suspensivo que poderá ser concedido por decisão motivada do(a) pregoeiro(a).
- 6.5. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto se a alteração não afetar a formulação das propostas.

7. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 7.1. Do ato que encerra o julgamento das propostas ou do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, o proponente que desejar recorrer contra decisões do(a) Pregoeiro(a), poderá fazê-lo de imediato e motivadamente, até 2 (duas) horas do mencionado ato, manifestando sua intenção com o registro da síntese das suas razões, exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, sendo-lhe concedido prazo de 3 (três) dias para apresentar por escrito as razões do recurso, conforme o art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021, devidamente protocolizadas no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no endereço eletrônico constante no preâmbulo deste edital. Os demais licitantes ficam, desde logo, convidados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.
 - 7.1.1. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou da lavratura da habilitação ou inabilitação;
 - 7.1.2. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.
- 7.2. Fica assegurada aos licitantes vista imediata dos autos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contrarrazões. Os referidos Autos estarão disponíveis na sala da Comissão de Contratação do TJCE.

- 7.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos, nem acolhidas razões ou contrarrazões não enviadas nos termos prescritos neste edital.
- 7.4. Os recursos poderão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 7.5. Os recursos subscritos por representantes deverão ser acompanhados por documento comprobatório da habilitação legal.
- 7.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida.
- 7.7. Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 7.8. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 7.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 7.10. A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação via e-mail.

8. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 8.1. A adjudicação dar-se-á pelo pregoeiro quando não ocorrer interposição de recursos que encaminhará o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a homologação. Caso contrário, a adjudicação ficará a cargo da autoridade competente.
- 8.2. Não havendo interposição de recursos por parte dos licitantes o pregoeiro poderá adjudicar o objeto ao licitante vencedor, encaminhando em seguida o processo para homologação pela autoridade competente.
- 8.3. Havendo recurso(s), depois de decididos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente poderá adjudicar o objeto ao licitante vencedor e homologar a licitação.
 - 8.3.1. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao vencedor.
- 8.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 8.5. O sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.
- 8.6. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato ou documento congênere no prazo definido neste edital.
- 8.7. Na assinatura do termo de contrato ou do instrumento congênere, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo

licitante durante a vigência do termo de contrato.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro ou pela unidade demandante da licitação, em sede de diligência;
- 9.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - 9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 9.1.2.5. apresentar proposta (ou amostra) em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.6. fraudar a licitação;
- 9.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 9.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 9.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 9.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 9.1.7.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - 9.1.7.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013;
- 9.1.8. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a contratada as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e

criminal:

- 9.1.8.1. advertência;
 - 9.1.8.2. multa;
 - 9.1.8.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 9.1.8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 9.1.9. Na aplicação das sanções serão considerados(as):
- 9.1.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.1.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.1.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.1.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.1.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.1.10. A sanção de multa calculada na forma do edital ou do contrato, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.1.10.1. A licitante vencedora, uma vez contratada, sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, às sanções e penalidades administrativas, inclusive multas, conforme previsão da **Cláusula Décima Segunda do Anexo 12 – Termo de Contrato**, sem prejuízo das sanções legais e responsabilidades civil e criminal.
 - 9.1.10.2. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 9.1.10.3. Os percentuais de multas aplicadas incidirão sobre o valor global do termo de contrato licitado ou celebrado, quando moratórias.
- 9.1.11. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.1.12. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.1.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar, previstas no art. 156, III, da Lei

14.133/2021, nos termo do seu § 4º, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.1.14. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações:

9.1.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.14.2. fraudar a licitação;

9.1.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.14.3.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.14.3.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.14.3.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.14.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

9.1.14.3.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

9.1.14.4. bem como pelas infrações administrativas de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.1.15. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

9.1.16. A exigência da garantia de que trata o subitem anterior, obedecerá ao disposto no art. 58 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.1.18. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de

advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.1.19. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.1.20. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.1.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.1.22. Sempre que houver irregularidade na prestação dos serviços executados, o CONTRATANTE efetuará a apuração das ocorrências e comunicará à CONTRATADA, conforme especificado.

9.1.23. As notificações de multas e sanções são de responsabilidades da Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do TJCE, que receberá da unidade administrativa responsável e gestora do contrato os relatórios com as ocorrências insatisfatórias que comprometam a execução do termo de contrato.

9.1.24. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, oportunizando-se defesa prévia ao interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vistas ao processo.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento de contrato ou instrumento congênere, conforme **Anexo 12 deste Edital**, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, denominado TJCE, e a adjudicatária, denominada PRESTADORA DE SERVIÇOS que observará os termos da Lei n. 14.133/2021, deste Edital e demais normas pertinentes.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação expedida pelo TJCE, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. A PRESTADORA DE SERVIÇOS não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, conforme disposições do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.4. Na assinatura do termo de contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do

termo de contrato.

- 10.5. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços serão partes integrantes da contratação.

11. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes no Anexo 12 – Termo de Contrato deste Edital.

12. DO DETALHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 12.1. As condições, especificações das regras da prestação de serviços objeto deste Edital, encontram-se no Anexo 1 - Termo de Referência deste edital.

13. DO PAGAMENTO, REAJUSTE E DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 13.1. As condições de pagamento e atualizações financeiras estão descritas no Anexo 1 - Termo de Referência e no Anexo 12 - Termo de Contrato ou equivalente deste edital.

14. DA FISCALIZAÇÃO

- 14.1. As regras de gestão e fiscalização encontram-se no Anexo 1 - Termo de Referência e no Anexo 12 - Termo de Contrato ou equivalente deste edital.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO TJCE

- 15.1. As obrigações do TJCE estão encontram-se no Anexo 1 - Termo de Referência e no Anexo 12 - Termo de Contrato ou equivalente deste edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DE SERVIÇOS

- 16.1. As obrigações da PRESTADORA DE SERVIÇOS estão estabelecidas no Anexo 1 - Termo de Referência e no Anexo 12 - Termo de Contrato ou equivalente deste edital.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato(s) superveniente(s) comprovado(s) ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Tribunal de Justiça do Estado do Ceará poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

- 17.2. Iniciada a etapa de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) pregoeiro(a).

- 17.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 17.6. É facultado à(ao) Pregoeira(o) ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar obrigatoriamente na proposta e na documentação de habilitação.
- 17.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.9. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário da Justiça do Estado do Ceará.
- 17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste edital se iniciam e se vencem somente em dia de expediente no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- 17.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerão as deste Edital.
- 17.12. A participação do licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e a inobservância de qualquer dos itens descritos nele é de total responsabilidade dos participantes.
- 17.13. Qualquer informação fornecida por telefone não terá caráter formal.
- 17.14. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.
- 17.15. É vedado ao servidor dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual,

inclusive Fundações instituídas e/ou mantidas pelo Poder Público, participar como licitante, direta ou indiretamente, por si ou por interposta pessoa, dos procedimentos licitatórios disciplinados pela Lei n. 10.880/1983.

- 17.16. De acordo com a Resolução do CNJ n. 7, de 18.10.2005, e suas alterações, constitui prática de nepotismo a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento. Toda a documentação apresentada fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao licitante, ainda que se trate de originais.
- 17.17. A vedação se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
- 17.18. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.
- 17.19. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de fornecimento com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal TJCE.
- 17.20. Havendo divergência, exclusivamente quanto às especificações da descrição dos itens na descrição do sistema “licitacoes-e” do Banco do Brasil, Minuta de Contrato e outros, prevalecerão as descritas no Termo de Referência.
- 17.21. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 17.22. Os casos omissos e não previstos neste Edital serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a) do TJCE, nos termos da Legislação pertinente.

18. ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO 2 – ORÇAMENTO ESTIMADO ELABORADO PELA GERÊNCIA DE ENGENHARIA DO TJCE

ANEXO 3 – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO 4 – MODELO DE DECLARAÇÃO NÃO EXTRAPOLA A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA DE

PEQUENO PORTE.

ANEXO 5 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO 6 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

ANEXO 7 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO 8 – MODELO DE DECLARAÇÃO PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA CONSTITUÍDO POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

ANEXO 9 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

ANEXO 10 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS LEGAL PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E PARA APRENDIZ

ANEXO 11 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

ANEXO 12 – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Fortaleza, 27 de outubro de 2025.

Pedro Ítalo Sampaio Girão
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO TJCE

Rafaella Lopes Ferreira
SECRETÁRIA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL DO TJCE

Aprovado:

Cristhian Sales do Nascimento Rios
Consultor Jurídico da Presidência do TJCE

ANEXO 1 DO EDITAL – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Síntese do Tipo de Demanda: Ambientação interna do novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE) com móveis sob medida.

1. OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme os quantitativos indicados na Tabela 01 e as especificações técnicas detalhadas constantes do Anexo D:

TABELA 01 - QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS				
Nº	Unid.	Item	Especificações Técnicas	Quant.
1	Unid.	Bancada – Tipo 1	MDF amadeirado 15 mm, fechamento frontal no mesmo padrão, fixação modular tipo VB e cantoneiras inox. 13 furos Ø5 cm, iluminação LED 3000K embutida, bordas PVC/ABS. Dimensões: 14,56 x 0,73 x 0,865 m.	1
2	Unid.	Bancadas – Tipo 2	MDF amadeirado 15 mm em toda a estrutura, fixação modular tipo VB e cantoneiras inox. 11 furos Ø5 cm, iluminação LED 3000K embutida, bordas PVC/ABS. Dimensões: 9,96 x 0,73 x 0,865 m.	6
3	Unid.	Armário Mezanino – Tipo 1	5 módulos em MDF 15 mm cinza claro, portas decorativas com puxadores alumínio inox matte, fechaduras cilíndricas e dobradiças soft-close. Interior com cabideiro inox Ø20 mm. Fixação em suportes ocultos, rodapé no mesmo padrão. Dimensões: 2,05 x 0,65 x 1,80 m.	2
4	Unid.	Armário Mezanino – Tipo 2	12 módulos em MDF 15 mm Carvalho Hanover, portas com puxadores alumínio inox matte, fechaduras cilíndricas e dobradiças soft-close. Interior com prateleira superior e cabideiro inox Ø20 mm. Estrutura autoportante com rodapé no mesmo padrão. Dimensões: 5,72 x 0,65 x 2,10 m.	1
5	Unid.	Painel Estofado, com Assento Estofado, Espelhos Colados e Painel Lateral	MDF 15 mm cinza claro, módulos com espelho cristal 6 mm e perfis de alumínio para LED 3000K. Banco em MDF com assento estofado (espuma D33 + tecido impermeável), incluindo assentos soltos. Bordas em PVC/ABS. Dimensões: 5,75 x 0,45 x 2,10 m.	1
6	Unid.	Púlpito 01	MDF 15 mm amadeirado, anteparo em vidro temperado 8 mm encastrado, fixação ao piso com cantoneiras inox, bordas PVC/ABS. Dimensões: 0,96 x 0,50 x 1,39 m.	1
7	Unid.	Púlpito 02	MDF 15 mm amadeirado, anteparo em vidro temperado 8 mm, base com 4 rodízios reforçados 50 mm, bordas PVC/ABS. Dimensões: 0,90 x 0,50 x 1,15 m.	1
8	Unid.	Armário Copa	Armários superiores e inferiores em MDF 15 mm cinza claro, portas e gavetas com puxador cava inox escovado, dobradiças e corredeiras soft-close. Prateleiras removíveis em MDF, fixação por suportes ocultos. Dimensões: 4,20 m + 2,40 m (C) x 0,60 m (P) x 2,60 m (A).	1

9	Unid.	Mesa Modular	Tampo e corpo em MDF 15 mm cinza grafite, painel frontal metálico perfurado 1,2 mm com estrutura tubular aço 20x40 mm, sapatas niveladoras, bordas PVC/ABS. Dimensões: 1,00 x 0,60 x 0,76 m.	5
10	Unid.	Porta Mimetizada	Porta de madeira 40 mm com núcleo sólido, revestida em carpete de nylon (tráfego pesado). Dobradiças ocultas ajustáveis 3D, fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente embutido e batedor de borracha. Dimensões: 0,80 x 1,80 m.	1
11	Unid.	Palco Modular	Estrutura formada por módulos em madeira maciça de eucalipto, tamponados com chapas de compensado naval 18 mm, instalados de forma alinhada e estável conforme projeto executivo. Revestimento em carpete tufado de nylon, tipo comercial pesado, com propriedades de resistência a fogo e manchas. O conjunto deve garantir firmeza estrutural, acabamento homogêneo e segurança no uso.	1

1.2. Cumpre destacar que, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), os quantitativos foram estimados em metros quadrados (m²), tomando por referência a matéria-prima necessária (chapas de MDF, vidro, espelhos etc.), o que se mostrou adequado para dimensionar preliminarmente a demanda. Já no presente Termo de Referência, a estimativa foi realizada com base no mobiliário planejado pronto, expresso em unidades individualizadas, com medidas, materiais e acabamentos definidos. Essa mudança de critério não altera o escopo identificado no ETP, mas traduz os insumos estimados em produtos finais, refletindo a evolução natural do planejamento da contratação, em conformidade com os arts. 18 e 40 da Lei nº 14.133/2021, assegurando precisão orçamentária, transparência na licitação e objetividade na fiscalização contratual.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser especificados de forma objetiva — por padrões usuais do mercado — e de natureza não continuada, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. Justificativa para não participação de consórcios de empresas:

1.4.1. Sobre a participação de consórcios em processos licitatórios, Marçal Justen Filho expõe da seguinte forma:

“Há hipóteses em que as circunstâncias do mercado e (ou) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas isoladamente, não dispuserem de condições para participar da licitação. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de licitantes”

Comentário à lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª ed., Dialética, 2012, p. 565)

1.4.2. Como o objeto desta contratação não é complexo nem de grande vulto, havendo diversas empresas que possuem o conhecimento técnico e a capacidade financeira para sua execução, a participação de consórcios nessa contratação é vedada.

1.5. Justificativa para não participação de sociedades cooperativas

1.5.1. Fica vedada a participação de sociedades cooperativas neste certame, em razão da natureza técnica e operacional dos serviços de marcenaria sob medida, que

demandam responsabilidade solidária direta da empresa contratada, bem como a vinculação formal dos profissionais executores à pessoa jurídica contratada.

- 1.5.2. Tal restrição visa garantir a responsabilidade técnica formalizada, a rastreabilidade dos profissionais, o cumprimento integral das obrigações trabalhistas e previdenciárias, a segurança jurídica e a mitigação de riscos de passivo trabalhista para a Administração.
- 1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, e do art. 46, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste na entrega de um conjunto definido de móveis planejados e sob medida, incluindo confecção, transporte, montagem e instalação, conforme projeto e especificações técnicas previamente aprovados.
- 1.7. O escopo, o padrão construtivo, os materiais, os acabamentos e os quantitativos estão integralmente definidos na documentação técnica, não havendo previsão de variação de volumes durante a execução, o que permite a fixação de um valor total e certo para a execução integral do objeto.
- 1.8. Tal regime assegura maior previsibilidade orçamentária, simplifica a fiscalização e transfere à contratada o risco de eventuais variações de custos ou quantidades dentro do escopo definido, proporcionando maior segurança jurídica e administrativa para o TJCE.
- 1.9. A presente licitação será realizada em lote único, nos termos da justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, onde foram avaliadas a possibilidade e a pertinência do parcelamento do objeto para atendimento da necessidade, de modo que resultou na identificação de melhor opção sendo a licitação um único lote.
- 1.10. Na mesma toada e nos termos da justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar, entende-se tecnicamente e economicamente inviável a aplicação da cota reservada para ME e EPP na presente contratação, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, garantindo-se, assim, a integridade técnica da solução e a eficiência na execução contratual.

2. PRAZO DE VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** consecutivos com eficácia a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo **90 (noventa) dias** consecutivos para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e Recebimento Provisório, **30 (trinta) dias** consecutivos para expedição do Recebimento Definitivo dos serviços e mais **60 (sessenta) dias** consecutivos para procedimentos administrativos com vistas a finalizar o vínculo contratual entre o CONTRATANTE e a PRESTADORA DE SERVIÇOS, devendo ser rigorosamente respeitado.
- 2.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3. FUNDAMENTAÇÃO

- 3.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência visam suprir a necessidade de mobiliar adequadamente o novo prédio do Plenário do TJCE com móveis planejados e sob medida,

garantindo que o espaço esteja funcional e preparado para a realização das sessões do Tribunal Pleno e demais atividades judiciais.

- 3.2. A motivação para esta contratação decorre da entrega de um novo edifício plenário que requer ambientação específica, não atendida por mobiliário convencional existente, de modo a assegurar conforto, segurança e eficiência no desenvolvimento dos trabalhos jurisdicionais.
- 3.3. Assim, opta-se pela execução indireta mediante contratação de empresa especializada, por mostrar-se a alternativa mais conveniente e econômica, aproveitando a expertise técnica do setor privado e otimizando os recursos públicos – em consonância com o princípio da eficiência administrativa.
- 3.4. Justifica-se a aquisição de móveis planejados sob medida pela necessidade de obter mobiliário feito de acordo com as especificações estruturais e funcionais do novo Plenário, garantindo melhor aproveitamento dos espaços, padronização visual e atendimento a requisitos de ergonomia e durabilidade exigidos pelo Tribunal.
- 3.5. Entre os benefícios esperados com a contratação, destacam-se:
 - 3.5.1. A pronta disponibilização de um ambiente moderno e adequado para os trabalhos do Poder Judiciário cearense, melhorando a qualidade do atendimento aos jurisdicionados e as condições de trabalho dos magistrados e servidores; e
 - 3.5.2. A otimização do espaço físico por meio de mobiliário sob medida, contribuindo para a organização e eficiência das sessões; e a economia de longo prazo, haja vista que móveis de qualidade e devidamente instalados tendem a reduzir gastos futuros com manutenção ou substituições.
- 3.6. A presente iniciativa encontra-se alinhada às diretrizes institucionais e ao Planejamento Estratégico do TJCE (2021-2030), que prioriza a modernização da infraestrutura e a excelência na prestação jurisdicional, demonstrando a relevância desta demanda no contexto do fortalecimento da Justiça estadual. Ressalta-se, ainda, que a fundamentação da contratação, incluindo o detalhamento da necessidade que dá suporte aos quantitativos requisitados, encontra-se descrita nos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 3.7. Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC do TJCE, exercício 2025, sob o nº TJCESEADI_2025_0064, evidenciando que a demanda foi devidamente planejada e alinhada aos instrumentos de planejamento institucional, em cumprimento ao que dispõe a legislação de regência das licitações e contratos.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 4.1. Conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, os serviços pretendidos são essenciais e garantem a ambientação definitiva do novo prédio do Plenário do TJCE, já que relacionados à atividade-fim do Poder Judiciário, que necessita de instalações funcionais, adequadas e ergonomicamente planejadas para a realização de sessões e eventos institucionais, o que assegura o perfeito funcionamento de suas estruturas e a prestação de jurisdição aos cidadãos atendidos.

- 4.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência permitem que o Plenário seja devidamente equipado com mobiliário planejado e sob medida, integrado ao projeto arquitetônico e às necessidades operacionais, e se relacionam diretamente com a melhoria das condições de trabalho e atendimento, de modo a entregar condições para os trabalhos requeridos e para a boa prestação jurisdicional, por decorrência.
- 4.3. A solução adotada para atendimento da presente necessidade, nos termos do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que instrui este processo, consiste na execução de serviços de marcenaria, incluindo confecção, transporte, montagem e instalação de mobiliário planejado e sob medida, conforme especificações técnicas constantes do Anexo D deste Termo de Referência.
- 4.4. O escopo da contratação compreende a execução e instalação de mobiliário fixo em MDF e demais componentes correlatos, tais como balcões, bancadas, armários, painéis, púlpitos, mesas, portas técnicas e demais itens especificados no Anexo D.
- 4.5. Conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, a execução indireta dos serviços por empresa especializada garante maior eficiência, qualidade técnica e economia, considerando que o TJCE não dispõe de equipe própria, infraestrutura e ferramental para execução deste porte.
- 4.6. O conjunto instalado atenderá plenamente às necessidades funcionais e estéticas do Plenário, contribuindo para a imagem institucional e para o conforto de magistrados, servidores e público presente.

5. REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

- 5.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve possuir aptidão para a execução dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com objeto deste Termo de Referência.
- 5.2. Capacidade e disponibilidade para emitir notas fiscais de serviços.
- 5.3. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve alocar nas atividades somente trabalhadores com vínculos formais e necessariamente segurados do Instituto Nacional de Seguridade Social.
- 5.4. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá utilizar somente as formas juridicamente válidas para a vinculação dos trabalhadores e promover sua gestão de modo responsável, com atendimento pleno das normas e direitos trabalhistas e prevenção de riscos e acidentes de trabalho;
- 5.5. Nos casos de atividades, ou parte delas, controladas ou de exercício mediante autorização prévia, caberá à empresa a regularização e obtenção de respectiva(s) licença(s) ou registro(s);
- 5.6. Comprovar, como condição prévia à assinatura do contrato e para a manutenção contratual, o atendimento das seguintes condições:
 - 5.6.1. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016;

- 5.6.2. Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;
- 5.7. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá comprovar, no início da prestação dos serviços e a cada prorrogação contratual, o cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93 da Lei no 8.213/1991.
- 5.8. Na medida em que se trata de contratação de serviços de marcenaria sob medida, adicionalmente a empresa deverá comprovar:
- 5.8.1. Experiência prévia comprovada na fabricação e instalação de mobiliário planejado e sob medida, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privada, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência, a serem apresentados na fase da habilitação técnica; e
- 5.8.2. Os demais requisitos relativos à estrutura física, equipamentos necessários e materiais em conformidade com normas técnicas deverão ser observados pela contratada na fase de execução, nos termos das obrigações previstas no item 16 deste Termo de Referência.

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- 6.1. A execução do objeto terá início a partir da emissão da ordem de serviço, a ser expedida pelo TJCE, e observará os prazos e condições estabelecidos no contrato.
- 6.2. Os serviços compreendem o fornecimento, transporte, montagem e instalação de mobiliário sob medida, incluindo todos os materiais, insumos, ferramentas e equipamentos necessários, cuja responsabilidade será integral da PRESTADORA DE SERVIÇOS, conforme detalhamento constante nos anexos técnicos e pranchas do projeto de marcenaria (Anexo E).
- 6.3. Os serviços serão considerados executados com a devida qualidade desde que observadas as normas técnicas aplicáveis e as especificações técnicas constantes do Anexo D, garantindo perfeito alinhamento, nivelamento, fixação, acabamento e funcionalidade dos elementos instalados.
- 6.4. **Cronograma de realização dos serviços**
- 6.4.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá apresentar à fiscalização, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da emissão da ordem de serviço, o cronograma detalhado de execução, contemplando eventuais etapas de entrega parcial e respectivos pagamentos, em conformidade com o projeto executivo, os ambientes a serem atendidos e as diretrizes operacionais do TJCE.
- 6.4.2. A fiscalização terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para analisar e deliberar sobre o cronograma apresentado, podendo aprová-lo integralmente ou solicitar ajustes técnicos.

6.4.3. Após aprovação formal pela fiscalização, a PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

6.5. As atividades previstas deverão ser realizadas, preferencialmente, entre 08h e 17h, de segunda a sexta-feira, com possibilidade de extensão de horário ou execução em períodos extraordinários, desde que previamente autorizados pela fiscalização, mediante planejamento específico.

7. LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão prestados nas dependências do novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE, localizado na Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n, Cambéa, Fortaleza/CE. Telefones: (85) 3108- 1538/1537/1239.

8. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS E FORNECIDOS

8.1. Os serviços exigem a utilização de materiais de padrão elevado, com características técnicas compatíveis com o projeto arquitetônico e executivo aprovado, admitindo-se a substituição por produtos de qualidade superior, desde que previamente aprovados pela fiscalização do TJCE.

8.2. Todos os materiais deverão ser novos, em perfeito estado de conservação, livres de defeitos, e fornecidos em quantidade suficiente para atender à totalidade dos serviços contratados. Compete à PRESTADORA DE SERVIÇOS especificar, em sua proposta, os materiais que pretende utilizar, detalhando suas características técnicas, composição, acabamento e dimensões, de forma a permitir a análise e aprovação pela Administração.

8.3. Os materiais a serem fornecidos pela PRESTADORA DE SERVIÇOS incluem, exemplificativamente:

8.3.1. Painéis MDF de alta qualidade, com revestimento melamínico, acabamento em padrão amadeirado ou liso, conforme especificações técnicas do projeto;

8.3.2. Ferragens e componentes metálicos (dobradiças, corrediças telescópicas, suportes, puxadores, parafusos e fixadores), com acabamento em aço inox ou similar;

8.3.3. Vidros temperados, espelhos, chapas metálicas e outros elementos previstos nos móveis planejados;

8.3.4. Revestimentos especiais, fitas de borda, elementos de acabamento, colas e selantes de qualidade compatível com o uso institucional;

8.3.5. Material para fixação e instalação dos mobiliários, como buchas, parafusos, ganchos, entre outros, adequados aos diferentes tipos de superfície.

9. MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS

9.1. Todas as máquinas, ferramentas, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços deverão ser fornecidos pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, que também será responsável por sua guarda, transporte, operação e manutenção durante toda a vigência contratual.

9.2. Incluem-se, exemplificativamente:

- 9.2.1. Equipamentos de corte, usinagem, nivelamento e montagem de móveis (serras, tupias, parafusadeiras, lixadeiras, grampeadores, entre outros);
- 9.2.2. Dispositivos de medição e controle (trenas a laser, níveis, esquadros e similares), com precisão compatível com os serviços;
- 9.2.3. Equipamentos de proteção coletiva e individual, incluindo itens como aspiradores industriais, extensões elétricas, EPIs obrigatórios e dispositivos de sinalização de segurança.

10. UNIFORMES

- 10.1. Os empregados da PRESTADORA DE SERVIÇOS deverão portar crachá funcional da empresa, com foto recente, e usar uniformes, por ela fornecidos e previamente convencionados com o TJCE, que deverão ser padronizados, completos e compatíveis ao tipo de serviço, contendo identificação da PRESTADORA DE SERVIÇOS, com pelo menos as seguintes peças do vestuário:
 - 10.1.1. Camisa de manga curta ou longa, padronizada, com identificação da PRESTADORA DE SERVIÇOS;
 - 10.1.2. Calça de tecido resistente, adequada à atividade operacional;
 - 10.1.3. Calçado fechado tipo botina ou similar, com solado antiderrapante.
- 10.2. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá fornecer, sem ônus adicional para o TJCE, todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à execução dos serviços, em conformidade com as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho vigentes, especialmente a NR-6, garantindo a proteção dos seus empregados contra riscos físicos e mecânicos relacionados às atividades contratadas.
- 10.3. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá fornecer, no início da execução contratual, uniformes completos a todos os trabalhadores envolvidos na prestação do serviço, devendo manter reposição sempre que necessário.
- 10.4. Não obstante a previsão de periodicidade acima pontuada, que tem a finalidade precípua de orientar a estimativa orçamentária da contratação, caberá à PRESTADORA DE SERVIÇOS garantir que seus empregados se apresentem sempre com uniformes em boas condições de uso, transmitindo, assim, uma imagem profissional e representativa do TJCE.

11. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

- 11.1. Os trabalhadores alocados pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverão possuir capacitação mínima para o exercício das atividades nos ambientes do **CONTRATANTE**, o que contempla, ao menos, o domínio da língua portuguesa lida e falada e noções básicas de matemática.
- 11.2. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deverá comprovar, na fase de habilitação, que dispõe de profissionais qualificados e com experiência compatível com as atividades objeto deste Termo de Referência, mediante a apresentação de atestados e documentos idôneos, nos termos da legislação vigente e dos requisitos estabelecidos no item 23.

12. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 12.1. O prazo mínimo de garantia legal dos bens fornecidos é aquele estabelecido no artigo 26 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), devendo ser incorporado eventual prazo superior oferecido pelo fabricante, ou por meio de oferta pública, proposta comercial ou qualquer outro documento da contratação.
- 12.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar e não inferior à garantia legal, será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo do objeto.
 - 12.2.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá garantir, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a integridade estrutural e o acabamento do mobiliário, bem como o perfeito funcionamento de ferragens, sistemas de fixação, iluminação integrada e demais componentes, contados a partir do recebimento definitivo.
- 12.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos serviços pela própria PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 12.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados nos serviços ou sua degradação acelerada dentro do período garantido, compreendendo, caso couber, o refazimento, realização de ajustes, reparos e correções necessárias e mesmo substituição de produtos, materiais ou insumos que se mostrem impróprios ou sem condições de utilização.
- 12.5. As peças sob responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 12.6. Uma vez notificada, a PRESTADORA DE SERVIÇOS realizará a reparação ou substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da notificação.
- 12.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do TJCE.
- 12.8. Decorrido o prazo para refazimentos, reparos e substituições, sem o atendimento da solicitação do TJCE e sem apresentação de justificativa plausível pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, fica o TJCE autorizado a contratar empresa diversa para atender às necessidades de refazimento, reparação, ajustes ou as substituições que se façam pertinentes, bem como a exigir da PRESTADORA DE SERVIÇOS o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda das garantias vigentes e sem prejuízo da aplicação de penalidades à PRESTADORA DE SERVIÇOS por descumprimento do compromisso de garantia.
- 12.9. Os custos incorridos na contratação de terceiros e na substituição de peças ou materiais, por decorrência de garantia não atendida no prazo notificado, serão devidos e cobrados a PRESTADORA DE SERVIÇOS que desatender ao prazo de atendimento da garantia, podendo ser descontados diretamente de créditos que esta tenha junto ao TJCE ou mesmo obtidas por meio das garantias financeiras prestadas na contratação, quando exigidas.
- 12.10. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo exigibilidade e aplicação de penalidades em caso

de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

- 12.11. O desatendimento do prazo e providências de garantia determina adicionalmente a aplicação de penalidade administrativa à PRESTADORA DE SERVIÇOS, na medida em que configura descumprimento de contrato.

13. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- 13.1. Além dos parâmetros específicos de sustentabilidade intrinsecamente vinculados ao tipo de objeto contratual, a PRESTADORA DE SERVIÇOS deve estar em conformidade com exigências que fomentem a adoção de boas práticas destinadas a otimizar o uso de recursos, reduzir a incidência de desperdícios, mitigar a poluição e considerar atentamente as preocupações de cunho social.
- 13.2. Estes critérios englobam:
- 13.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes, visando à proteção da saúde e do meio ambiente;
 - 13.2.2. Adoção de embalagens sustentáveis e de baixo impacto ambiental, priorizando materiais recicláveis, reutilizáveis ou biodegradáveis. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deve buscar minimizar o desperdício de recursos na embalagem de seus produtos, bem como considerar opções que reduzam a geração de resíduos sólidos e contribuam para a preservação do meio ambiente. Além disso, a embalagem deve ser projetada de forma eficiente, levando em consideração seu transporte e armazenamento, com o objetivo de reduzir as emissões de carbono associadas à logística;
 - 13.2.3. Substituição de substâncias tóxicas por alternativas atóxicas ou de menor toxicidade, garantindo a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental;
 - 13.2.4. Adoção de práticas que promovam a racionalização e economia no consumo de energia elétrica e água, contribuindo para a redução dos impactos ambientais;
 - 13.2.5. Treinamento e capacitação periódicos dos empregados, com foco em boas práticas de redução de desperdícios, poluição e considerações sociais, visando ao desenvolvimento sustentável;
 - 13.2.6. Implementação de programas de reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação, reduzindo o impacto ambiental e fomentando a inclusão social;
 - 13.2.7. Promoção da utilização de água de reuso ou outras fontes, como águas pluviais ou de poços certificados como isentos de contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, sempre que viável, visando a conservação dos recursos hídricos e a preocupação social com o acesso à água limpa; e
 - 13.2.8. A prestadora deverá garantir a rastreabilidade da origem da madeira utilizada, mediante apresentação de documentação de procedência certificada ou equivalente, observando critérios de sustentabilidade e conformidade com as exigências normativas aplicáveis.

- 13.3. Dessa forma, a PRESTADORA DE SERVIÇOS não apenas se compromete com a sustentabilidade ambiental, mas também com o bem-estar da sociedade, cumprindo requisitos que abrangem tanto aspectos ecológicos quanto sociais.

14. SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

15. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E VERIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- 15.1. O preço fixado em contrato para a prestação dos serviços se refere à execução com a máxima qualidade. Portanto, a execução contratual que atenda, mesmo que parcialmente, os objetivos contratados sem a máxima qualidade, importará pagamento proporcional pelo realizado, seguindo os critérios definidos neste instrumento e constantes dos anexos.
- 15.2. Tais ajustes visam assegurar o recebimento dos objetos, mesmo diante de eventuais imperfeições em sua execução, com a dedução prevista no artigo 144 da Lei nº 14.133/21, promovendo-se pagamento proporcional ao realizado, de modo a evitar superfaturamento e locupletamento.
- 15.3. Entretanto, eventuais falhas e descumprimentos contratuais verificados, seja por não estarem nas previsões ou faixas de admissibilidade dos instrumentos de medição de resultados, seja por se situarem no nível mínimo destas, serão devidamente apurados em processos administrativos próprios, podendo resultar em aplicação de penalidade, sem prejuízo de possível rescisão do contrato.
- 15.4. Após terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do TJCE apresentará à PRESTADORA DE SERVIÇOS o instrumento “Medição de Serviços Prestados” que conterá, no mínimo:
- 15.4.1. Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- 15.4.2. Número do Contrato;
- 15.4.3. Partes Contratuais;
- 15.4.4. Síntese do objeto;
- 15.4.5. Listagem de ocorrências e medições;
- 15.4.6. Fator percentual de aceitação e remuneração dos serviços.
- 15.5. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve avaliar com atenção os impactos prováveis do instrumento “Medição de Serviços Prestados” ante a qualidade esperada dos seus serviços e respectivos impactos financeiros, de modo a precificar com responsabilidade, pois não haverá flexibilização de medições ou de valores a serem pagos.
- 15.6. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** deve avaliar com atenção os impactos prováveis do instrumento “Medição de Serviços Prestados” ante a qualidade esperada dos seus serviços e respectivos impactos financeiros, de modo a precificar com responsabilidade, pois não haverá flexibilização de medições ou de valores a serem pagos.
- 15.7. **Indicadores de Desempenho (IMR)**

- 15.7.1. Os indicadores de desempenho (Tabela 02) foram definidos a partir da análise do mapa de riscos apresentado no Anexo 1, priorizando objetividade, mensurabilidade e alinhamento às metas contratuais. Buscam assegurar a máxima qualidade na execução dos serviços de marcenaria planejada, abrangendo prazos, conformidade técnica e qualidade dos acabamentos.
- 15.7.2. Principais Indicadores:
- 15.7.2.1. Cumprimento do Cronograma de Execução
- 15.7.2.1.1. Descrição: Avalia a realização das etapas de confecção, transporte, montagem e instalação do mobiliário planejado, em conformidade com o cronograma aprovado.
- 15.7.2.1.2. Meta: 100% de cumprimento dos prazos.
- 15.7.2.1.3. Consequência: Redução proporcional do pagamento e aplicação das penalidades previstas em caso de atrasos não justificados.
- 15.7.3. Conformidade Técnica da Instalação
- 15.7.3.1. Descrição: Verifica se os itens foram confeccionados e instalados conforme projeto executivo, especificações técnicas (Anexo D) e normas aplicáveis (NBR 13966 e demais correlatas).
- 15.7.3.2. Meta: 100% de conformidade com o projeto e normas técnicas.
- 15.7.3.3. Consequência: Ajustes no pagamento e correção obrigatória dos serviços em caso de desvios.
- 15.7.4. Qualidade do Acabamento e dos Materiais Utilizados
- 15.7.4.1. Descrição: Avalia se os mobiliários foram entregues com padrões de acabamento em MDF, ferragens, estofados e revestimentos de acordo com as especificações, sem falhas de execução, imperfeições visuais ou comprometimento da durabilidade.
- 15.7.4.2. Meta: 100% de conformidade com os materiais e acabamentos previstos.
- 15.7.4.3. Consequência: Glosa proporcional no pagamento e substituição dos itens em caso de não conformidade.
- 15.7.5. Os indicadores serão monitorados pela fiscalização designada, por meio de vistorias presenciais, relatórios fotográficos e termos de recebimento, assegurando rastreabilidade, detecção tempestiva de falhas e adoção de medidas corretivas.

TABELA 02 – INDICADORES DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

Indicador 1 - Cumprimento do Cronograma de Execução

Item	Descrição
Finalidade	Assegurar que os serviços de fabricação, transporte e instalação dos mobiliários planejados sejam concluídos dentro dos prazos estipulados no cronograma aprovado.
Meta	100% das etapas previstas nos prazos estabelecidos.
Instrumento de medição	Ordem de serviço e cronograma detalhado aprovado pela Administração.

Forma de acompanhamento	Fiscalização documental e presencial periódica.
Periodicidade	Semanal, conforme validação da fiscalização.
Mecanismo de cálculo	$(\text{Dias decorridos}) = (\text{Data de execução efetiva}) - (\text{Data limite prevista no cronograma aprovado})$.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>a) Cumprimento integral do prazo: 100% do valor devido.</p> <p>b) Atraso de até 5 dias: valor base de 99% do(s) item(ns).</p> <p>c) Atraso entre 5 e 10 dias: valor base de 95% do(s) item(ns).</p> <p>d) Atraso acima de 10 dias: valor base de até 90% do(s) item(ns), podendo ensejar a abertura de processo administrativo.</p>
Indicador 2 – Conformidade Técnica da Instalação	
Finalidade	Garantir que todos os itens (bancadas, armários, painéis, púlpitos, etc.) sejam instalados nos locais definidos no projeto executivo, respeitando dimensões, alinhamentos e padrões técnicos.
Meta	Instalar 100% dos itens conforme projeto executivo e especificações técnicas.
Instrumento de medição	Relatórios de vistoria técnica e checklists de conformidade.
Forma de acompanhamento	Fiscalização presencial in loco durante e após a instalação.
Periodicidade	Conforme a execução de cada etapa/ambiente.
Mecanismo de cálculo	$\text{Percentual de conformidade} = (\text{Itens instalados corretamente} / \text{Total de itens previstos}) \times 100$.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>a) Conformidade integral (100%): 100% do valor devido.</p> <p>b) Conformidade 95% a 99%: base de 98%.</p> <p>c) Conformidade 90% a 94%: base de 95%.</p> <p>d) Conformidade < 90%: base de 90%, podendo ensejar reexecução sem ônus.</p>
Indicador 3 – Qualidade do Acabamento e Materiais Utilizados	

Finalidade	Garantir que o mobiliário seja produzido e instalado com MDF, ferragens, puxadores, tecidos e acabamentos dentro das especificações técnicas e do padrão arquitetônico definido.
Meta	Utilizar 100% dos materiais conforme especificações do Anexo D, sem substituições não autorizadas.
Instrumento de Medição	Relatórios de amostragem, inspeção de materiais e laudos de recebimento emitidos pela fiscalização.
Forma de Acompanhamento	Inspeção técnica em fábrica (quando aplicável) e após instalação no local.
Periodicidade	A cada entrega/instalação.
Mecanismo de Cálculo	Percentual de conformidade = (Itens em conformidade / Total de itens inspecionados) × 100.
Faixas de Ajuste no Pagamento	a) Integral (100%): 100% do valor devido. b) Conformidade 95% a 99%: base de 97%. c) Conformidade < 95%: glosa de 10% e obrigação de substituição imediata.

16. OBRIGAÇÕES DA PRESTADORA DE SERVIÇOS EM RELAÇÃO AO OBJETO

16.1. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Contrato, seus anexos e proposta apresentada, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 16.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 16.1.2. Comunicar ao TJCE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que anteceda eventual dificuldade executiva, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e sugestão de reacomodação de agenda de atividades;
- 16.1.3. Executar o contrato dentro dos prazos estipulados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e nas quantidades solicitadas;
- 16.1.4. Atender prontamente, por seu representante legal instrumentalizado, o representante do TJCE com vista a discutir realidades de execução dos serviços e ajustes necessários;
- 16.1.5. Adotar todas as medidas preventivas no sentido de se minimizar acidentes ou danos que venham a comprometer a segurança, qualidade e a quantidade de serviços executados;
- 16.1.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responder por danos causados diretamente a terceiros ou ao TJCE, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

- 16.1.7. Assumir toda a responsabilidade pelos custos diretos e indiretos e por quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, contribuições fiscais e parafiscais, comerciais, adicionais de insalubridade, periculosidade, relacionados a acidentes de trabalho, alimentação, transporte ou outro benefício de qualquer natureza merecido pelos trabalhadores, taxas públicas, taxas de administração, fretes, carga e descarga, seguros, deslocamentos de pessoal, validades e garantias, e quaisquer outros.
- 16.1.8. Assumir e reembolsar eventuais condenações judiciais de qualquer natureza que forem devidas a empregados ou subcontratados pelo desempenho dos serviços objeto deste Termo de Referência, isentando o TJCE de qualquer vínculo ou ônus direto com trabalhadores, prestadores de serviços ou fornecedores relacionados a este contrato e de qualquer cobrança adicional por decorrência de obrigações com estes;
- 16.1.9. Exigir que seus trabalhadores mantenham um comportamento cortês, profissional e empático durante o atendimento aos usuários internos e externos. Isso inclui uma comunicação clara, respeitosa, protocolarmente adequada e amigável, independentemente do canal utilizado;
- 16.1.10. Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas para redução de desperdícios;
- 16.1.11. Nomear, de modo documentado na forma do anexo deste Termo de Referência, PREPOSTO responsável pelos contatos e organização para realização dos serviços, com a missão de garantir o bom andamento deles, coordenando, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços;
- 16.1.12. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao TJCE ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de o TJCE proceder à fiscalização ou acompanhamento de execução dos referidos serviços;
- 16.1.13. Apresentar mensalmente ao TJCE a documentação referente à regularidade com os pagamentos e compromissos assumidos relacionados à execução dos serviços;
- 16.1.14. Observar e cumprir as normas relacionadas à segurança e higiene do trabalho;
- 16.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do TJCE;
- 16.1.16. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus trabalhadores e todos que adentrem em locais ou se relacionem com integrantes do TJCE, das normas disciplinares e de conduta do TJCE;
- 16.1.17. Manter absoluto sigilo quanto às informações e documentos acessados direta ou indiretamente por meio de seus trabalhadores;
- 16.1.18. Promover a destinação final ambientalmente adequada para rejeitos decorrentes das atividades desempenhadas neste contrato.

17. OBRIGAÇÕES DO TJCE EM RELAÇÃO AO OBJETO

- 17.1. O TJCE deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, Contrato e seus anexos e ainda:

- 17.1.1. Indicar os locais onde deverão ser prestados os serviços;
- 17.1.2. Dar os meios aos trabalhadores da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** para realização dos trabalhos, tais como acesso a locais e suprimentos básicos que não tenham ficado a cargo da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, tais como, usualmente, energia elétrica e água;
- 17.1.3. Promover reuniões, quando necessário ou quando solicitadas pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, de modo a garantir alinhamento informativo e técnico, assim como qualidade da execução e o domínio dos processos e resultados.

18. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 18.1. A execução do contrato será acompanhada por representante(s) do TJCE, definido(s) como Gestor e Fiscal(is) do Contrato, que manterá(ão) comunicação com o representante indicado pela PRESTADORA DE SERVIÇOS, denominado PREPOSTO.
- 18.2. A PRESTADORA DE SERVIÇOS designará formalmente o PREPOSTO da empresa, na forma do modelo do Anexo 2, que deverá manter-se acessível e disponível para tratamento das questões executivas do contrato por todo o período de realizações contratuais, podendo a PRESTADORA DE SERVIÇOS nomear mais de um PREPOSTO para o encargo.
- 18.3. As comunicações entre o TJCE e a PRESTADORA DE SERVIÇOS devem ser realizadas por escrito, preferencialmente de forma eletrônica e concentradamente pelo representante legal da empresa ou preposto do contrato.
- 18.4. A fiscalização poderá ser efetivada por amostragem e com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo.
- 18.5. A fiscalização da execução será efetuada pelo fiscal técnico, que acompanhará a entrega e exigirá que sejam cumpridas todas as exigências relacionadas ao fornecimento, de modo a assegurar os melhores resultados para o TJCE.
- 18.6. A fiscalização técnica deve avaliar, através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), a qualidade e condições da entrega e recebimento dos objetos, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 18.7. A fiscalização técnica deve monitorar a qualidade dos objetos entregues em cotejo com as especificações deste Termo de Referência, devendo intervir para requerer à PRESTADORA DE SERVIÇOS a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 18.8. Poderão ser exigidos documentos comprobatórios e evidências da PRESTADORA DE SERVIÇOS, para confrontar com a proposta e detalhamentos deste Termo de Referência em busca da conferência de adequação.
- 18.9. A fiscalização abrange, ainda, as seguintes verificações específicas nos serviços prestados:
 - 18.9.1. Solidez e estabilidade estrutural dos mobiliários instalados, considerando a resistência, fixação e segurança no uso.
 - 18.9.2. Qualidade dos acabamentos aplicados, abrangendo alinhamentos, ajustes, colagens, pintura, bordas, laminados, puxadores, ferragens e demais elementos, em conformidade com as especificações do Anexo D.

- 18.10. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou não, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do TJCE ou de seus agentes.
- 18.10.1. Tratando-se de equipamentos, materiais, insumos ou quaisquer outros alcances fornecidos pelo TJCE para a realização das atividades, deverá a PRESTADORA DE SERVIÇOS avaliar a adequação dos mesmos e solicitar substituição, quando inadequados, não sendo admitido associar a falta de qualidade destes ao resultado dos serviços, vez que o conhecimento técnico mais apurado e responsabilidade pelas entregas finais de serviços são da PRESTADORA DE SERVIÇOS.
- 18.11. A fiscalização do TJCE anotará no histórico do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, podendo exigir da PRESTADORA DE SERVIÇOS acompanhamento e participação nos registros e restando esta obrigada a tal.
- 18.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, sem prejuízo de promover o sancionamento porventura cabível.

19. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 19.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 19.2. Em caso de constatação de desvios executivos ou defeitos que comprometam a qualidade do objeto, bem como má-fé da **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, esta fica obrigada a corrigir ou complementar os serviços no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, contados a partir da notificação encaminhada pelo TJCE.
- 19.3. **Recebimento provisório**
- 19.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo TJCE no ato da instalação, após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no Contrato e na proposta, com base no termo constante no Anexo 3 – Termo de Recebimento Provisório, conforme cada rota estabelecida no cronograma aprovado pelo fiscal técnico, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 19.3.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até **5 (cinco) dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 19.3.2.1. O prazo indicado acima será contado a partir do recebimento da comunicação de conclusão dos serviços, encaminhada pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, acompanhada da devida comprovação da prestação realizada, de acordo com cada rota estabelecida no cronograma aprovado pela fiscalização técnica.

19.3.3. Para efeito de recebimento provisório:

- 19.3.3.1. Será apurado o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste instrumento, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**;
- 19.3.4. Será verificada, no que couber, a manutenção da idoneidade trabalhista e previdenciária.
- 19.3.5. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito em relação ao mesmo período ou conjunto de serviços, com a entrega do último.
- 19.3.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 19.3.7. O pagamento não será encaminhado e nenhum prazo de pagamento contará enquanto haja pendência de recebimento ou indicação de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 19.3.8. O recebimento e aceitação dos serviços, inclusive quando conte com subcontratação, não excluirá a responsabilidade civil da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** pela qualidade, durabilidade, solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

19.4. **Recebimento definitivo**

- 19.4.1. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, após confirmação das características e verificação da qualidade e quantidade dos serviços, assim como atendimento das demais obrigações contratuais, sendo expedida a competente aceitação, mediante termo circunstanciado
- 19.4.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução do objeto, será realizado pelo gestor do contrato, conforme termo constante no Anexo 4 - Termo de Recebimento Definitivo e é condição para iniciar a contagem do prazo de pagamento.
- 19.4.3. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, por escrito, as respectivas correções.
- 19.4.4. Podem ser recusados serviços integral ou parcialmente, a critério do TJCE, e toda informação divergente do contrato e fato gerador para a recusa será formalmente registrada e comunicada à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.
- 19.4.5. A recusa da nota fiscal poderá ser feita devido à ausência de documentação exigível que deveria acompanhá-la, negativa por parte da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** de promover a substituição ou de emissão de cartas de correção, ou mesmo por conta

de demais não conformidades ocorridas durante as etapas do processo de recebimento que não tenham sido corrigidas.

- 19.4.6. Em caso de recebimento parcial da nota fiscal, poderá disponibilizar os serviços parcialmente recebidos e atestados para utilização. Contudo, será estabelecido um prazo à **PRESTADORA DE SERVIÇOS** para solução do problema. Caso a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** não resolva a pendência até o prazo estipulado, o TJCE procederá com a instrução de pagamento da nota fiscal à **PRESTADORA DE SERVIÇOS**, com a glosa referente aos serviços ou materiais não entregues ou não conformes.

20. CRITÉRIO DE PAGAMENTO

- 20.1. Os pagamentos serão realizados por meio de depósito bancário em conta indicada pela CONTRATADA, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo das parcelas ou etapas executadas, conforme cronograma aprovado pela fiscalização.
- 20.2. A efetivação do pagamento ficará condicionada à apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente atestada, e à manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária exigida para a contratação, nos termos da legislação vigente.
- 20.2.1. Constatada a situação de irregularidade da PRESTADORA DE SERVIÇOS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias**, regularize sua situação ou apresente justificativa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do TJCE.
- 20.2.2. Persistindo a irregularidade, o TJCE poderá adotar as medidas necessárias à extinção do contrato, bem como a possibilidade de contratação de remanescente.
- 20.3. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do TJCE, não será extinto o contrato com a PRESTADORA DE SERVIÇOS inadimplente.
- 20.4. A(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) ser emitida(s) em nome do TJCE conforme sua indicação, de acordo com a fonte de recursos indicada na nota de empenho.
- 20.5. Nenhum pagamento isentará a PRESTADORA DE SERVIÇOS das suas responsabilidades e obrigações assumidas.
- 20.6. O TJCE não se responsabiliza por qualquer despesa bancária, nem por qualquer outro custo não previsto na proposta e nos documentos que parametrizam a licitação e contratação.

21. DESCONTOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Conforme descrito neste Termo de Referência, os valores a serem pagos à PRESTADORA DE SERVIÇOS pelas execuções havidas corresponderão à medição dos resultados auferidos, impondo glosas (descontos) em relação ao não entregue ou recebido, seja quantitativamente, seja qualitativamente, nos termos instituídos em contrato, neste Termo de Referência e nos anexos Instrumentos de Medição de Resultados.
- 21.2. Para descumprimentos ou execuções que extrapolem os limites de aceitabilidade dos Instrumentos de Medição de Resultado, serão aplicadas as penalidades previstas na Lei 14.133/21.

- 21.3. As hipóteses de sanções administrativas estarão previstas em edital e em contrato, salvo em situações específicas previstas no Termo de Referência.
- 21.4. Nos termos do art. 162 da Lei nº 14.133/21, o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, conforme abaixo:

#	Conduta	Penalidade
a)	Atraso injustificado na entrega de documentações previstas no Termo de Referência, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% do valor global do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, devendo ser aplicado, no máximo, 10% do valor global do contrato.
b)	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	<p>A multa moratória será calculada da seguinte forma: $M = (0,33\% \times Da) \times VFA$ Onde: M = valor da multa; Da = dias de atraso no período apurado (vide fórmula abaixo); VFA = valor financeiro em atraso do período apurado (vide fórmula abaixo). OBS: O valor do fator $(0,33\% \times Da)$ é limitado a 20%.</p> <p>Os dias em atraso (Da) serão calculados pela fórmula: $Da = DPC \times (Qp - Qm) / Qp$ O valor financeiro em atraso (VFA) será calculado pela fórmula: $VFA = (Qp - Qm)$ Onde: DPC = dias previstos no cronograma para executar a quantia financeira prevista no período apurado; Qp = quantia financeira prevista para pagamento dos serviços no período apurado, conforme cronograma; Qm = quantia financeira correspondente a soma dos itens efetivamente executados no período apurado.</p> <p>Caso o valor financeiro em atraso VFA de cada período atingir mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total previsto para o respectivo período dos serviços, o TRIBUNAL PODERÁ extinguir o Contrato por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa de extinção do Contrato de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato.</p>

- 21.5. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, considera-se inexecução total do contrato:

- 21.5.1. Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
- 21.5.2. Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração.

22. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 22.1. A **PRESTADORA DE SERVIÇOS** prestará garantia de execução do contrato, conforme artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato e com abrangência temporal equivalente à duração do contrato acrescida de 90 (noventa) dias.
 - 22.1.1. A parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.
- 22.2. Em contratos que haja sido exigida garantia, à execução dos serviços não poderá ser iniciada antes de confirmada a garantia prestada.
- 22.3. Demais cláusulas em relação à garantia da contratação constarão no contrato.

23. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

23.1. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 23.1.1. O **PRESTADOR DE SERVIÇOS** será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, por se tratar da forma que melhor atende às necessidades da contratação e que se mostra mais adequada à realidade do serviço, assegurando a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 23.2. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS**:
 - 23.2.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
 - 23.2.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do **PRESTADORA DE SERVIÇOS**;
 - 23.2.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
 - 23.2.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 23.2.3.2. Índice de Endividamento Geral (EG) igual ou inferior a 0,5 (zero vírgula cinco);
 - 23.2.3.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
 - 23.2.3.4. **Justificativa para adoção dos índices contábeis e o percentual de Patrimônio Líquido exigidos para qualificação econômico-financeira:**
 - 23.2.3.4.1. Para os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG):

- 23.2.3.4.1.1. A exigência de índices superiores a 1 (um) para Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral justifica-se em razão das particularidades técnicas e operacionais da contratação de serviços de marcenaria sob medida. Trata-se de atividade que demanda aquisição de materiais personalizados, fabricação exclusiva, transporte cuidadoso e instalação integrada à infraestrutura do novo prédio do Plenário do TJCE. Tais exigências implicam planejamento logístico detalhado, adiantamento de insumos e mobilização de equipe especializada, com alto grau de coordenação entre etapas. A solidez econômico-financeira da empresa é essencial para assegurar a execução contínua e tempestiva, sem riscos de inadimplemento, atrasos ou interrupções, motivo pelo qual se impõe a verificação de sua capacidade financeira como condição para a contratação.
- 23.2.3.4.1.2. Liquidez Geral (LG): Indica a capacidade da empresa de arcar com todas as suas obrigações, de curto e longo prazo, assegurando que seus ativos superam seus passivos totais.
- 23.2.3.4.1.3. Liquidez Corrente (LC): Avalia a capacidade de cumprir compromissos de curto prazo, atestando folga financeira necessária para obrigações imediatas durante a execução contratual.
- 23.2.3.4.1.4. Solvência Geral (SG): Mede a capacidade de quitar o total das dívidas com o total de ativos, evitando que empresas excessivamente endividadas assumam o contrato.
- 23.2.3.4.1.5. Esses índices são essenciais para minimizar riscos de inadimplência e assegurar a continuidade do atendimento em localidades do interior, onde a substituição do fornecedor pode ser mais difícil e onerosa.
- 23.2.3.4.2. Índice de Endividamento Geral (EG)
- 23.2.3.4.2.1. O Índice de Endividamento Geral (EG) é um indicador financeiro utilizado em licitações para avaliar a saúde financeira da empresa, expressando a proporção do ativo total financiada por capital de terceiros. É calculado conforme a fórmula abaixo:

$$EG = (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}) / \text{Ativo Total}$$

- 23.2.3.4.2.2. A aplicação desse índice encontra fundamento no artigo 69, I, da Lei nº 14.133/2021. Ao estabelecer um limite máximo para o endividamento, a Administração Pública busca selecionar empresas com risco financeiro reduzido, uma vez que um elevado grau de endividamento pode indicar dificuldades na obtenção de crédito e alto comprometimento do fluxo de caixa com o pagamento de juros e amortizações. Tais fatores podem comprometer a capacidade da licitante de alocar os recursos necessários para a fiel execução do contrato. A exigência desse

índice, portanto, é medida de prudência para garantir a continuidade e a adequada execução dos serviços contratados.

23.2.3.4.2.3. A definição do índice igual ou inferior a 0,5 está alinhada às diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU), que recomenda como razoáveis os limites de endividamento entre 0,3 e 0,5. Para o porte da contratação em epígrafe, adotou-se o limite superior desse intervalo, de modo a garantir equilíbrio entre a segurança jurídica e a competitividade do certame. Ressalta-se, ainda, que esse parâmetro é amplamente utilizado em licitações públicas e encontra respaldo nas práticas correntes do mercado, sendo considerado um referencial adequado para aferição da saúde financeira das empresas participantes.

23.2.3.4.3. Percentual de Patrimônio Líquido

23.2.3.4.3.1. A exigência de patrimônio líquido mínimo nos termos do item 23.2.3.3.

23.2.3.4.3.2. O patrimônio líquido atua como um filtro econômico-financeiro adicional, selecionando empresas com maior solidez financeira, o que reduz o risco de inadimplência, paralisação ou abandono contratual, especialmente em contratos de grande porte, com abrangência territorial significativa e diversidade de demandas. Tal medida visa garantir que a contratada possua condições de honrar compromissos assumidos e manter a regularidade na execução dos serviços, mesmo diante de oscilações de mercado ou situações inesperadas.

23.2.3.4.3.3. A definição do percentual em 10% está em consonância com as orientações do TCU e práticas de mercado, equilibrando a necessidade de segurança para a Administração com a manutenção da competitividade do certame. Trata-se de percentual usualmente aceito em licitações públicas de similar porte e complexidade, suficiente para mitigar riscos sem restringir indevidamente a participação de empresas qualificadas.

23.2.3.4.4. Por fim, os índices adotados nesta contratação visam ao exercício do poder discricionário da Administração Pública, observado dentro dos limites legais e devidamente motivado neste Termo de Referência.

23.2.3.4.5. A principal fundamentação técnica, para alcance da boa execução contratual, da eficiente gestão e da lisura da fiscalização do contrato com garantia de cumprimento das obrigações vinculadas ao objeto, reside na necessidade de assegurar o fiel atendimento às prescrições contratuais, pilares do interesse público na circunscrição da base obrigacional do pacto a se firmar, oriundo do procedimento de contratação em planejamento. Nesse contexto, verifica-se que o Princípio da Segurança Jurídica e o Princípio da Eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) amparam a adoção dos critérios expostos e que minimizem os riscos para a Administração.

23.2.3.4.6. O artigo 69, §5º, veda a possibilidade de a Administração exigir em seus editais de licitação índices e valores não usuais ou que comprometam a

competitividade do certame para fins de avaliação da situação econômico-financeira em matéria de licitação. Depreende-se daí que, ao mesmo tempo em que se busca elevar o rigor para suportar o Interesse Público e a Eficiência, em termos principiológicos, a Administração não pode criar barreiras injustificadas à competitividade nos certames. A definição dos valores mínimos aceitáveis para cada índice foi precedida de análise técnica que considerou as particularidades do mercado para o objeto licitado e a complexidade da contratação.

- 23.2.3.4.7. Em síntese, certifica-se que a correta aplicação dos índices de qualificação econômico-financeira, justificados técnica e juridicamente, em cada processo licitatório, é um instrumento legítimo e eficaz para a Administração Pública elevar a qualidade e a segurança de suas contratações, selecionando parceiros comerciais que demonstrem possuir a solidez necessária para cumprir integralmente os termos do contrato que a Administração pretende firmar após o procedimento licitatório objeto deste processo administrativo.
- 23.2.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de **2 (dois) anos**.
- 23.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação mediante substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 23.2.6. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, podendo ser exigidos mais documentos para confirmação do declarado.
- 23.2.6.1. A declaração supra visa a avaliar a saúde financeira da licitante, especialmente, quanto a sua capacidade de honrar os compromissos assumidos em contratos existentes. A análise de 1/12 avos dos contratos vigentes, em relação ao patrimônio líquido da licitante no exercício, permite verificar se a empresa detém recursos suficientes para cobrir as obrigações financeiras mensais dos contratos em andamento, sem comprometer sua capacidade de assumir novos compromissos contratuais.
- 23.2.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela **PRESTADORA DE SERVIÇOS**.
- 23.3. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS**:
- 23.3.1. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por entidade pública ou empresa privada, baseado em contratação anterior pertinente ao objeto, com características compatíveis ao deste Termo de Referência, descrevendo se os serviços foram prestados a contento, de maneira eficiente e com qualidade, sem qualquer ressalva prejudicial.

- 23.4. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICO-OPERACIONAIS**:
- 23.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de pelo menos 01 (um) atestado ou certidão, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
 - 23.4.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
 - 23.4.1.1.1. Execução de serviços de marcenaria sob medida para ambientes institucionais e corporativos, com fornecimento e instalação de mobiliário planejado, utilizando materiais de especificação e complexidade compatíveis com o objeto licitado, em quantitativo mínimo correspondente a até 50% (cinquenta por cento) do total a ser contratado.
 - 23.4.1.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços, desde que executados de forma concomitante.
 - 23.4.2. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
 - 23.4.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo TJCE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do atestador e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos que possa requisitar.
 - 23.4.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - 23.4.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução juramentada para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 23.5. Será exigido da **PRESTADORA DE SERVIÇOS** a comprovação e manutenção das seguintes **QUALIFICAÇÕES TÉCNICO-PROFISSIONAIS**:
- 23.5.1. Apresentar profissional(is) com experiência comprovada na execução de serviços de marcenaria sob medida, com fornecimento e instalação de mobiliário planejado, por meio de atestado(s) de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica contratante, que contemplem, ao menos, os seguintes registros de execução:
 - 23.5.1.1. Profissional devidamente habilitado, que poderá ser o proprietário da empresa ou terceiro designado como responsável técnico, com experiência comprovada na execução de serviços de marcenaria sob medida, compatíveis com o objeto desta contratação;
 - 23.5.1.2. Execução de serviços de fabricação e montagem de mobiliário sob medida para ambientes institucionais ou corporativos, com nível de detalhamento técnico e acabamento compatíveis com as especificações do projeto fornecido pelo TJCE.
 - 23.5.2. O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, sendo admitida a substituição apenas por

profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado(s) pelo TJCE.

- 23.5.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, em decorrência de orientação proposta, prescrição técnica ou ato profissional de sua responsabilidade.
- 23.5.4. O(s) profissional(is) indicado(s) como Responsável(is) Técnico(s), deverá(ão), no início da execução do serviço e durante toda a sua execução, possuir vínculo empregatício com a empresa proponente, que pode ser comprovado mediante cópia da carteira de trabalho do responsável técnico; contrato social da empresa, no qual conste o responsável técnico como integrante da sociedade; contrato de prestação de serviço; ou, declaração de contratação futura do responsável técnico detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.
- 23.5.5. As parcelas de maior relevância e/ou de valor significativo, para fins de exigência de atestados de capacidade técnica, foram definidas conforme o art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a necessidade de comprovação de experiência mínima compatível com o objeto ora contratado.
 - 23.5.5.1. A exigência de execução anterior de serviços de marcenaria sob medida, com fornecimento e instalação de mobiliário planejado em ambientes institucionais ou corporativos, é fundamental para assegurar que a licitante possua conhecimento técnico, estrutura operacional e experiência prática suficientes para garantir o atendimento aos padrões de qualidade, acabamento e funcionalidade exigidos no projeto, sem restringir indevidamente o caráter competitivo da licitação.

24. CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DOS SERVIÇOS E POSSIBILIDADE DE VISTORIA PRÉVIA DO LOCAL DE TRABALHO

- 24.1. O interessado, licitante ou contratado deverá ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades dos serviços objeto deste Termo de Referência, ficando franqueada a realização de visita técnica nos locais da prestação dos serviços, mediante prévia solicitação e agendamento nos meios de contato informados no edital.
- 24.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações ou dificuldade de execução, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais ou objetos da prestação dos serviços para efeito de solicitar qualquer ajuste, devendo a **PRESTADORA DE SERVIÇOS** assumir os ônus integrais da prestação de serviços à qual se comprometeu mesmo diante de dificuldades locais de execução não antes pesquisadas, percebidas, registradas e reclamadas por escrito antes da apresentação da proposta.

25. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 25.1. Conforme as diretrizes do Manual de Pesquisa de Preços do TJCE, a estimativa de valor deve priorizar, sempre que possível, a utilização de referências obtidas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e em contratações similares. Todavia, em razão da natureza específica do objeto – mobiliário planejado sob medida, com dimensões e materiais definidos em projeto executivo – constatou-se a inexistência de itens idênticos

disponíveis em bases públicas ou em atas de registros de preços, conforme demonstrado no Anexo F.

- 25.2. Diante desse contexto, a pesquisa de preços foi realizada mediante envio formal de solicitações de cotação a fornecedores identificados em mecanismos de busca pública, priorizando empresas com atuação comprovada no setor. As comunicações trocadas com os fornecedores e as respectivas propostas recebidas encontram-se registradas no Anexo G.
- 25.3. Apesar da diligência empreendida, a especificidade da demanda restringiu o universo de fornecedores aptos, resultando na obtenção de três cotações válidas, quantitativo que, embora suficiente para subsidiar a estimativa, ainda se encontra no limite mínimo recomendado pelas boas práticas e pela jurisprudência dos órgãos de controle.
- 25.4. Dessa forma, o valor estimado da contratação é de **R\$ 289.730,83 (duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e trinta reais e oitenta e três centavos)**, conforme demonstrativo consolidado no mapa de preços constante no Anexo H deste documento.

26. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 26.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
 - 26.1.1. Gestão/Unidade: 040101 - Fermoju;
 - 26.1.2. Fonte de Recursos: 759.1200070;
 - 26.1.3. Programa de Trabalho: 02.061.192;
 - 26.1.4. Elemento de Despesa: 449051;

27. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 27.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 27.2. Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução dos serviços, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- 27.3. Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Fortaleza, 15 de outubro de 2025.

Pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Jane Lima de Figueirêdo Barroso
Matrícula: 53670
Gerente de Planejamento de Infraestrutura

Franuel de Sousa Silva
Matrícula: 54125
Técnico Judiciário

Danielle Alexandre Carneiro
Matrícula: 53766
Diretora de Infraestrutura – em responsabilidade

ANEXOS REFERENCIADOS

Os documentos a seguir complementam o presente Termo de Referência:

ANEXO 1 – MATRIZ DE RISCO;

ANEXO 2 – TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO;

ANEXO 3 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

ANEXO 4 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

Disponíveis em arquivos separados:

ANEXO D – ESPECIFICAÇÃO DA MARCENARIA

ANEXO E – PRANCHA DE PROJETO

ANEXO F - RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

ANEXO G - COTAÇÃO COM FORNECEDORES

ANEXO H - PESQUISA E ANÁLISE DAS COTAÇÕES DE FORNECEDORES

ANEXO 1 – Matriz de Risco

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação do Risco	Ações Preventivas	Responsável pela Prevenção	Ações Corretivas	Responsável pelo Contingenciamento	Alocação do Risco
Planejamento	Exigências desnecessárias ou restritivas no edital	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Realizar a elaboração dos documentos que compõem a fase interna da licitação conforme a legislação vigente	Gerência de Planejamento de Infraestrutura / Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de Contratações	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Planejamento	Certame licitatório deserto ou fracassado	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Correto planejamento das exigências para a contratação	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta; revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Planejamento	A descrição dos itens serem insuficientes, ou os itens estarem mal descritos, levando a administração pública a adquirir produtos/serviços de qualidade inferior à pretendida	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Descrever minuciosamente os itens a serem licitados	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Atentar-se a descrição dos itens de modo a não direcionar a licitação e nem correr o risco de o item ficar frustrado.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Contratual	Impossibilidade de emissão da ordem de serviço para execução dos serviços de marcenaria sob medida, em razão de restrições de responsabilidade do TJCE, tais como: indisponibilidade de acesso às unidades, interdição de áreas internas, ocupação dos locais destinados à instalação dos mobiliários, ou necessidade de ajustes prévios nas estruturas físicas que não estejam previstos contratualmente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Verificar antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	SEADI	Resolver as restrições que impedem o início material dos serviços.	SEADI	Contratante
Contratual	A empresa vencedora do certame, quando convocada, não assinar o contrato.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Observar o prazo de validade da proposta e encaminhar o contrato para assinatura dentro desse período, conforme Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação de sanções.	SEADI/Prestadora de Serviços	Aplicar as sanções cabíveis e, se vantajoso, convocar a segunda colocada conforme art. 90 da Lei nº 14.133/2021.	SEADI	Prestadora de Serviços

Planejamento	Atrasos na execução dos serviços ou custos adicionais por necessidade de retrabalho ou correções, contratados.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Acompanhamento contínuo da execução contratual pela equipe de fiscalização.	GFM/Gerência de Planejamento de Obras e Manutenção	Revisar plantas, roteiros, especificações e memoriais para corrigir falhas ou omissões identificadas.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante e Prestadora de Serviços
					Revisão e validação prévia dos documentos técnicos pela Administração antes da contratação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Para regime de execução de empreitada por preço unitário: a alteração contratual deverá ser avaliada pela fiscalização.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	
					Análise prévia da documentação técnica pela prestadora e comunicação imediata à fiscalização sobre inconsistências.	Prestadora de Serviços			
Execução	Atraso na entrega	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Cronograma validado pela fiscalização, prazos compatíveis com a complexidade, e monitoramento periódico da execução.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Glosa proporcional, reprogramação com novo cronograma, advertência formal e abertura de processo para penalidades em caso de reincidência.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Prestadora de Serviços
Execução	Dificuldades logísticas para carga, transporte e descarga	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Cronograma de transporte considerando a distância e a quantidade de material a ser transportado	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Prestadora de Serviços	Ajustes no planejamento logístico; análise de prorrogação contratual em caso de força maior comprovada.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Prestadora de Serviços	Prestadora de Serviços
Execução	Fiscalização inadequada do contrato	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Designação formal de fiscal, capacitação adequada, definição clara de responsabilidades e rotina de acompanhamento periódico.	Diretoria de Infraestrutura	Substituição ou reforço da equipe de fiscalização, emissão de notificações à contratada, registro de ocorrências e ajuste imediato dos desvios identificados.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante
Execução	Falta de transparência na execução do contrato	Possível Valor 02	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Exigência de relatórios periódicos, padronização dos registros contratuais e adoção de mecanismos de transparência e comunicação entre as partes.	Diretoria de Infraestrutura	Solicitação imediata de informações pendentes, regularização documental, reforço nos controles e advertência formal à contratada, se cabível.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante
Execução	Descumprimento das cláusulas contratuais	Possível Valor 02	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Revisão detalhada das cláusulas contratuais. Reuniões periódicas com a prestadora de serviços.	Diretoria de Infraestrutura	Penalidades contratuais	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Prestadora de Serviços
Execução	Não conformidade com especificações técnicas	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Análise técnica rigorosa das propostas e exigência de amostras ou documentos comprobatórios de conformidade, quando aplicável.	Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de	Correção imediata dos serviços em desconformidade sem ônus; fiscalização reforçada; registro e notificação formal; e, em caso	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Prestadora de Serviços

						Contratações/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	de reincidência, instauração de processo para penalidades.		
					Fiscalizar a execução desde o início, conferindo continuamente a aderência às especificações previstas no termo de referência e demais documentos.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção			
Execução	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com as plantas de locação, roteiros de execução, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Notificação imediata à prestadora para correção e aplicação das sanções contratuais, se cabível	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenad oria Central de Contratos e Congêneres	Prestadora de Serviços
Execução	Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução dos serviços.	Remota Valor 01	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a prestadora de serviços será responsável integralmente por danos materiais ou pessoais causados a terceiros durante a execução dos serviços. Exigir comprovação de seguro de responsabilidade civil, se aplicável. Verificar uso de EPIs, sinalização e controle de acesso para prevenir riscos durante as vistorias. Comunicar formalmente a prestadora ao identificar descumprimento das normas de segurança. Instaurar processo administrativo em caso de reincidência, com possibilidade de sanções, suspensão ou rescisão contratual.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de danos ou acidentes, exigir que a prestadora adote as providências legais e arque integralmente com os custos, sem ônus para o contratante.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Diretoria de Infraestrutura/Coordenad oria Central de Contratos e Congêneres	Prestadora de Serviços
Ambiental	Atraso na execução dos serviços e prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Prever, dentre as cláusulas da contratação, que a prestadora de serviços será responsável pelos prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros fenômenos climáticos que impactem a execução dos serviços, salvo comprovada situação de força maior sem culpa da PRESTADORA DE SERVIÇOS.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Solicitar que a prestadora de serviços providencie a recuperação dos danos e a entrega do objeto conforme as condições originalmente previstas na contratação, sem ônus adicional para a Administração. Em caso de comprovada ocorrência de	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante e Prestadora de Serviços

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS

Pág. 32/38

					Poderá ser exigida, se aplicável, a contratação de seguro de responsabilidade civil.		fenômeno climático sem negligência da prestadora de serviços, poderá ser concedida a prorrogação dos prazos contratuais, nos termos da legislação vigente.		
Mercado	Atrasos na execução dos serviços decorrentes de escassez ou demora no fornecimento de materiais e insumos disponíveis no mercado.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Prever no Termo de Referência que a PRESTADORA DE SERVIÇOS realize as compras de materiais de forma antecipada para atender ao prazo de execução dos serviços.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de solicitação de prorrogação de prazo de execução por parte da PRESTADORA DE SERVIÇOS, a Administração deverá avaliar se os prazos indicados pelos fornecedores de materiais e serviços preenchem os requisitos de excepcionalidade previstos contratualmente. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá apresentar documentos comprobatórios da emissão tempestiva de ordens de compra ou solicitações de fornecimento, compatíveis com o cronograma de execução. Caso comprovada a excepcionalidade, a prorrogação do prazo de execução poderá ser autorizada. Caso contrário, deverá ser avaliada apenas a possibilidade de prorrogação da vigência contratual, sem extensão do prazo de execução. Na ausência de justificativas adequadas, o atraso será considerado injustificado, com aplicação das penalidades previstas.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Contratante e Prestadora de Serviços
Mercado	Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos índices de reajuste contratual ou	Remota Valor 1	Baixo Valor 1	Risco Baixíssimo Valor 2	Prever no contrato cláusulas que permitam o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em caso de alta de preços de insumos de materiais por fatos extraordinários devidamente comprovados.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Analisar e deferir solicitações de equilíbrio econômico-financeiro relativas à alta extraordinária de preços dos insumos de materiais resultantes de fatos extraordinários devidamente comprovados, que impactem o contrato além dos percentuais de reajuste.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Contratante

	altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico-financeiro.								
Financeiro	Risco de Inadimplência da Contratante	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Licitação dos serviços somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente. Prever cláusula de atualização financeira para o caso de atraso no pagamento à PRESTADORA DE SERVIÇOS.	SEADI/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Pagar a devida correção monetária. Prorrogar prazo em função de paralisação da execução dos serviços pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas adimplidas.	Secretaria de Finanças/ SEADI/ Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Contratual	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Prestadora de Serviços	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Realizar a contratação do remanescente dos serviços, nos termos da lei de licitações ou a CONTRATANTE executar diretamente os serviços remanescente e cobrá-los o ressarcimento judicialmente à PRESTADORA DE SERVIÇOS inadimplente.	SEADI/Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Prestadora de Serviços
					Instaurar processo para aplicação das penalidades à Prestado de Serviços	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres			

Critérios para avaliação e classificação de impactos de riscos:

Probabilidade	Definições Adotadas para classificação
Alto	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou consiste em prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-fim do TJCE.
Médio	Coloca patrimônio em Risco, e/ou pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a médio/longo prazo atividades-fim do TJCE.
Baixo	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou retarda processos internos; e/ou outro risco não enquadrado nas demais classificações.

Critérios para avaliação e classificação de probabilidades de riscos:

Probabilidade	Definições Adotadas para classificação
Provável	Quase certo de que acontece. Existem condições históricas de repetição ou de elementos combinados no momento que indicam que deve ocorrer.
Possível	Se repete a intervalos de tempo ou de atos que despertam o risco (“gatilhos”).
Remota	Não mantém repetição monitorável ou previsível e sua ocorrência é rara. Para ocorrer, precisa combinar situações excepcionais.

Matriz ilustrada:

Probabilidade Impacto	Provável Valor 3	Possível Valor 2	Remota Valor 1
Alto Valor 3	Risco extremo Somatório de Valor 6	Risco elevado Somatório de Valor 5	Risco moderado Somatório de Valor 4
Médio Valor 2	Risco elevado Somatório de Valor 5	Risco moderado Somatório de Valor 4	Risco baixo Somatório de Valor 3
Baixo Valor 1	Risco moderado Somatório de Valor 4	Risco baixo Somatório de Valor 3	Risco baixíssimo Somatório de Valor 2



ANEXO 2 – TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO

CONTRATO/INSTRUMENTO EQUIVALENTE N°	XXXX		
OBJETO DA DEMANDA	XXXX		
FORNECEDORA	XXX	CNPJ	XXX

Contrato ou Instrumento equivalente n°

Objeto da Demanda:

Por meio deste instrumento, a (nome da contratada) nomeia e constitui seu(sua) preposto(a), o(a) Sr.(a) (nome do/a preposto/a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº, para exercer a representação legal junto ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE, com poderes para receber ofícios, representar a contratada em reuniões e assinar respectivas atas - obrigando a contratada nos termos dela constantes, debater, ajustar e receber solicitações e orientações para o cumprimento do contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de rescisão, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham, ou não, a abertura de processo administrativo ou prazo para a contratada responder, se defender ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do contrato acima identificado.

Fortaleza, DIA de MÊS de ANO

.....
(nome da contratada)
(nome e assinatura do representante legal – confirmar poderes no estatuto social ou procuração)
(qualidade do representante legal – sócio-gerente, diretor, procurador)
.....
(nome e assinatura do/a preposto/a)



ANEXO 3 – TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

CONTRATO Nº	XXXX		
OBJETO DA DEMANDA	XXXX		
FORNECEDORA	XXX	CNPJ	XXX
Nº DA OS	XXX		
DATA DA EMISSÃO	XXX		

Por este instrumento, fica registrado que foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objeto de avaliação técnica quanto à adequação da entrega:

- XXXXX;

- XXXXX.

Ressaltamos que o recebimento definitivo para ateste de recebimento ocorrerá somente após a verificação e confirmação de atendimento dos requisitos e demais condições contratuais, especialmente as especificações constantes do Termo de Referência relacionado ao Contrato acima identificado.

Local, Data

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE

Matrícula: xxxxxx



ANEXO 4 – TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

CONTRATO Nº	XXXX		
OBJETO DA DEMANDA	XXXX		
FORNECEDORA	XXX	CNPJ	XXX
Nº DA OS	XXX		
DATA DA EMISSÃO	XXX		

Por este instrumento, fica registrado que os itens recebidos provisoriamente na data de XX/XX/XXXX correspondentes ao contrato ou à ordem de serviços acima identificada(o) atendem às condições contratuais, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, não há incidência de descontos por desatendimento dos Instrumentos de Medição de Resultados.

Não foram OU Foram identificadas inconformidades que ensejam glosas, merecendo aplicação do XXXXX a ser considerado no próximo XXXX, e sanções, que reclamada a instrução em processo administrativo próprio.

Pelo analisado, o valor a liquidar correspondente ao recebimento ora confirmado é de R\$ XXX (XXX).

Local, Data

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE- FISCAL
Matrícula: xxxxxx

Caso a movimentação dos itens tenha se dado apenas por nota de simples remessa, AUTORIZA-SE a **FORNECEDORA** apresentar as notas fiscais dos itens ora recebidos em definitivo no valor bruto de R\$ XXX (XXX), merecendo ainda os destaques fiscais impostos.

NOME DO REPRESENTANTE DO TJCE- GESTOR
Matrícula: xxxxxx

ANEXO D - ESPECIFICAÇÕES DA MARCENARIA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	2
2. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS	2
ITEM 1 – BANCADA – TIPO 1.....	2
ITEM 2 – BANCADAS – TIPO 2.....	3
ITEM 3 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1	4
ITEM 4 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 2	4
ITEM 5 – PAINEL ESTOFADO, COM ASSENTO ESTOFADO, ESPELHOS COLADOS E PAINEL LATERAL	5
ITEM 6 – PÚLPITO 01.....	6
ITEM 7 – PÚLPITO 02.....	7
ITEM 8 – ARMÁRIO COPA	7
ITEM 9 – MESA MODULAR.....	8
ITEM 10 – PORTA MIMETIZADA	9
ITEM 11 – PALCO MODULAR	10

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O presente anexo contempla o detalhamento técnico referente à execução de móveis planejados e sob medida no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. As marcas citadas na especificação constante deste anexo têm caráter meramente referencial, servindo como parâmetro técnico e estético para assegurar a uniformidade visual e a fidelidade ao conceito arquitetônico.
- 1.2. Considerando o disposto na Lei nº 14.133/2021, a indicação de marcas de referência no caderno de especificações apoia-se nos seguintes fundamentos:
 - 1.2.1. Dificuldade de caracterização apenas por descrição técnica (art. 41, I, “d”):
 - 1.2.1.1. Alguns materiais apresentam nuances visuais e funcionais (textura, tonalidade, acabamento de superfície) que não podem ser plenamente expressos apenas em termos técnicos. Nesse sentido, a marca de referência funciona como guia de projeto, proporcionando clareza ao mercado e garantindo a preservação da concepção estética.
 - 1.2.2. Preservação da concepção arquitetônica:
 - 1.2.2.1. Ademais, a citação de referências assegura que o resultado final da contratação corresponda ao conceito arquitetônico originalmente concebido, evitando, por conseguinte, desvios que comprometam a harmonia do ambiente.
 - 1.3. Dessa forma, a indicação de marcas e modelos neste documento não restringe a competitividade, mas apenas orienta tecnicamente a execução e resguarda a concepção estética do projeto. Ressalta-se, ainda, que será admitida a apresentação de produtos equivalentes ou similares, desde que atendam integralmente aos requisitos de desempenho, durabilidade e acabamento especificados, em consonância com os princípios da isonomia e da competitividade.

2. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

ITEM 1 – BANCADA – TIPO 1

Estrutura: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm.

Fechamento Frontal: MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado, mesma especificação da estrutura. **Montagem:** Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e ampliação da bancada. **Furos de Passagem:** 13 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa.

Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos.

Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Sistema Modular: Caso o balcão seja dividido em seções, os módulos deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade.

Dimensões Gerais Balcão Tipo 1: 14,56 m (C)¹ x 0,73 m (P)² x 0,865 m (A)³; Altura do tampo: 0,765 m.

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deve garantir perfeita fixação estrutural e uniformidade de acabamento entre os módulos.

ITEM 2 – BANCADAS – TIPO 2

Estrutura e Fechamento: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada, aplicada na estrutura, laterais e frente. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm.

Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes ou ampliações.

Furos de Passagem: 11 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa.

Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos.

Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Sistema Modular: Caso a bancada seja composta por módulos, estes deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e acabamento uniforme.

Dimensões Gerais Bancada Tipo 2: 9,96 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m.

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF e fita LED) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deve garantir uniformidade visual, acabamento preciso e fixação estrutural adequada.

¹ Comprimento

² Profundidade

³ Altura Total

ITEM 3 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1

Composição: Mobiliário composto por 5 módulos de armário vertical, cada um com 1 porta de abrir.

Estrutura e Corpo Interno: Painéis em MDF de 15 mm, com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Portas: Portas do tipo abrir, sentido de abertura conforme projeto executivo. Compostas por chapa base de MDF 6 mm com a aplicação frontal de faixas em MDF 15 mm com rebaixos decorativos de 3x15 mm, coladas sobre a base, formando desenho linear.

Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte.

Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente.

Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso.

Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso.

Interior: Módulos sem divisórias ou prateleiras internas. Cada módulo possui 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção ou substituição.

Fixação: Armário fixado na parede de fundo por meio de suportes metálicos ocultos ou sistema similar que garanta estabilidade e acabamento limpo.

Base: Armário com rodapé em madeira, no mesmo padrão do corpo, sem sapatas. Encosto diretamente ao piso, formando acabamento.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de com colagem a quente.

Dimensões Gerais Armário Tipo 1: 2,05 m (C) x 0,65 m (P) x 1,80 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF, puxadores, fechaduras e tubo cabideiro) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir precisão no rebaixo das portas, perfeito acabamento das ferragens e fixação estrutural adequada.

ITEM 4 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 2

Composição: Armário composto por 12 módulos verticais com porta de abrir. Cada módulo possui 1 prateleira superior e 1 cabideiro.

Estrutura, Fechamentos e Portas: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventual ampliação. **Puxadores:** Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte.

Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente.

Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso.

Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso.

Interior: Cada módulo possui 1 prateleira superior em MDF de 15 mm, no mesmo padrão da estrutura, e 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção.

Fixação: Armário autoportante, sem fixação em parede, com estrutura estável e autoestável.

Base: Rodapé de madeira no mesmo padrão do corpo do armário, sem sapatas, encostado diretamente ao piso.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Dimensões Gerais Armário Tipo 2: 5,72 m (C) x 0,65 m (P) x 2,10 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF, puxadores, fechaduras, tubo cabideiro e dispositivos de montagem) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deve garantir estabilidade da estrutura autoportante, precisão no acabamento das portas e acessibilidade dos componentes internos.

ITEM 5 – PAINEL ESTOFADO, COM ASSENTO ESTOFADO, ESPELHOS COLADOS E PAINEL LATERAL

Composição: Mobiliário composto por 3 módulos integrados, sendo 2 módulos com espelho e 1 módulo de banco de apoio para vestimenta.

Estrutura e Corpo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Módulos de Espelhos: Espelho cristal incolor de 6 mm de espessura, colado sobre base de MDF. Nas extremidades verticais dos espelhos será aplicado perfil de alumínio de sobrepor, tipo “no frame”, para fita de LED 3000K, com difusor translúcido. Produto de

referência: Perfil de sobrepor modelo Garbo, seção 23 x 17 mm, cor preta, fabricante Usina Design & Iluminação, ou similar.

Iluminação: Fita LED 3000K embutida no perfil de alumínio, com instalação oculta e difusão contínua de luz.

Módulo de Banco: Banco com estrutura em MDF no mesmo padrão do corpo. Assento estofado fixo com espuma D33 e manta acrílica, revestido com tecido estruturado (trama fechada), impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar.

Assentos Adicionais: Dois assentos estofados soltos, confeccionados em espuma D33 com espessura de 8 cm, manta acrílica e capa removível. Tecido estruturado com trama fechada, impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Dimensões Gerais Armário Corte AA: 5,75 m (C) x 0,45 m (P) x 2,10 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF, espelhos, perfis, fita LED, tecidos e espumas) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir acabamento preciso, conforto dos estofados, segurança na instalação elétrica e adesão adequada dos espelhos.

ITEM 6 – PÚLPITO 01

Composição: Púlpito composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado.

Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. O MDF vai até o piso.

Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes.

Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes.

Fixação: Fixação do mobiliário ao piso com cantoneiras metálicas de aço inox com 2 furos.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Dimensões Gerais do Púlpito: 0,96 m (C) x 0,50 m (P) x 1,39 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF e vidro) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir perfeita fixação estrutural, acabamento sem ferragens visíveis no vidro e estabilidade do púlpito fixado ao piso.

ITEM 7 – PÚLPITO 02

Composição: Púlpito volante composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado e base com rodízios.

Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes.

Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes.

Rodízios: Base equipada com 4 rodízios reforçados de 50 mm com chapa de fixação, rotação 360°, sem trava. Carga mínima por rodízio: 30 kg.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente.

Dimensões Púlpito: 0,90 m (C) x 0,50 m (P) x 1,15 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF, vidro e rodízios) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir estabilidade do móvel, acabamento sem ferragens visíveis no vidro e qualidade nos componentes móveis.

ITEM 8 – ARMÁRIO COPA

Composição: Conjunto de armários superiores e inferiores complementares à bancada existente, conforme detalhamento em projeto executivo.

Estrutura e Acabamento Interno: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Velluto-Duratex, padrão Cinza Fóssil, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Portas e Acabamento Externo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Trama- Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Puxadores das Portas: Perfil tipo cava em aço inox escovado. Produto de referência: Puxador cava ref. 02, fabricante Alternativa, ou similar.

Dobradiças: Duas dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixadas por parafuso.

Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso.

Prateleiras: Prateleiras removíveis em MDF de 15 mm com acabamento igual ao interno. Instalação com suportes metálicos tipo pino com bucha embutida, reguláveis,

que permitam reposicionamento e retirada com segurança. Altura entre prateleiras definida conforme projeto executivo.

Gavetas:

- **Frente:** Pannel de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Trama-Duratex Titânio.
- **Corpo Interno:** MDF com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Velluto-Duratex Cinza Fóssil.
- **Corrediças:** Metálicas com sistema anti-impacto (fechamento suave).

Puxador: Perfil tipo cava em aço inox escovado, igual ao das portas.

Rodapé: MDF com acabamento igual ao corpo externo, com contato direto ao piso, sem sapatas.

Fundo dos Armários: Pannel de MDF de 6 mm ou 15 mm, com o mesmo acabamento melamínico (BP) do interior.

Fixação: Armários fixados na parede por meio de suportes metálicos ocultos, garantindo estabilidade e acabamento limpo.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF, espessura mínima de 0,45 mm, colagem a quente.

Dimensões Copa: Comprimento 1: 4,20 m; Comprimento 2: 2,40 m; Profundidade: 0,60 m; Altura: 2,60 m.

Configuração de Portas, Gavetas e Nichos: A quantidade de portas, gavetas e eventual presença de nichos abertos será definida conforme o projeto executivo detalhado.

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDFs, puxadores, dobradiças, corrediças e suportes de prateleira) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir qualidade nos acabamentos, funcionamento preciso das ferragens, perfeita fixação e nivelamento durante a instalação.

ITEM 9 – MESA MODULAR

Composição: Mesa composta por tampo, corpo em MDF e pannel frontal metálico perfurado, conforme detalhamento em projeto executivo.

Tampo e Corpo: Confeccionados com duas chapas de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) na cor cinza grafite. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama- Duratex, padrão Carbono, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac.

Pannel Frontal: Fechamento frontal em pannel perfurado de aço galvanizado, espessura 1,2 mm, pintado na cor cinza grafite, com estrutura metálica de fixação nas laterais da mesa. Furos redondos em disposição alternada, com as seguintes características:

- Diâmetro do furo: 9,5 mm
- Distância entre centros (EC): 14 mm

- Área aberta (AA): 41,4%
- Ângulo de furação (AF): 60°

Montado sobre estrutura de metalon em perfil tubular de aço 20x40 mm, com pintura eletrostática na cor cinza grafite, acabamento fosco. Produto de referência: Pannel perfurado modelo P08, Permetal Metais Perfurados, ou similar.

Fixação do Pannel: O pannel metálico deverá ser fixado por parafusos ou rebites à estrutura metálica, com acabamento limpo e sem ferragens aparentes na face frontal.

Base da Mesa: Apoiada ao piso por meio de sapatas niveladoras em zamac com base em polipropileno, reguláveis individualmente.

Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes do MDF, espessura mínima de 0,45 mm, com colagem a quente.

Dimensões Mesa 01: 1,00 m (C) x 0,60 m (P) x 0,76 m (A).

Observações Complementares: Amostras dos materiais (MDF, pannel metálico, pintura e estrutura tubular) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir precisão no acabamento das chapas, estabilidade da montagem e qualidade do revestimento metálico.

ITEM 10 – PORTA MIMETIZADA

Composição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, executada de forma a permanecer visualmente oculta, integrada ao revestimento do piso.

Folha da Porta: Porta de madeira, classificação PEM de nível superior conforme NBR 15930-2, com folha pesada, espessura de 40 mm, núcleo sólido e capa lisa em HDF revestido com carpete.

Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401- LYRA, ou similar.

Dobradiças: Dobradiças ocultas com ajuste 3D, mínimo de 3 peças por porta, com ângulo de abertura maior que 135°.

Produtos de referência: Dobradiça invisível/oculta ajustável nº P110, fabricante CarpBrasil;

Dobradiça invisível/oculta ajustável ref. IN230, fabricante Håfele; ou similares de mesma qualidade.

Fechadura: Fechadura tipo cilindro com chave, sem maçaneta. Produto de referência: Fechadura auxiliar ref. 278, fabricante Lafonte, ou similar.

Forramento (Batente): Rebaixo executado sob medida na obra, embutido, sem elementos salientes, de modo a preservar a estética mimetizada.

Batedor: Aplicação de batedor de borracha autocolante para vedação e amortecimento.

Dimensões da Porta: 0,80 m (L) x 1,80 m (A).

Observações Complementares: Amostras do carpete, dobradiças e fechadura devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. A instalação deve garantir ocultação visual total da porta quando fechada, com nivelamento perfeito ao piso e alinhamento com os demais elementos arquitetônicos.

ITEM 11 – PALCO MODULAR

Composição: O palco modular, composto por três módulos distintos, conforme projeto executivo. A estrutura será formada por sarrafos de madeira maciça de eucalipto, tamponados com chapas de compensado naval 18 mm e com dimensões variadas, instalados com espaçamento regular e alinhamento preciso, conforme indicado nas vistas de corte, planta superior e elevação do projeto.

Material: Sarrafos de eucalipto natural com acabamento em pintura esmalte fosca premium lavável. Chapas de compensado naval 18 mm revestidas com carpete seguindo as especificações abaixo (Carpete Revestimento).

Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar.

Observações Complementares: Amostras dos materiais (madeira, tinta e protótipos de instalação) devem ser submetidas à aprovação prévia da contratante. O fornecedor deverá garantir o alinhamento preciso, acabamento homogêneo da pintura, regularidade dos espaçamentos e qualidade da fixação dos elementos.

ANEXO E – PRANCHA DE PROJETO

As pranchas que integram o Anexo E do Termo de Referência serão disponibilizados posteriormente, em documento separado, no formato “PDF” e em seu tamanho original.

ANEXO F – RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇO

Este anexo tem como objetivo registrar de forma detalhada as buscas realizadas no portal *Banco de Preços*. Nesse sentido, comprova-se a diligência empreendida na pesquisa, demonstrando que vários os itens que compõem o objeto da licitação foram analisados individualmente, mediante a utilização de múltiplos termos compatíveis às suas especificações, a fim de atender aos normativos aplicáveis à estimativa do valor da contratação; todavia, não foram identificados resultados com correspondência técnica suficiente.

1. O portal *Banco de Preços*

1.1. O *Banco de Preços* é uma ferramenta eletrônica de acesso privado que reúne informações sobre preços praticados pela Administração Pública em contratações anteriores. Seus dados são extraídos de diversas fontes oficiais, tais como o Painel de Preços do Governo Federal, o Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, notas fiscais eletrônicas e contratos administrativos publicados por outros órgãos e entidades da Administração Pública. Sua estrutura foi desenvolvida com o objetivo de padronizar e sistematizar a pesquisa de preços nas contratações públicas, atendendo aos requisitos legais estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, no que se refere à estimativa de valores previamente à licitação. Trata-se de uma base de dados utilizada como referência técnica para subsidiar a formação do valor estimado da contratação.

2. A consulta

2.1. A consulta foi realizada por meio do portal Banco de Preços, contemplando informações provenientes de bases de dados públicas oficiais, conforme previsto na legislação vigente. Dessa forma, buscou-se garantir a fidedignidade técnica, a rastreabilidade e a transparência na formação da estimativa do valor da contratação.

- 2.2. A pesquisa, no entanto, revelou limitações significativas quanto à compatibilidade técnica dos itens identificados, especialmente em razão das especificidades do objeto, que compreende a fabricação e montagem de mobiliário sob medida, com padrão arquitetônico próprio, acabamento institucional e requisitos personalizados de funcionalidade e ambientação.
- 2.3. Visando garantir a rastreabilidade e a integridade dos dados considerados na presente pesquisa, os registros visuais (prints) dos resultados obtidos no portal Banco de Preços foram anexados a este documento, de forma a permitir a verificação dos termos consultados, da data da pesquisa e da compatibilidade dos itens identificados.

Balcão Principal – Tipo 1

Especificação técnica resumida: Balcão em MDF padrão Eucalipto (15 mm) com acabamento amadeirado e textura sincronizada, fechamento frontal no mesmo padrão, tampo em pedra natural impermeabilizada (Quartzito Roma Imperiale), 13 furos com tampa para passagem de fiação, fixação com cantoneiras metálicas de aço inox, iluminação embutida com fita LED 3000K, bordas em PVC/ABS coladas a quente, sistema modular interligável e dimensões de 14,56 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A).

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

Para pesquisar valores relativos a itens com especificações próximas às do Balcão Principal, inicialmente foi utilizado o termo “Balcão em MDF”. Entretanto, conforme se observa na Imagem 1, os resultados apresentados referem-se a itens genéricos, sem detalhamento construtivo ou de acabamento compatível com o projeto, nem a presença de recursos e funcionalidades previstos nas especificações. Assim, os registros obtidos não atendem às exigências técnicas do projeto, revelando-se inadequados para utilização como referência de preço.

Imagem 1 – Pesquisa por “Balcão em MDF”

[illegible]

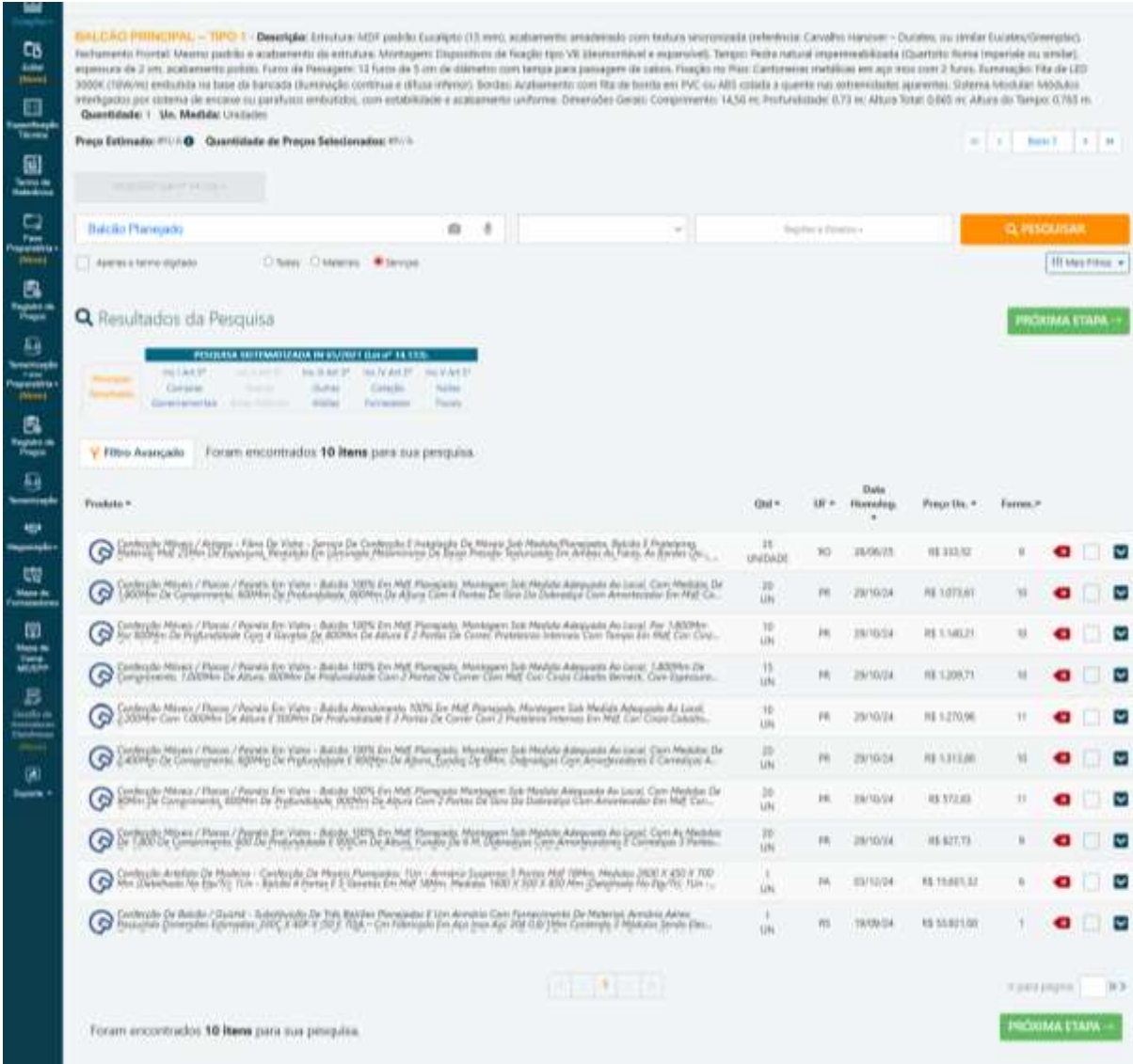
Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Na sequência, foi realizada a busca utilizando o termo “Balcão Modulado”. Conforme se observa na Imagem 2, os resultados retornaram móveis modulares comuns que, segundo as suas descrições, são voltados a aplicações gerais e não apresentam o nível de detalhamento técnico e de acabamento exigido pelo projeto. Dessa forma, constatou-se que os registros não são adequados para utilização como referência de preço.



Pág. 4/33

Imagem 3 – Pesquisa por “Balcão Planejado”



BALCÃO PRINCIPAL – TIPO 1 - Descrição: Estrutura MDF padrão Esculpiro (15 mm), acabamento amadeirado com textura sincronizada (preferência: Carvalho Hansen - Durafix, ou similar (Lucas/Onerepic) - fechamento frontal). Mesmo padrão e acabamento da estrutura. Montagem: Dispositivo de fixação tipo V6 (desmontável e expansível). Tampo: Pedra natural impermeabilizada (Quartzo Stone Imperial ou similar), espessura de 2 cm, acabamento polido. Furo de Passagem: 12 furos de 5 cm de diâmetro com Tampa para passagem de cabos. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas em aço inox com 2 furos. Iluminação: Fita de LED 3000K (10W/m) embutida na base da bancada (iluminação contínua e difusa inferior). Bordas: Acabamento com fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades ajuntadas. Sistema Modular: Módulos interligados por sistema de encaixe ou parafusos embutidos, com estabilidade e acabamento uniforme. Dimensões Gerais: Comprimento: 14,50 m; Profundidade: 0,73 m; Altura Total: 0,80 m; Altura do Tampo: 0,78 m. Quantidade: 1 Un. Medida: Unidades

Preço Estimado: R\$ 14.000,00 Quantidade de Itens Selecionados: 10

Balcão Planejado

Resultados da Pesquisa

Foram encontrados 10 Itens para sua pesquisa.

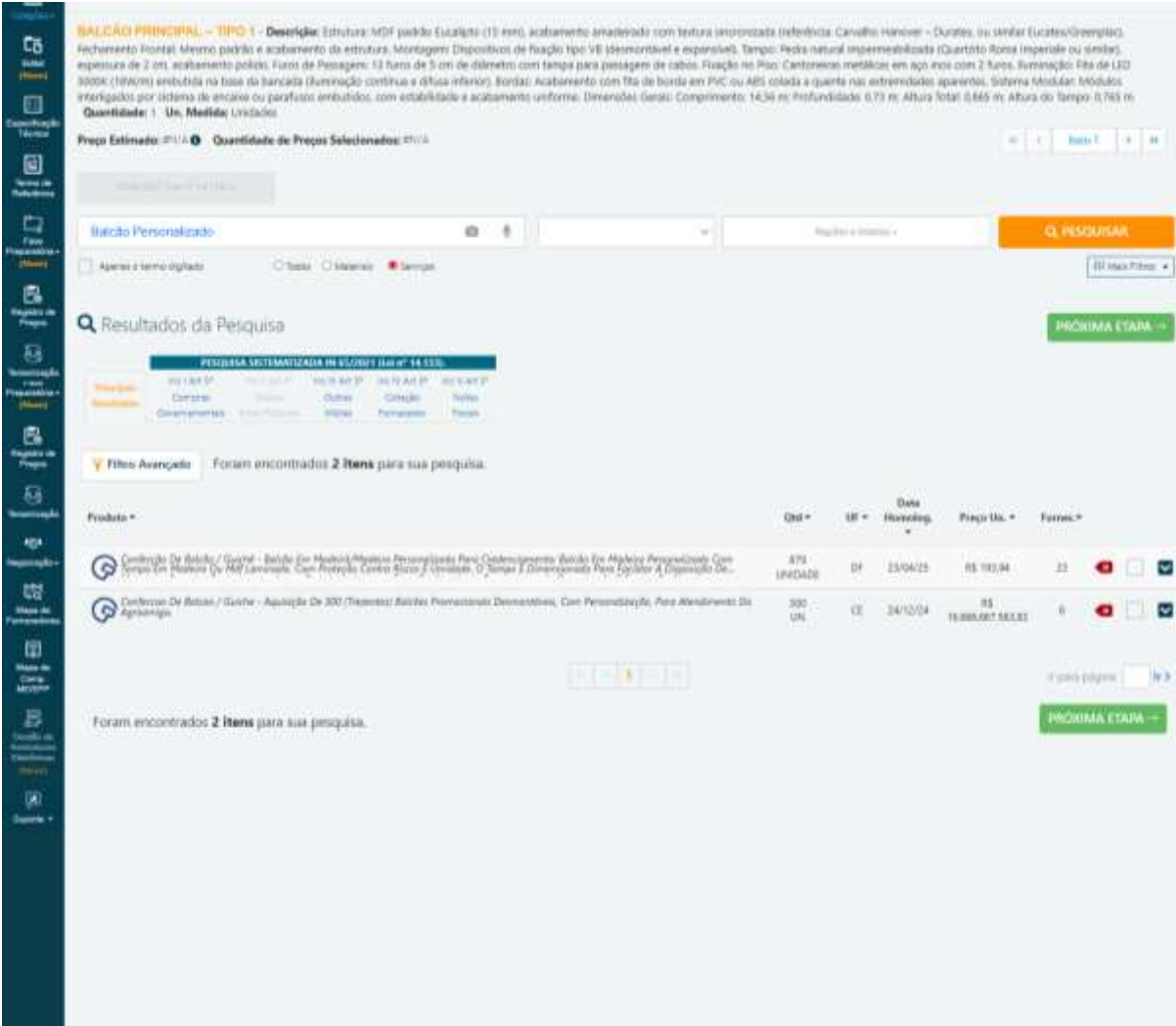
Produto *	Qtd *	UF *	Data Recebida *	Preço Un. *	Forma *
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	20 UN	PR	28/10/24	R\$ 1.073,61	10
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	10 UN	PR	28/10/24	R\$ 1.583,21	10
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	10 UN	PR	28/10/24	R\$ 1.209,71	10
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	10 UN	PR	28/10/24	R\$ 1.270,96	11
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	20 UN	PR	28/10/24	R\$ 1.313,86	10
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	20 UN	PR	28/10/24	R\$ 572,63	11
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	20 UN	PR	28/10/24	R\$ 627,73	9
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	1 UN	PR	03/10/24	R\$ 15.881,32	6
Confecção Móveis / Bancos / Paredes Em Vitrô - Balcão 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, Com Medidas De 1,800M De Comprimento, 800M De Profundidade, 800M De Altura Com 2 Portas De Vão De Distribuição Com Amortecedores Em MDF Com...	1 UN	PR	18/09/24	R\$ 33.821,08	1

Foram encontrados 10 Itens para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa com o termo “Balcão Personalizado” resultou em registros cujas descrições, amplas e heterogêneas, não guardam correspondência com o padrão arquitetônico estabelecido nem com as funcionalidades requeridas no projeto, conforme mostra a Imagem 4. Portanto, esses resultados não possuem valor técnico para subsidiar uma estimativa de preço segura.

Imagem 4 – Pesquisa por “Balcão Personalizado”



BALCÃO PRINCIPAL – TIPO 1 – Descrição: Estrutura: MDF padrão Eucalipto (15 mm), acabamento amadeirado com textura sincronizada (referência: Cavalheiro Händel – Quarteis, ou similar Eucalipto/Greenplac). Fechamento (frente): Mesmo padrão e acabamento da estrutura. Montagem: Dispositivos de fixação tipo V8 (desmontável e expansível). Tampo: Pedra natural impermeabilizada (Quartzo Roma Imperiale ou similar), espessura de 2 cm, acabamento polido. Furo de Passagem: 12 furos de 5 cm de diâmetro com tampa para passagem de cabos. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas em aço inox com 2 furos. Iluminação: Fita de LED 3000K (18W/m) embutida na base da bancada (iluminação contínua e difusa inferior). Borda: Acabamento com fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades aparentes. Sistema Modular: Módulos interligados por sistema de encaixe ou parafusos embutidos, com estabilidade e acabamento uniforme. Dimensões Gerais: Comprimento: 14,36 m; Profundidade: 0,73 m; Altura Total: 0,865 m; Altura do Tampo: 0,765 m. Quantidade: 1 Un. Modulo Unidade

Preço Estimado: R\$ 1.141,00 Quantidade de Preços Selecionados: 2/11

Busca por:

☐ Apenas o termo digitado ☐ Texto ☐ Material ☒ Serviço

Resultados da Pesquisa

PESQUISA SISTEMATIZADA EM 05/08/2025 às 14:53:03

Preço	Material	Quantidade	Valor	Valor Total	Valor Unitário
879	UNIDADE	1	R\$ 1.141,00	R\$ 1.141,00	R\$ 1.141,00
300	UN	1	R\$ 1.141,00	R\$ 1.141,00	R\$ 1.141,00

Filtros Avançados: Foram encontrados 2 itens para sua pesquisa.

Produto	Qtd	SE	Data Homolog.	Preço Un.	Forma	
Confecção De Balcão / Quarteil - Balcão Em Madeira/Madeira Personalizada Para Obedecimento Balcão Em Madeira Personalizada Com Tampo Em Madeira De MDF Laminado, Com Proteção Contra Fogo E Umidade, O Tampo É Dimensionado Para Equilibrar A Disposição De...	879	UNIDADE	DF	23/04/25	R\$ 1.141,00	23
Confecção De Balcão / Quarteil - Apoio De 300 (Trêscentos) Balcões Personalizados Decorativos, Com Personalização Para Atendimento Dos...	300	UN	CE	24/12/24	R\$ 1.141,00	6

Foram encontrados 2 itens para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

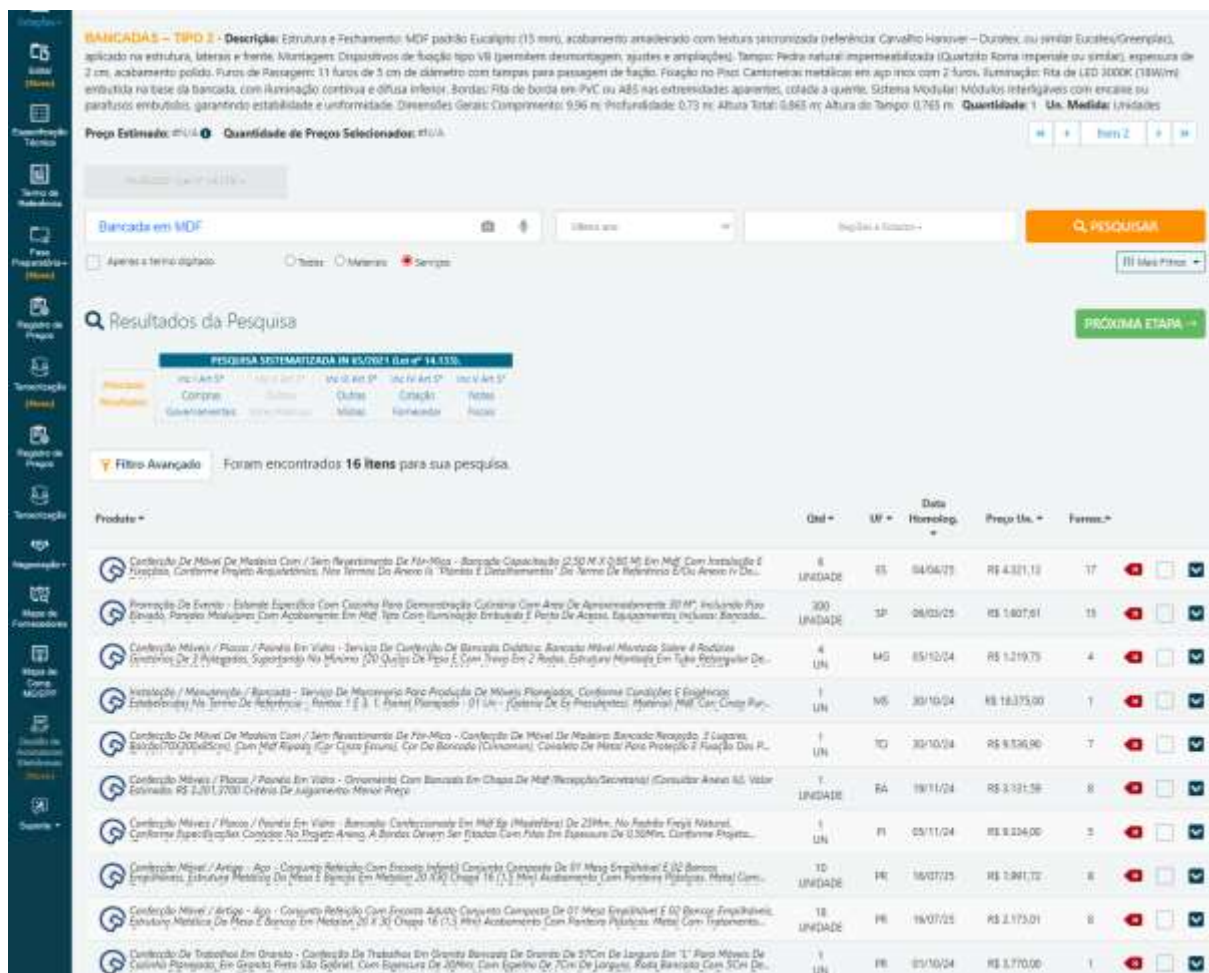
Bancadas – Tipo 2

Especificação técnica resumida: Bancada em MDF padrão Eucalipto (15 mm) com acabamento amadeirado e textura sincronizada, laterais e frente no mesmo padrão, tampo em pedra natural impermeabilizada (Quartzo Roma Imperiale), 11 furos com tampa para passagem de fiação, fixação com cantoneiras metálicas de aço inox, iluminação embutida com fita LED 3000K, bordas em PVC/ABS coladas a quente, sistema modular interligável e dimensões de 9,96 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A).

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

A pesquisa com o termo “Bancada em MDF” apresentou resultados referentes a itens genéricos que, segundo as suas descrições, não possuem detalhamento técnico ou características construtivas alinhadas ao projeto, conforme mostra a Imagem 5. Assim, os registros obtidos não são compatíveis com as especificações estabelecidas.

Imagem 5 – Pesquisa por “Bancada em MDF”



BANCADAS – TIPO 2 - Descrição: Estrutura e Fechamento: MDF padrão Escalante (15 mm), acabamento amadeirado com textura sincronizada (referência: Carvalho Hanover – Durotex, ou similar Eucates/Greenplac), aplicado na estrutura, laterais e frente. Montagem: Dispositivos de fixação tipo V8 (semelhante demontagem), ajustes e amparalhes. Tampo: Pedra natural impermeabilizada (Quartzo Roma Imperial ou similar), espessura de 2 cm, acabamento polido. Furos de Rasagete: 11 furos de 5 cm de diâmetro com tampas para passagem de fiação. Fiação no Piso: Cantoneiras metálicas em aço inox com 2 furos. Iluminação: Rta de LED 3000K (18W/m) embutida na base da bancada, com iluminação contínua e difusa inferior. Bordas: Rta de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes, colada a quente. Sistema Modular: Módulos interligáveis com encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade. Dimensões Gerais: Comprimento: 9,96 m; Profundidade: 0,73 m; Altura Total: 0,865 m; Altura do Tampo: 0,765 m. **Quantidade: 1** **Un. Medida: Unidades**

Preço Estimado: R\$ 14.110,00 Quantidade de Preços Selecionados: 16

Bancada em MDF

Resultados da Pesquisa

PESQUISA SISTEMATIZADA EM 05/08/2024 (at nº 14.110)

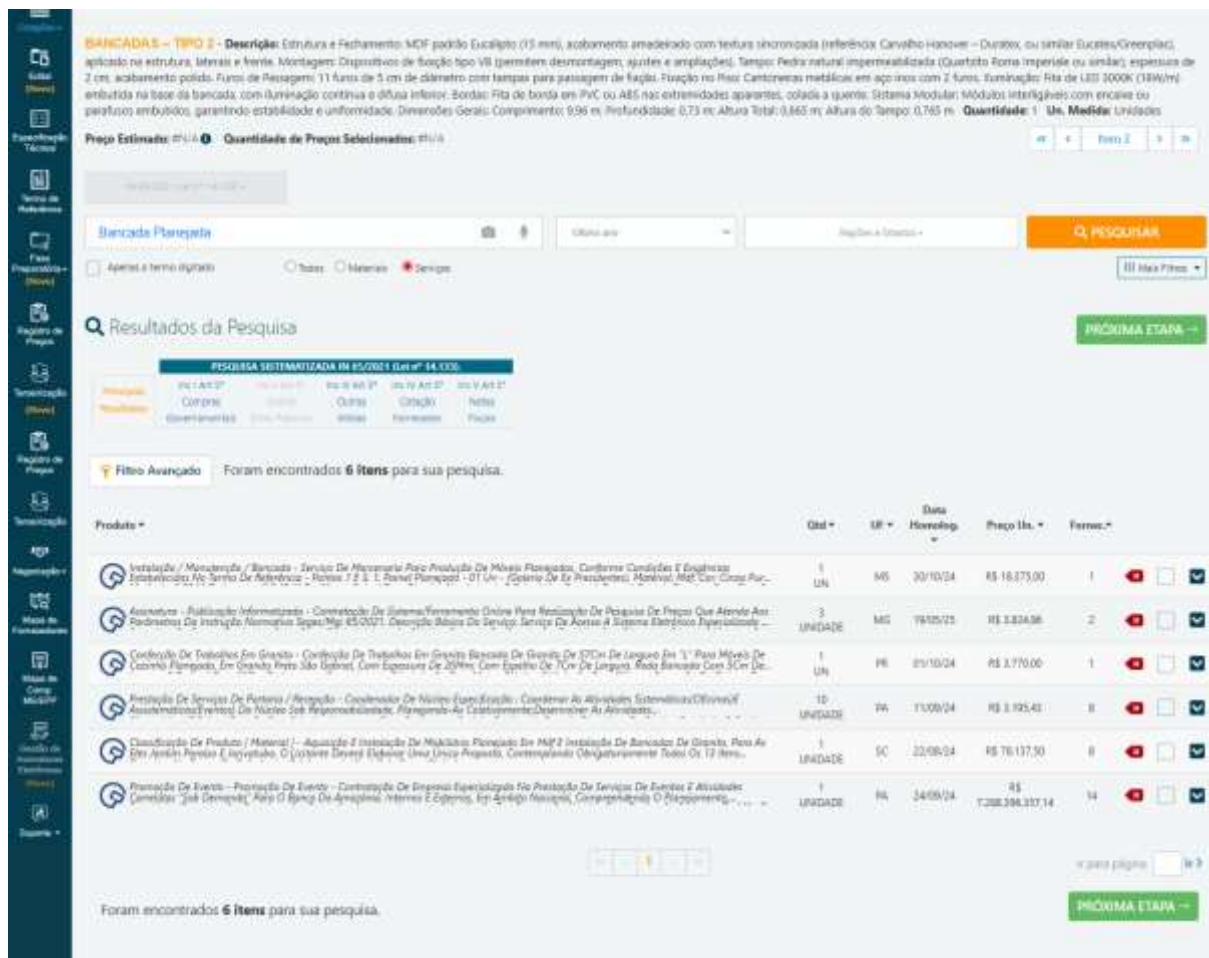
Produto	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Data	Horário	Preço Unit.	Forma
Contorno De Móvel De Madeira Com / Sem Revestimento De Fm-Mica - Bancada Capacidade 250 M.F. 0,86 M Em Mdf Com Instalação E	8	UNIDADE	R\$ 4.321,12	17			
Promocão De Evento - Estande Externo Com Casquinha Para Conservação Cultural Com Área De Aquecimento 30 M², Incluindo Piso	300	UNIDADE	R\$ 1.607,01	18			
Contorno Móvel / Pisos / Paredes Em Vitró - Serviço De Contorno De Bancada De Madeira, Bancada Móvel Montada Sobre 4 Rodas	4	UN	R\$ 1.219,75	4			
Instalação / Manutenção / Bancada - Serviço De Manutenção Para Produção De Móveis Planejados, Condiciona Condicioner E Fridgeiras	1	UN	R\$ 18.375,00	1			
Contorno De Móvel De Madeira Com / Sem Revestimento De Fm-Mica - Contorno De Móvel De Madeira Bancada Rasagete 2 Lugares	1	UN	R\$ 9.536,90	7			
Contorno Móvel / Pisos / Paredes Em Vitró - Ornamento Com Bancada Em Chapa De Mdf/Revestimento/Securante/Consultar Anexo 03, Valor	1	UNIDADE	R\$ 3.131,58	8			
Contorno Móvel / Pisos / Paredes Em Vitró - Bancada Conectividade Em Mdf E/ou (Materiais) De 230cm, No Rodapé Freijo Natural	1	UN	R\$ 9.024,00	3			
Contorno Móvel / Arquivo - Apoio - Conjunto Referência Com Encosto Inferior Conjunto Conjunto De 01 Mesa Empilhável E 02 Bancos	10	UNIDADE	R\$ 1.961,70	8			
Contorno Móvel / Arquivo - Apoio - Conjunto Referência Com Encosto Inferior Conjunto Conjunto De 01 Mesa Empilhável E 02 Bancos	18	UNIDADE	R\$ 2.173,01	8			
Contorno De Trabalho Em Branco - Contorno De Trabalho Em Branco Bancada De Branco De 270cm De Largura Em 1" Pisos Móveis De	1	UN	R\$ 3.770,00	1			

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa com o termo “Bancada Planejada” retornou resultados de mobiliário sob medida que, segundo as suas descrições, não apresentam detalhamento técnico suficiente quanto ao acabamento e demais características previstas no projeto,

conforme mostra a Imagem 6. Dessa forma, os registros são incompletos e tecnicamente insuficientes para utilização como referência de preço.

Imagem 6 – Pesquisa por “Bancada Planejada”



BANCADAS - TIPO 2 - Descrição: Estrutura e Fechamento: MDF padido Escallop (15 mm), acabamento amadeirado com textura sincronizada (referência: Carvalho Haver - Duratex, ou similar Eucites/Greenplac), aplicado na estrutura, laterais e frente. Montagem: Dispositivos de fixação tipo V8 (permitem desmontagem, ajustes e ampliações). Tampo: Pedra natural impermeabilizada (Quartzito Roma Imperiel ou similar), espessura de 2 cm, acabamento polido. Furos de Passagem: 11 furos de 5 cm de diâmetro com tampas para passagem de fiações. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas em aço inox com 2 furos. Iluminação: Rta de LED 3000K (18W/m) embutida na base da bancada, com iluminação contínua e difusa inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes, colada a quente. Sistema Modular: Módulos interligáveis com encaixe ou perfuros embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade. Dimensões Gerais: Comprimento: 998 m; Profundidade: 0,73 m; Altura Total: 0,865 m; Altura do Tampo: 0,765 m. **Quantidade: 1 Un. Medida: Unidades**

Preço Estimado: R\$ 14.000,00 **Quantidade de Preços Selecionados: 14.000**

Bancada Planejada

Resultados da Pesquisa

Foram encontrados 6 itens para sua pesquisa.

Produto	Qtd	SE	Data Homolog	Preço Un.	Forma
Instalação / Montagem / Bancada - Serviço De Montagem Para Produção De Móveis Planejados, Conforme Condições E Especificações Estipuladas No Termo De Referência - Anexo 1 E 2. 1. Bancada Planejada - 01 Un. - (Serviço De Ex. Presidente) Montado, Met. Com. C/ma. Pac...	1 UN	MS	30/10/24	R\$ 18.375,00	1
Assessoria - Publicação/Informática - Contratação De Sistema/Ferramenta Online Para Realização De Pesquisa De Preços Que Atende Aos Parâmetros De Instrução Normativa Segur/Mp. 85/2007. Descrição Básica Do Serviço: Serviço De Apoio A Sistema Eletrônico Especializado...	3 UNIDADE	MS	19/05/23	R\$ 3.834,98	2
Contratação De Trabalho Em Geral - Contratação De Trabalho Em Serviço Bancada De Granito De 170cm De Largura Em 1" Para Móvel De Cozinha Planejadas, Com Granito Preto São Gabriel, Com Espessura De 20mm, Com Espelho De 1,0m De Largura, Borda Bancada Com 3,0cm De...	1 UN	PE	29/10/24	R\$ 3.970,00	1
Prestação De Serviços De Pintura / Reapto - Contratação De Mão De Obra Especializada - Contratar As Atividades Sistemáticas/Operativas, Assessorias/Eventos, De Manutenção/Manutenção, Planejamento/At. Contingência/Desempenho As Atividades...	10 UNIDADE	PA	11/09/24	R\$ 3.925,43	8
Classificação De Produto / Material - Aquisição E Instalação De Módulos Planejados Em MFP Instalação De Bancadas De Granito, Para As 05 Amb. Parede E, Integrado, O (C/obras Diversas) Deixar Uma Única Proposta, Considerando Obrigatoriamente Todos Os 12 Itens...	1 UNIDADE	SC	22/09/24	R\$ 76.137,30	8
Prestação De Serviço - Prestação De Serviço - Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Eventos E Atividades Correlatas (Job Services) Para O Realiz. De Atividades: Internos E Externos, Em Amb. Diversos, Considerando O Planejamento, O...	1 UNIDADE	PA	34/09/24	R\$ 7.288.394.337,14	14

Foram encontrados 6 itens para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa com o termo “Bancada Personalizada” resultou em registros que, segundo as suas descrições, não possuem relação com o item especificado no projeto, conforme mostra a Imagem 7. Portanto, não apresentam valor técnico para subsidiar uma estimativa de preço segura.



Pág. 9/33

Imagem 8 – Bancada Modulada

[illegible]

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Armário Mezanino – Tipo 1

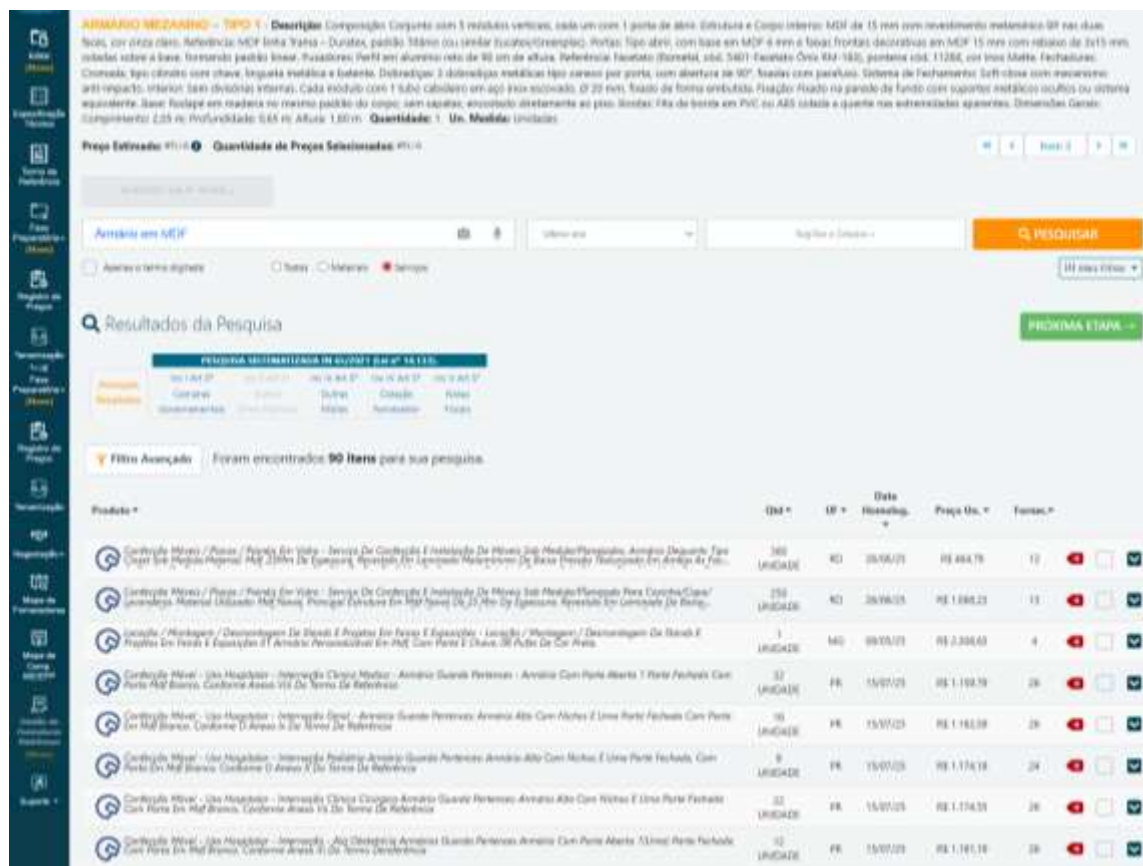
Especificação técnica resumida: Armário composto por 5 módulos verticais, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura em MDF de 15 mm, revestimento melamínico (BP) nas duas faces, cor cinza claro (padrão Titânio), portas com faixas decorativas em MDF 15 mm com rebaixos de 3x15 mm, puxadores de alumínio (90 cm, linha Facetato – Rometal), fechaduras cromadas tipo cilindro, dobradiças tipo caneco (3 por porta), sistema de fechamento suave (soft-close), interior sem divisórias com tubo cabideiro inox Ø 20 mm, fixação na parede com suportes metálicos ocultos,

rodapé no mesmo padrão e bordas em PVC/ABS coladas a quente. Dimensões: 2,05 m (C) x 0,65 m (P) x 1,80 m (A).

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

A pesquisa com o termo “Armário em MDF” apresentou resultados que, segundo as suas descrições, referem-se a móveis genéricos, sem as características construtivas e de acabamento previstas no projeto, conforme mostra a Imagem 9. Assim, não são compatíveis com a especificação estabelecida.

Imagem 9 – Pesquisa por “Armário em MDF”



The screenshot shows the search results for "Armário em MDF" in the Banco de Preços system. The search criteria are set to "Armário em MDF" with filters for "Arquitetura e Engenharia" and "Materiais". The results show 90 items found. The table below displays the first few items:

Produto *	Unid *	UF *	Data Homolog. *	Preço Un. *	Formas *
Condição Móvel / Pareda / Pareda em Vidro - Serviço De Condição E Instalação De Móveis São Medição/Planojato, Armário Dequente Tipo Open Top Medição Regional - Med 230m De Espessura, Armário Em Laminado Melancólico De Base (serviço Regional) Em Armário De Fáb...	360 UNIDADE	RO	26/06/23	R\$ 494,78	12
Condição Móvel / Pareda / Pareda em Vidro - Serviço De Condição E Instalação De Móveis São Medição/Planojato Para Capota/Carro/ Unididade Material Utilizado Mel Branco, Pareda Em Laminado Mel Branco De 25 Mm De Espessura, Armário Em Condição De Bolo...	258 UNIDADE	RO	26/06/23	R\$ 1.048,23	13
Condição / Montagem / Desmontagem De Bordo E Armário Em Pareda E Espessura / Condição / Montagem / Desmontagem De Bordo E Armário Em Pareda E Espessura E Armário Personalizado Em MDF Com Pareda E Chave De Pareda De Cor Preto	1 UNIDADE	MS	09/05/23	R\$ 2.308,63	4
Condição Móvel - Uso Hospitalar - Intercepção Clínica Médica - Armário Suavemente Perforado - Armário Com Pareda Aberta E Pareda Fechada Com Pareda Em Mel Branco, Condição Armário 15 De Torno De Referência	32 UNIDADE	PR	15/07/23	R\$ 1.109,39	26
Condição Móvel - Uso Hospitalar - Intercepção Clínica Médica - Armário Suavemente Perforado - Armário Com Pareda Aberta E Pareda Fechada Com Pareda Em Mel Branco, Condição Armário 15 De Torno De Referência	10 UNIDADE	PR	15/07/23	R\$ 1.162,08	26
Condição Móvel - Uso Hospitalar - Intercepção Clínica Médica - Armário Suavemente Perforado - Armário Com Pareda Aberta E Pareda Fechada Com Pareda Em Mel Branco, Condição Armário 15 De Torno De Referência	9 UNIDADE	PR	15/07/23	R\$ 1.174,18	24
Condição Móvel - Uso Hospitalar - Intercepção Clínica Médica - Armário Suavemente Perforado - Armário Com Pareda Aberta E Pareda Fechada Com Pareda Em Mel Branco, Condição Armário 15 De Torno De Referência	32 UNIDADE	PR	15/07/23	R\$ 1.174,31	26
Condição Móvel - Uso Hospitalar - Intercepção Clínica Médica - Armário Suavemente Perforado - Armário Com Pareda Aberta E Pareda Fechada Com Pareda Em Mel Branco, Condição Armário 15 De Torno De Referência	12 UNIDADE	PR	15/07/23	R\$ 1.161,18	26

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Segundo as descrições apresentadas, os registros obtidos com a pesquisa pelo termo “Armário Planejado” referem-se a armários sob medida, porém sem apresentar detalhes técnicos suficientes sobre os elementos previstos no projeto, conforme mostra a Imagem 10. Dessa forma, trata-se de resultados incompletos e tecnicamente insuficientes para servir de referência de preço.

Imagem 10 – Pesquisa por “Armário Planejado”

ARMÁRIO PLANEJADO – TIPO 1 - Descrição: Composição: Conjunto com 3 módulos verticais, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura e Corpo Interno: MDF de 15 mm com revestimento melamínico BP nas duas faces, por dentro claro. Referência: MDF Infinito Trama – Durex, padrão Têxtil ou similar Eucalite/Greenplate. Portas: Tipo abir, com base em MDF 6 mm e liras frontais decorativas em MDF 15 mm com rebolos de 2x15 mm colados sobre a base, formando padrão linear. Fuxadores: Perfil em alumínio reto de 60 cm de altura. Referência: Facetado (Remat), s/d. 3403-Facetado Onix RM-163, gamboia s/d. 11266, cor inox Matto. Fechadura: Cromada, tipo cilindro com chave, lingueta metálica e batente. Contraluzes: 3 dobradiças metálicas tipo coneo por porta, com abertura de 90°, fixadas com parafuso. Sistema de fechamento: Soft-close com mecanismo anti-impacto. Interior: Sem divisórias internas. Cada módulo com 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø 20 mm, fixado de forma embutida. Puxação: Fixado na parede de fundo com suportes metálicos ocultos ou sistema equivalente. Base: Rodapé em madeira no mesmo padrão do corpo, sem sapatas, encaixado diretamente ao piso. Bordo: Fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades adjacentes. Dimensões Gerais: Comprimento 2,05 m e Profundidade 0,65 m. Altura 1,80 m. Quantidade: 1 Un. Medida: Unidades

Preço Estimado: R\$ 114,4 Quantidade de Preços Selecionados: 87/13

Arquivo: Armário Planejado

Resultados da Pesquisa

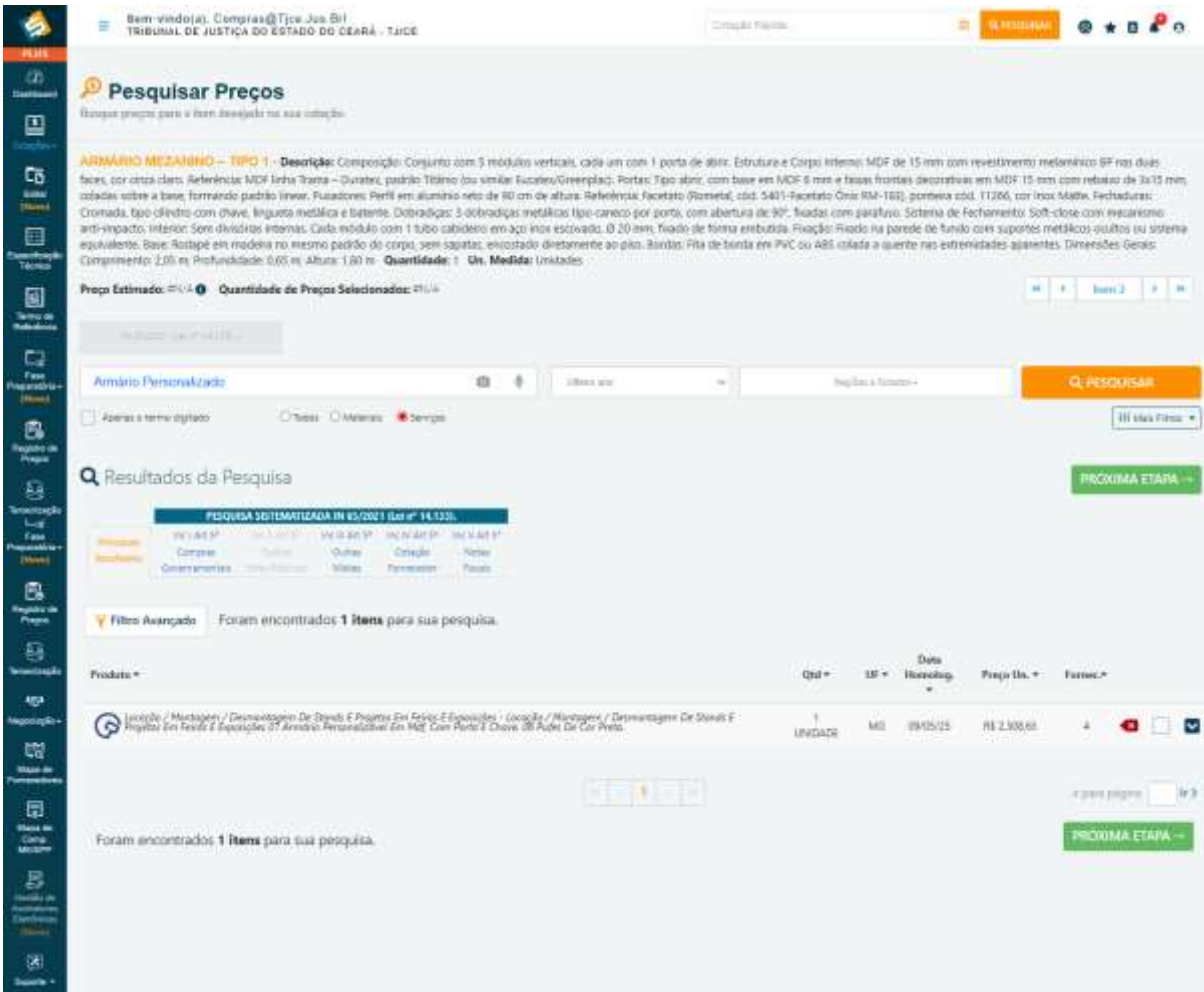
PEQUISA SISTEMATIZADA EM 85/2021 (até 14.12.2021)

Produto	Qtd	UF	Data	Preço Un.	Formas
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Serviço De Instalação E Montagem De Móveis Sob Medida Planejado Para Cozinha Com/...	230	UN	26/06/25	R\$ 1.068,25	13
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Serviço De Instalação E Montagem De Móveis Sob Medida Planejado, Armário Depoente Ráp...	390	UN	26/06/25	R\$ 464,76	12
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Armário Superior 100% MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local, 700Mm...	10	UN	29/10/24	R\$ 837,94	8
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Armário Superior 100% MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local Com...	10	UN	29/10/24	R\$ 855,35	7
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Armário Superior 100% MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local Com...	10	UN	29/10/24	R\$ 747,02	6
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Armário Com 2 Portas 100% Em MDF Planejado, Montagem Sob Medida Adequada Ao Local...	20	UN	29/10/24	R\$ 879,52	10
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Armário Planejado Em MDF Chapa De 30Mm Envernizado, Na Cor Linho Claro, Dimensões...	1	UN	16/10/24	R\$ 11.439,40	2
Conjunto De Móveis De Cozinha Com / Sem Revestimento De Tão-Mat - Conjunto E Instalação De Armário Planejado, Conjunto E...	1	UN	11/09/24	R\$ 2.623,25	4
Conjunto Armário De Cozinha - Conjunto De Móveis Planejado, 11m - Armário Superior 5 Portas MDF 18Mm, Módulo 2000 X 450 X 700...	1	UN	03/12/24	R\$ 15.861,33	6
Instalação E Montagem - Móveis / Armários Móveis - Instalação E Montagem - Móveis / Armários Móveis/Instalação E Instalação De...	1	UN	25/11/24	R\$ 10.084,33	3
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Serviço De Instalação E Montagem De Móveis Planejado, Incluir Entrega De Projeto...	7	UN	16/11/24	R\$ 14.267.993,94	7
Conjunto Móveis / Placote / Placote Em Vitrô - Serviço De Instalação E Montagem De Móveis Planejado, Incluir Entrega De Projeto...	2	UN	16/11/24	R\$ 142.859.015,37	7

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

O único registro obtido na pesquisa pelo termo “Armário Personalizado” não possui relação com o item especificado no projeto, conforme mostra a Imagem 11. Por esse motivo, não atende aos requisitos técnicos estabelecidos.

Imagem 11 – Pesquisa por “Armário Personalizado”



Pesquisar Preços
 Busque preços para o item desejado na sua coleção.

ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1 - Descrição: Composição: Conjunto com 3 módulos verticais, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura e Corpo Interio: MDF de 15 mm com revestimento melamínico SF nas duas faces, cor extra claro. Referência: MDF linha Trama – Divartei, padrão Titânio (ou similar: Eucalipto/Greenplac). Portas: Tipo abrir, com base em MDF 6 mm e faixas frontais decorativas em MDF 15 mm com rebordo de 3x15 mm, coladas sobre a base, formando padrão linear. Puxadores: Perfil em alumínio neta de 80 cm de altura. Revestimento: Facetado (Rometa), cód. 5401-Facetado Onix RM-160), porteira cód. TT266, cor Inox Máxio. Fechaduras: Cromada, tipo cilindro com chave, lingueta metálica e batente. Dobradiças: 3-dobradiças metálicas tipo-caneço por porta, com abertura de 90°, fixadas com parafuso. Sistema de Fechamento: Soft-close com mecanismo anti-impacto. Interior: Sem divisórias internas. Cada módulo com 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø 20 mm, fixado de forma embutida. Fixação: Fixado na parede de fundo com suportes metálicos-qualitos (ou sistema equivalente). Base: Rostapé em madeira no mesmo padrão do corpo, sem saídas, encostado diretamente ao piso. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades adjacentes. Dimensões Gerais: Comprimento: 2,00 m; Profundidade: 0,60 m; Altura: 1,80 m. Quantidade: 1 Un. Medida: Unidades.

Preço Estimado: R\$ 2.900,00 Quantidade de Preços Selecionados: 1/1

Resultados da Pesquisa

PESQUISA SISTEMATIZADA IN 05/2021 (at nº 14.120).

Item	Descrição	Quantidade	Valor	Valor Total
1	Armário Mezanino - Tipo 1	1	R\$ 2.900,00	R\$ 2.900,00

Foram encontrados 1 item para sua pesquisa.

Produto: Armário Mezanino - Tipo 1

Qtd: 1

Valor: R\$ 2.900,00

Data: 09/05/25

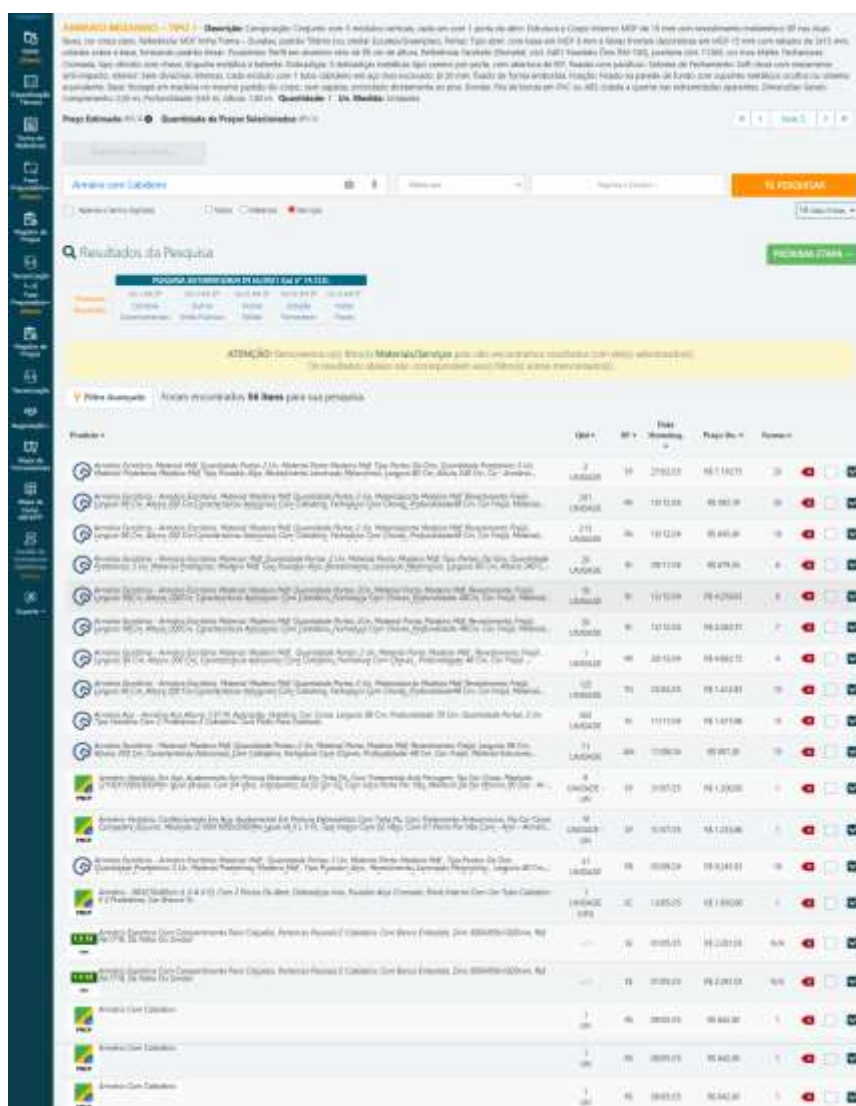
Preço Un.: R\$ 2.900,00

Fornecedor: [Fornecedor não identificado]

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Armário com Cabideiro” resultou em móveis de prateleira que não apresentam conformidade com as dimensões, materiais, acabamento e sistema de fixação previstos no projeto, conforme mostra a Imagem 12. Assim, são inadequados para uso como base de estimativa segura.

Imagem 12 – Pesquisa por “Armário com Cabideiro”



Produto	Unidade	Qtde	Valor	Preço	Status
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente
Armário (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois) Armários com 2 prateleiras e 2 portas. (Acabado: Material MDF) Quantidade: 2 (dois)	UNID	2	2.100,00	R\$ 2.100,00	Pendente

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

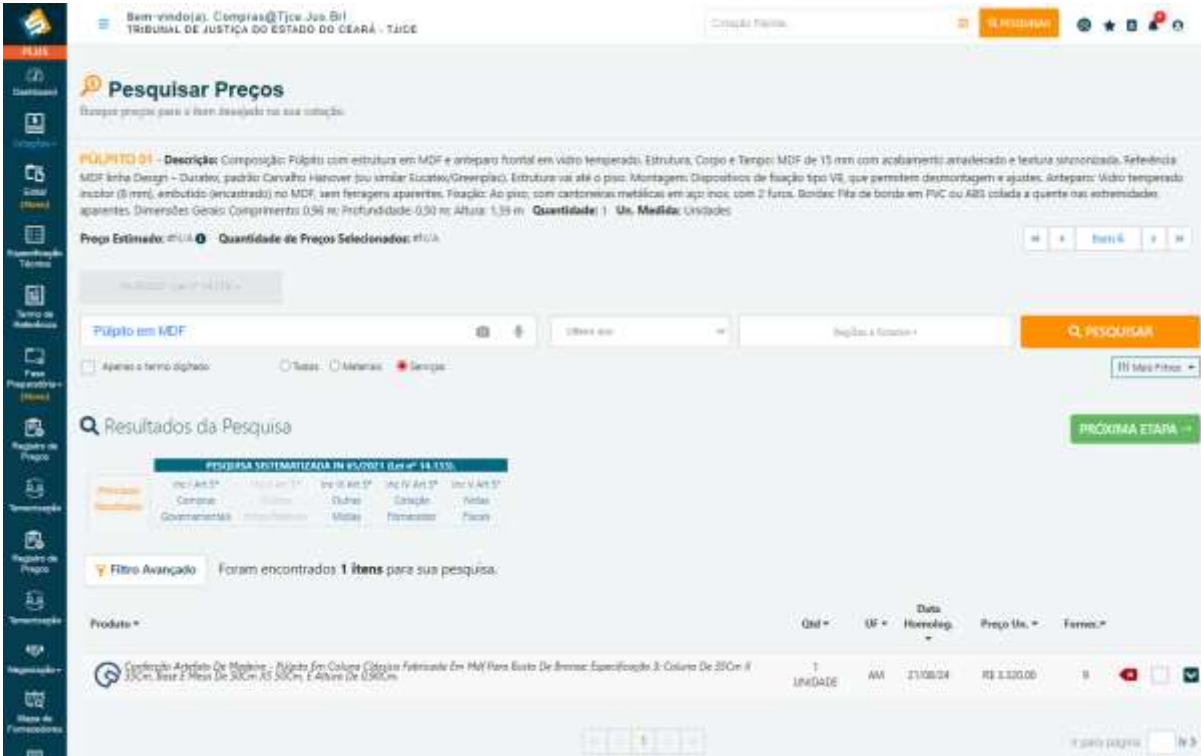
Púlpito 01

Especificação técnica resumida: Púlpito com estrutura em MDF de 15 mm (acabamento amadeirado com textura sincronizada, padrão Carvalho Hanover), tampo no mesmo padrão, anteparo frontal em vidro temperado incolor de 8 mm encastrado, fixação ao piso por cantoneiras metálicas em aço inox, bordas em PVC/ABS coladas a quente. Dimensões: 0,96 m (C) x 0,50 m (P) x 1,39 m (A).

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

Conforme mostra a Imagem 13, a pesquisa pelo termo “Púlpito em MDF” apresentou registros de mobiliário genérico que não possuem os elementos construtivos, as funcionalidades e o padrão de acabamento previstos no projeto. Portanto, não são compatíveis com as exigências estabelecidas.

Imagem 13 – Pesquisa por “Púlpito em MDF”



Bem-vindo(a), [Compras@Tjce.Jus.Br](#)
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - TJCE

Pesquisar Preços
Busque preços para o item desejado na sua coleção.

PÚLPITO 01 - Descrição: Composição: Púlpito com estrutura em MDF e anteparo frontal em vidro temperado. Estrutura, Corpo e Tampo: MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Seleção: MDF linha Design - Duratex, padrão Carvalho Hanover (ou similar Eucalyptus/Greenplac). Estrutura vai até o piso. Montagem: Dispositivos de fixação tipo V8, que permitem desmontagem e ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor (8 mm), embutido (encastrado) no MDF, sem fôrçagens aparentes. Fixação: Ao piso, com cantoneiras metálicas em aço inox, com 2 furos. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades. Aparentes: Dimensões Gerais: Comprimento: 0,96 m; Profundidade: 0,50 m; Altura: 1,39 m. **Quantidade:** 1 **Un. Medida:** Unidades

Preço Estimado: **R\$ 1.320,00** Quantidade de Preços Selecionados: **1**

Púlpito em MDF

Resultados da Pesquisa

PEQUENA SINTESE DA PESQUISA EM 05/08/2025 (até 14:15h)

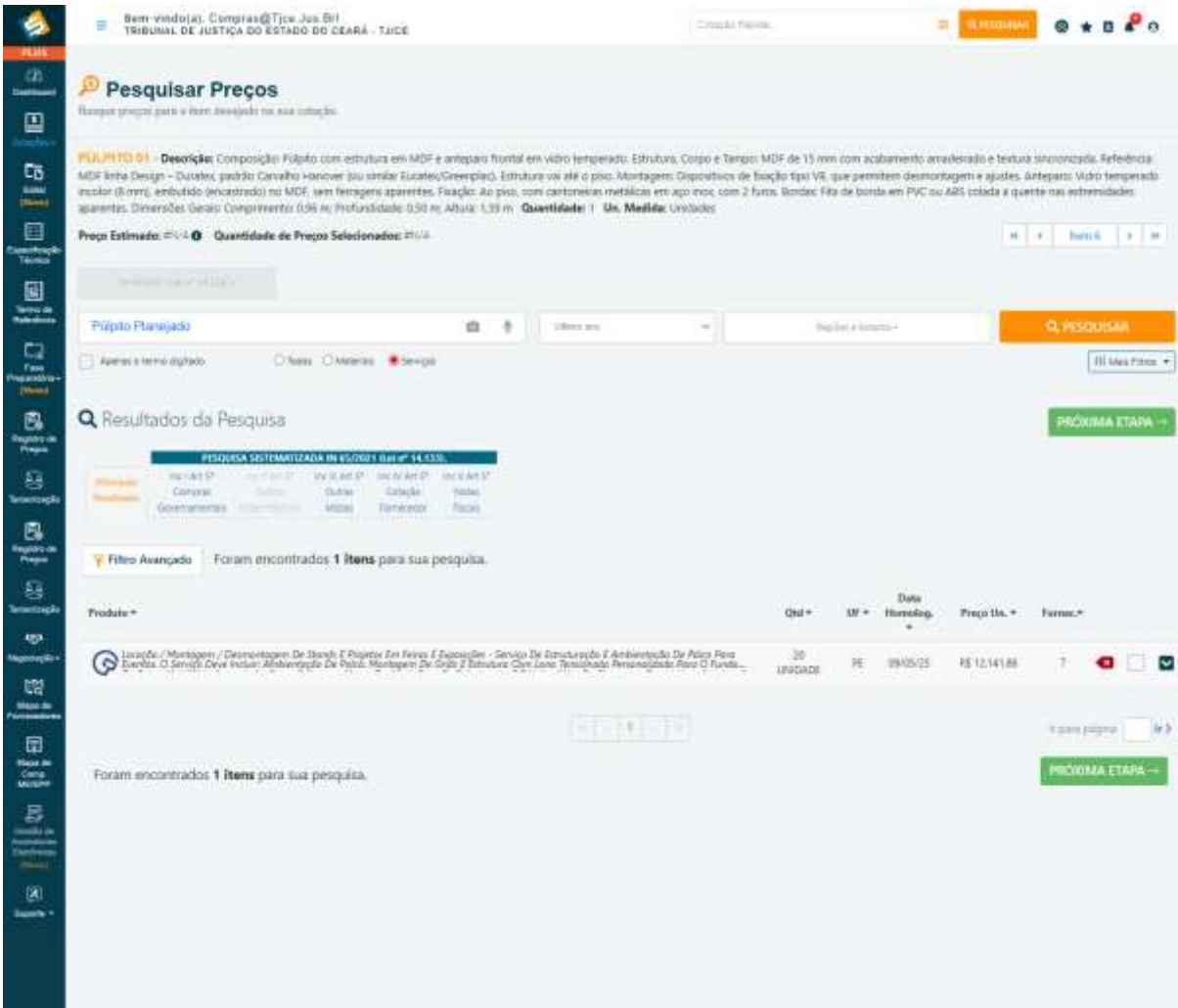
Produto	Quantidade	Data	Preço Un.	Forma
Confecção Acabado De Madeira - Púlpito Em Coluna Coluna Fabricado Em MDF Para Busto De Busto: Especificação 3: Coluna De 250x1130x1130, Base E Mesa De 300x1130x1130, E Altura De 0,960m	1	23/08/24	R\$ 1.320,00	B

Foram encontrados **1 item** para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Conforme mostra a Imagem 14, a pesquisa pelo termo “Púlpito Planejado” apresentou registro sem relação com o item especificado no projeto. Portanto, não se aplica como referência de preço.

Imagem 14 – Pesquisa por “Púlpito Planejado”



Pesquisar Preços

RESULTADO 01 - Descrição: Púlpito com estrutura em MDF e anteparo frontal em vidro temperado. Estrutura, Corpo e Tampo: MDF de 15 mm com acabamento amarelado e textura sincronizada. Referência: MDF linha Design - Quatro, padrão Corvelho - Harover (ou similar Zucarel/Greenplac). Estrutura vai até o piso. Montagem: Dispositivos de fixação tipo V6, que permitem desmontagem e ajustes. Anteparo: Vidro temperado insolor (6mm), embutido (encastrado) no MDF, sem ferragens aparentes. Fixação: Ao piso, com cantoneiras metálicas em aço inox, com 2 furos. Bordo: Fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades aparentes. Dimensões Gerais Comprimento: 0,96 m; Profundidade: 0,50 m; Altura: 1,39 m. **Quantidade:** 1 **Us. Medida:** Unidades

Preço Estimado: R\$ 12.141,88 **Quantidade de Preço Selecionados:** 1

Púlpito Planejado

Resultados da Pesquisa

PESQUISA SISTEMATIZADA EM R\$ 0001 (até R\$ 14.535)

Produto	Preço	Quantidade	Valor Total
Púlpito Planejado	R\$ 12.141,88	1	R\$ 12.141,88

Filtro Avançado Foram encontrados **1 itens** para sua pesquisa.

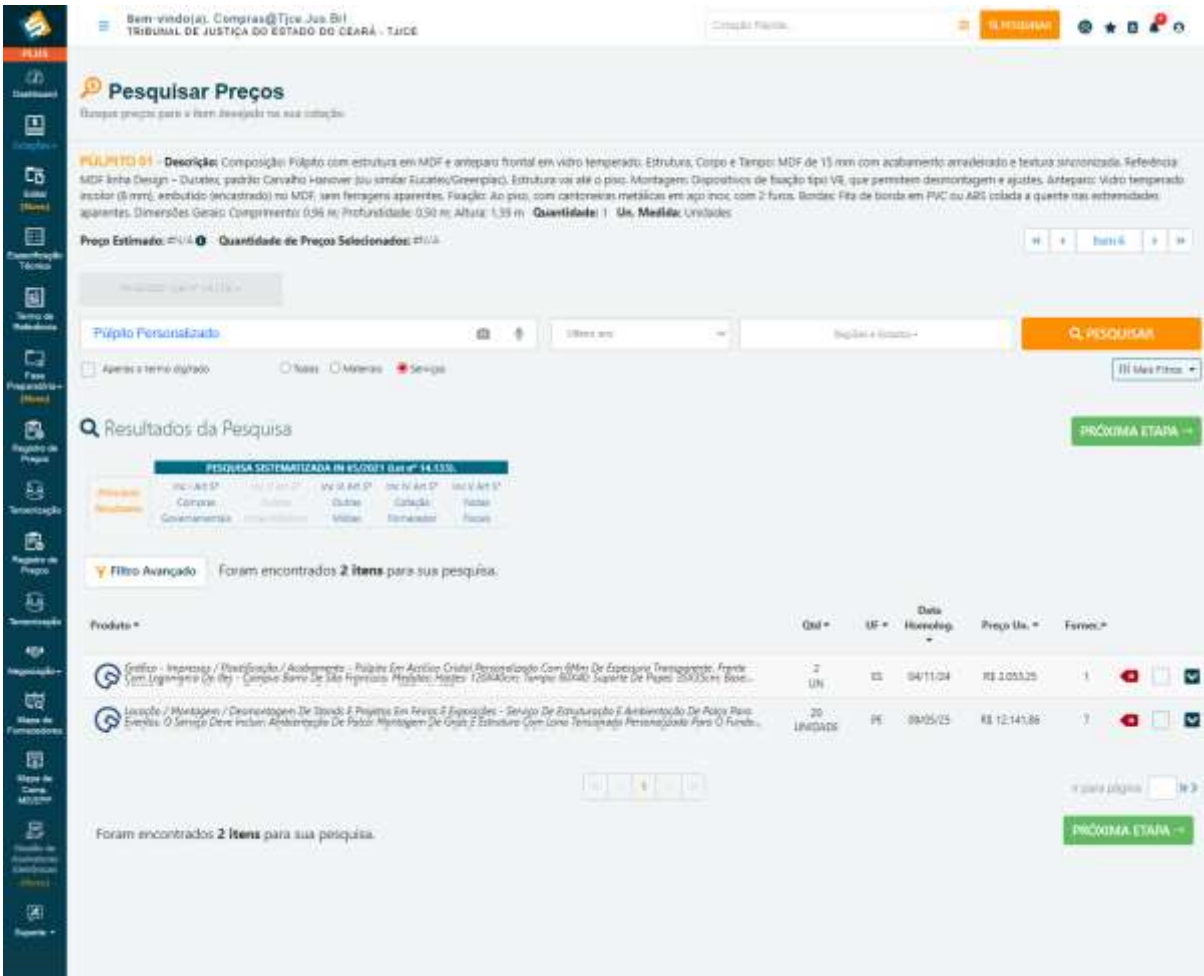
Produto	Qtd	UF	Data Homolog.	Preço Un.	Forma
Locação / Montagem / Desmontagem De Stand E Exposição - Serviço De Estruturação E Ambientação De Palco Para Eventos. O Serviço Deve Incluir: Alinhamento Da Palco, Montagem De Grão E Estrutura Com Lona Tensionada Personalizada Para O Fundo...	30 UNIDADE	PE	09/05/25	R\$ 12.141,88	7

Foram encontrados **1 itens** para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

O registro obtido na pesquisa pelo termo “Púlpito Personalizado” não possui relação com o item especificado no projeto, conforme mostra a Imagem 15. Por esse motivo, não se aplica como referência de preço.

Imagem 15 – Pesquisa por “Púlpito Personalizado”



Pesquisar Preços
 Pesquise preços para o item desejado na sua cotação.

RESULTADO 01 - Descrição: Composição: Púlpito com estrutura em MDF e anteparo frontal em vidro temperado; Estrutura, Corpo e Tampo: MDF de 15 mm com acabamento amarelado e textura sincronizada. Referência: MDF linha Design - Duotec, padrão Corvelho Hanover (ou similar Zucarel/Greenplac). Estrutura vai até o piso; Montagem: Dispositivos de fixação tipo V6, que permitem desmontagem e ajustes. Anteparo: Vidro temperado insolor (6 mm), embutido (encastado) no MDF, sem ferragens aparentes. Fixação: Ao piso, com cantoneiras metálicas em aço inox, com 2 furos. Bordo: Fita de borda em PVC ou ABS colada a quente nas extremidades aparentes. Dimensões Gerais: Comprimento (0,90 m); Profundidade: 0,90 m; Altura: 1,35 m. **Quantidade:** 1 **Us. Medida:** Unidades

Preço Estimado: R\$ 1.053,25 **Quantidade de Preço Selecionados:** 1/1

Púlpito Personalizado

☐ Apenas o termo digitado ☐ Nave ☐ Materiais ☒ Serviços

Resultados da Pesquisa

PESQUISA SISTEMATIZADA EM 05/08/2025 às 14:53:05

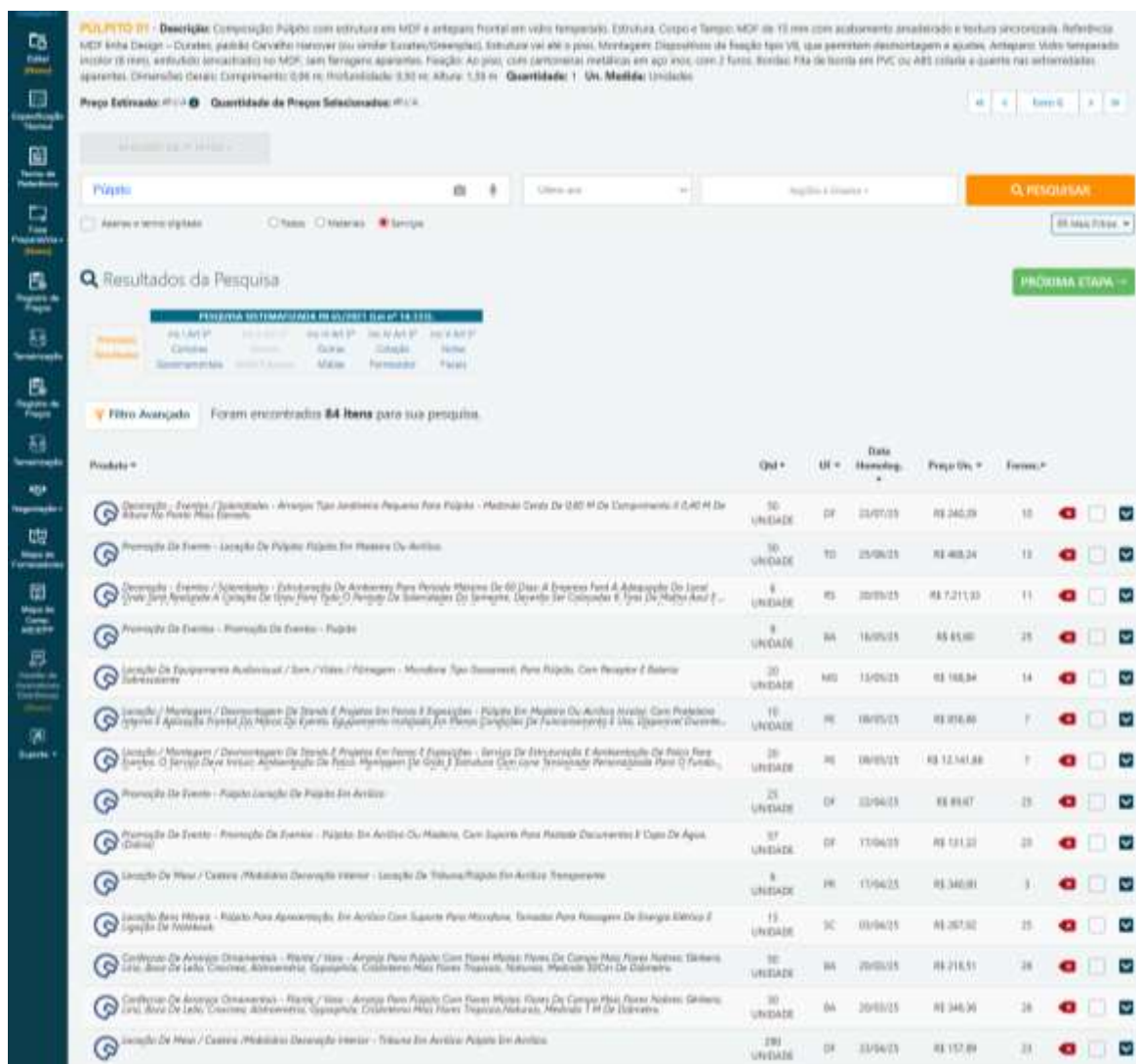
Item	Descrição	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total	Forma
01	Púlpito Personalizado	1	R\$ 1.053,25	R\$ 1.053,25	1
02	Púlpito Personalizado	20	R\$ 12.141,86	R\$ 242.837,20	20

Foram encontrados **2 itens** para sua pesquisa.

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Foram encontrados registros incompatíveis com o item especificado no projeto na pesquisa pelo termo “Púlpito”, conforme mostra a Imagem 16. Assim, também não se aplica como referência de preço.

Imagem 16 – Pesquisa por “Púlpito”



Produto	Unid	Data Homolog.	Preço Un.	Status
Decoração - Eventos / Simpatias - Arranjo Tipo Jardim Pequeno Para Púlpito - Madeira Corta De 0,80 M De Comprimento E 0,40 M De Altura Para Mesa Pequena	50 UNIDADE	DF 03/07/25	R\$ 245,29	10
Promessa De Evento - Locação De Púlpito Pórtico Em Passarela De Arlidos	50 UNIDADE	TO 25/06/25	R\$ 488,24	13
Decoração - Eventos / Simpatias - Estruturação De Ambiente Para Período Matino De 00 Dias E Eventos Para A Abertura Do Local (Tudo Incl. Arvoredo A Locação De Tenda Para Tenda O Pórtico De Simpatias De Simpatias, Devido Ser Colocado E Tenda De Madeira E ...	8 UNIDADE	RS 20/03/25	R\$ 7.211,33	11
Promessa De Evento - Promessa De Evento - Púlpito	8 UNIDADE	BA 16/05/25	R\$ 85,00	25
Locação De Equipamento Audiovisual / Som / Vídeo / Filmagem - Montagem Tipo Scaevall, Para Púlpito, Com Receptor E Bateria	20 UNIDADE	MG 13/05/25	R\$ 168,94	14
Locação / Montagem / Desmontagem De Stand E Projeto Em Pórtico E Simpatias - Púlpito Em Madeira De Arlidos Inclui Com Proteção	10 UNIDADE	PE 08/05/25	R\$ 876,40	7
Locação / Montagem / Desmontagem De Stand E Projeto Em Pórtico E Simpatias - Serviço De Estruturação E Montagem De Pórtico Para	20 UNIDADE	PE 08/05/25	R\$ 12.541,88	7
Promessa De Evento - Púlpito Locação De Púlpito Em Arlidos	25 UNIDADE	DF 03/04/25	R\$ 89,47	25
Promessa De Evento - Promessa De Evento - Púlpito Em Arlidos Ou Madeira, Com Suporte Para Passado Documentos E Copo De Água	37 UNIDADE	DF 15/04/25	R\$ 131,32	25
Locação De Mesa / Cadeira (Mobiliário Decorativo Interior - Locação De Tenda/Pórtico Em Arlidos Temporário	8 UNIDADE	PE 15/04/25	R\$ 340,81	3
Locação Para Mesa - Pórtico Para Apresentação, Em Arlidos Com Suporte Para Microfone, Somador Para Passagem De Energia Elétrica E	15 UNIDADE	SC 03/04/25	R\$ 267,92	25
Contrato De Arrendamento - Renda / Alug - Arrendo Para Púlpito Com Renda Móvel Para Tenda, Tenda Para Passagem De Energia Elétrica E	50 UNIDADE	BA 20/03/25	R\$ 218,51	26
Contrato De Arrendamento - Renda / Alug - Arrendo Para Púlpito Com Renda Móvel Para Tenda, Tenda Para Passagem De Energia Elétrica E	30 UNIDADE	BA 20/03/25	R\$ 346,36	26
Locação De Mesa / Cadeira (Mobiliário Decorativo Interior - Tenda Em Arlidos Pórtico Em Arlidos	280 UNIDADE	DF 03/04/25	R\$ 157,89	23

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

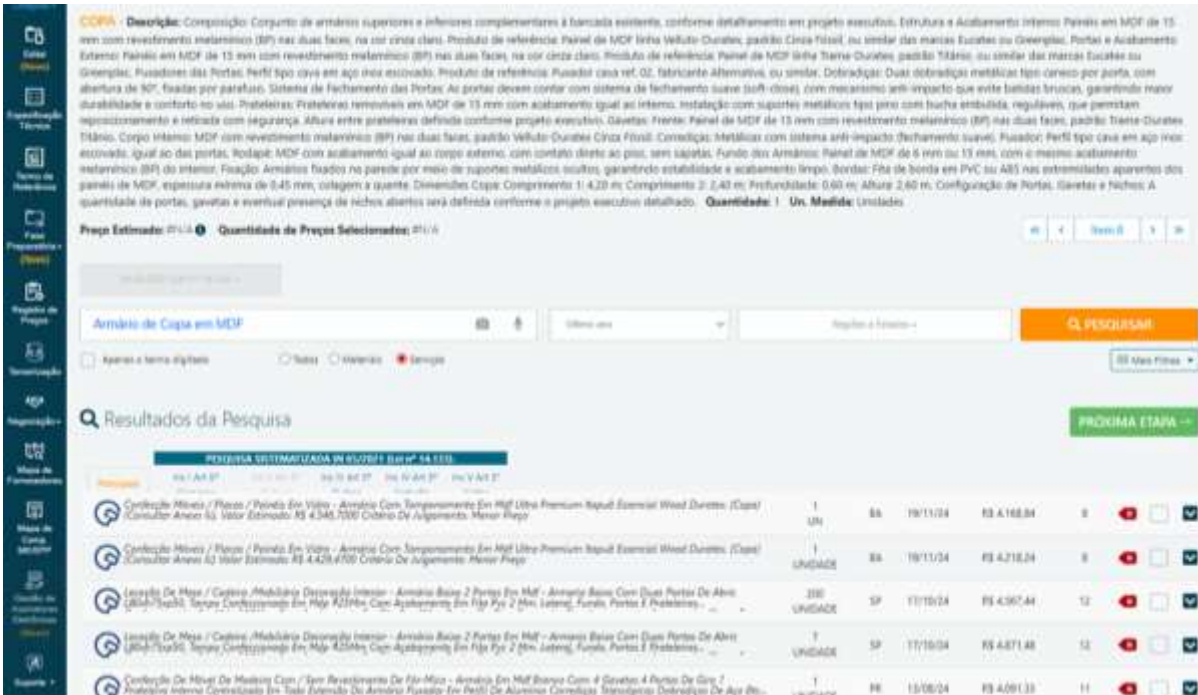
Copa

Especificação técnica resumida: Conjunto de armários superiores e inferiores complementares à bancada existente, com estrutura e acabamento interno em MDF 15 mm (BP cor Cinza Fóssil), portas e acabamento externo em MDF 15 mm (BP padrão Titânio), puxadores tipo cava em aço inox escovado, dobradiças tipo caneco (90°) com sistema soft-close, prateleiras removíveis reguláveis, gavetas com corrediça metálica soft-close, rodapé no mesmo padrão do corpo, fixação na parede por suportes metálicos ocultos e bordas em PVC/ABS coladas a quente.

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

Na pesquisa pelo termo “Armário de Copa em MDF”, foram encontrados armários abrangentes que, segundo as suas descrições, não apresentam o padrão de acabamento nem a composição estrutural previstos no projeto, conforme mostra a Imagem 17. Portanto, não são compatíveis com a especificação estabelecida.

Imagem 17 – Pesquisa por “Armário de Copa em MDF”



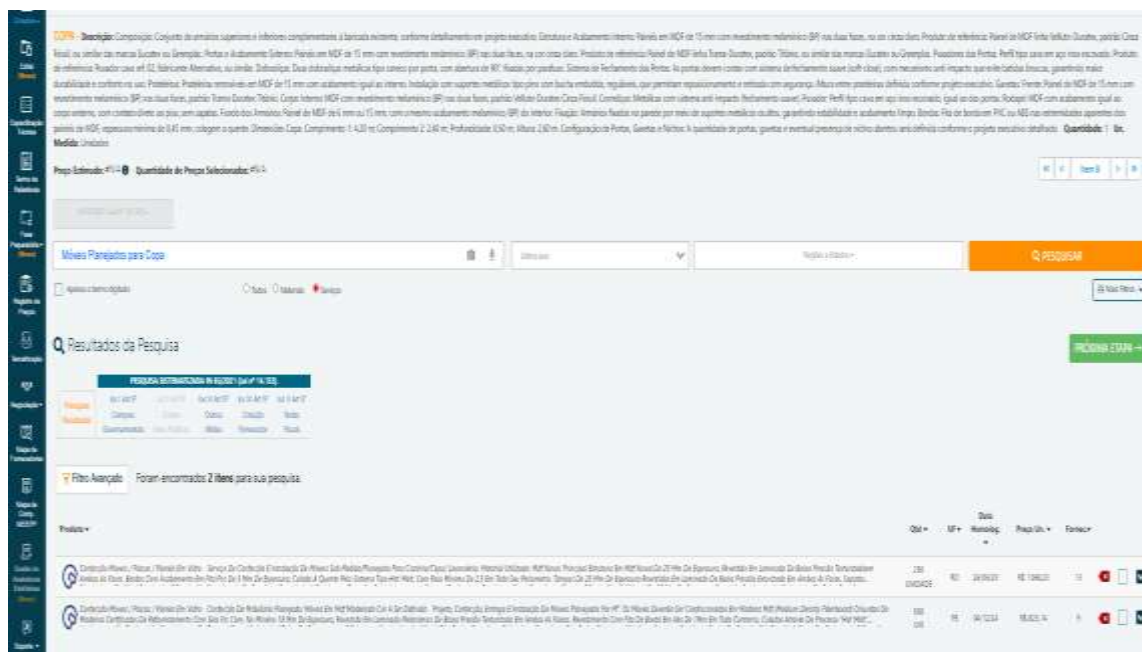
Condição De Mesa / Gabinete / Mobiliário Decorativo Interior - Armário Base 2 Portas Em MDF - Armário Base Com Duas Portas De Abert

Item	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Observações
1	Condição Mínima / Peças / Peças Em Vitrô - Armário Com Transparência Em MDF Ultra Premium Rapid Essential Wood Duratex (Clare)	1 UN	R\$ 4.168,04	R\$ 4.168,04	
2	Condição Mínima / Peças / Peças Em Vitrô - Armário Com Transparência Em MDF Ultra Premium Rapid Essential Wood Duratex (Clare)	1 UNIDADE	R\$ 4.218,04	R\$ 4.218,04	
3	Condição De Mesa / Gabinete / Mobiliário Decorativo Interior - Armário Base 2 Portas Em MDF - Armário Base Com Duas Portas De Abert	330 UNIDADE	R\$ 4.367,44	R\$ 1.441.336,80	
4	Condição De Mesa / Gabinete / Mobiliário Decorativo Interior - Armário Base 2 Portas Em MDF - Armário Base Com Duas Portas De Abert	1 UNIDADE	R\$ 4.871,48	R\$ 4.871,48	
5	Condição De Mesa / Gabinete / Mobiliário Decorativo Interior - Armário Base 2 Portas Em MDF - Armário Base Com Duas Portas De Abert	1 UNIDADE	R\$ 4.081,35	R\$ 4.081,35	

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Os registros encontrados na pesquisa pelo termo “Móveis Planejados para Copa” referem-se a móveis sob medida que, segundo as suas descrições, não apresentam detalhamento técnico sobre materiais, sistema de fixação e acabamento institucional, conforme mostra a Imagem 18. Assim, são incompletos e tecnicamente insuficientes para utilização como referência de preço.

Imagem 18 – Pesquisa por “Móveis Planejados para Copa”



Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Conforme mostra a Imagem 19, a pesquisa pelo termo “Armário de Cozinha Planejado” apresentou registros de armários que não possuem conformidade com as dimensões, o padrão de acabamento e as ferragens institucionais exigidas no projeto. Por essa razão, não atendem aos requisitos técnicos estabelecidos.

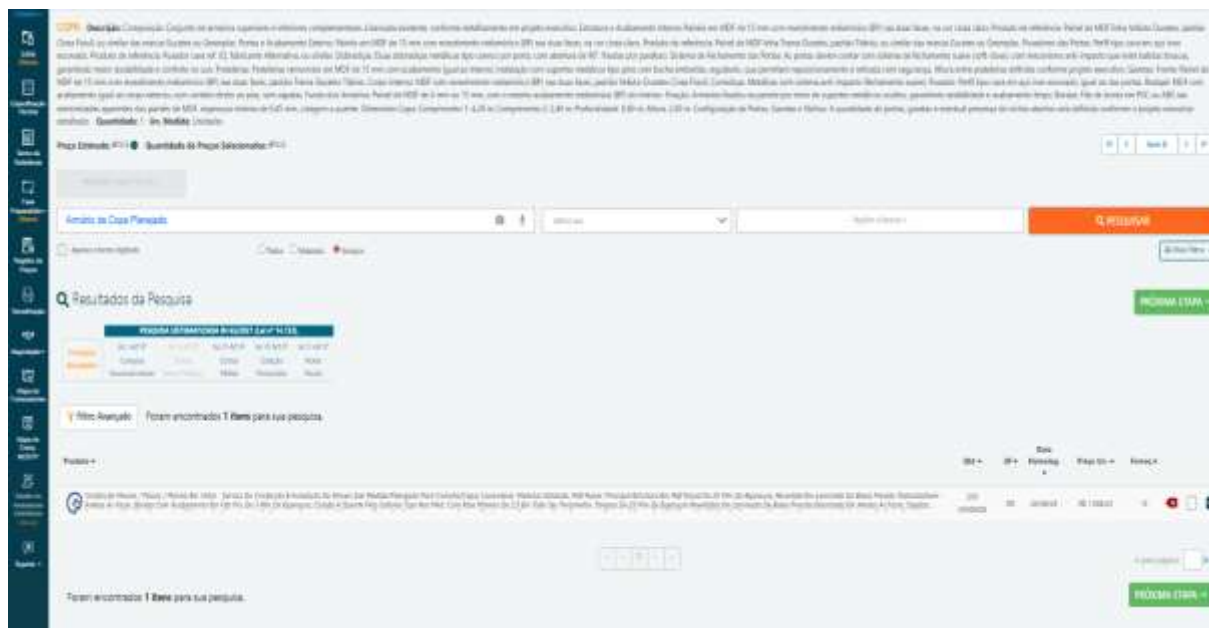
Imagem 19 – Pesquisa por “Armário de Cozinha Planejado”



Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Armário de Copa Planejado” retornou resultados com variação de materiais e acabamentos, sem o padrão arquitetônico definido e sem os componentes previstos no projeto, conforme mostra a Imagem 20. Assim, são inadequados para uso como base de estimativa segura.

Imagem 20 – Pesquisa por “Armário de Copa Planejado”



Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Mesa Planejada” resultou em registros escassos que, segundo as suas descrições, carecem de detalhamento técnico suficiente sobre os elementos previstos no projeto, conforme mostra a Imagem 22. Assim, são incompletos e tecnicamente insuficientes para utilização como referência de preço.

Imagem 22 – Pesquisa por “Mesa Planejada”

[illegible]

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

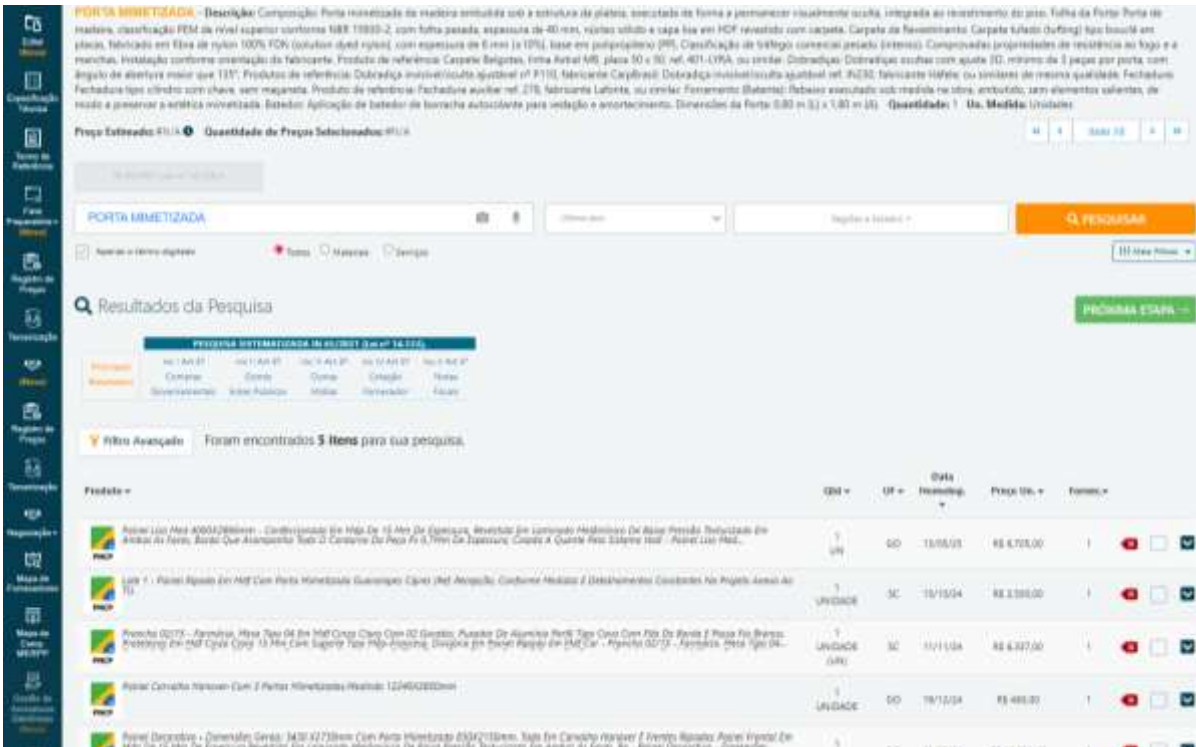
Porta Mimetizada

Especificação técnica resumida: Porta mimetizada de madeira, embutida sob a estrutura da plateia, folha com núcleo sólido (classificação PEM nível superior conforme NBR 15930-2), capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

A pesquisa pelo termo “Porta Mimetizada” não apresentou registros com correspondência técnica ao projeto, trazendo apenas resultados genéricos que não possuem o acabamento e os sistemas construtivos previstos, conforme mostra a Imagem 23. Portanto, não são compatíveis com a especificação estabelecida.

Imagem 23 – Pesquisa por “Porta Mimetizada”

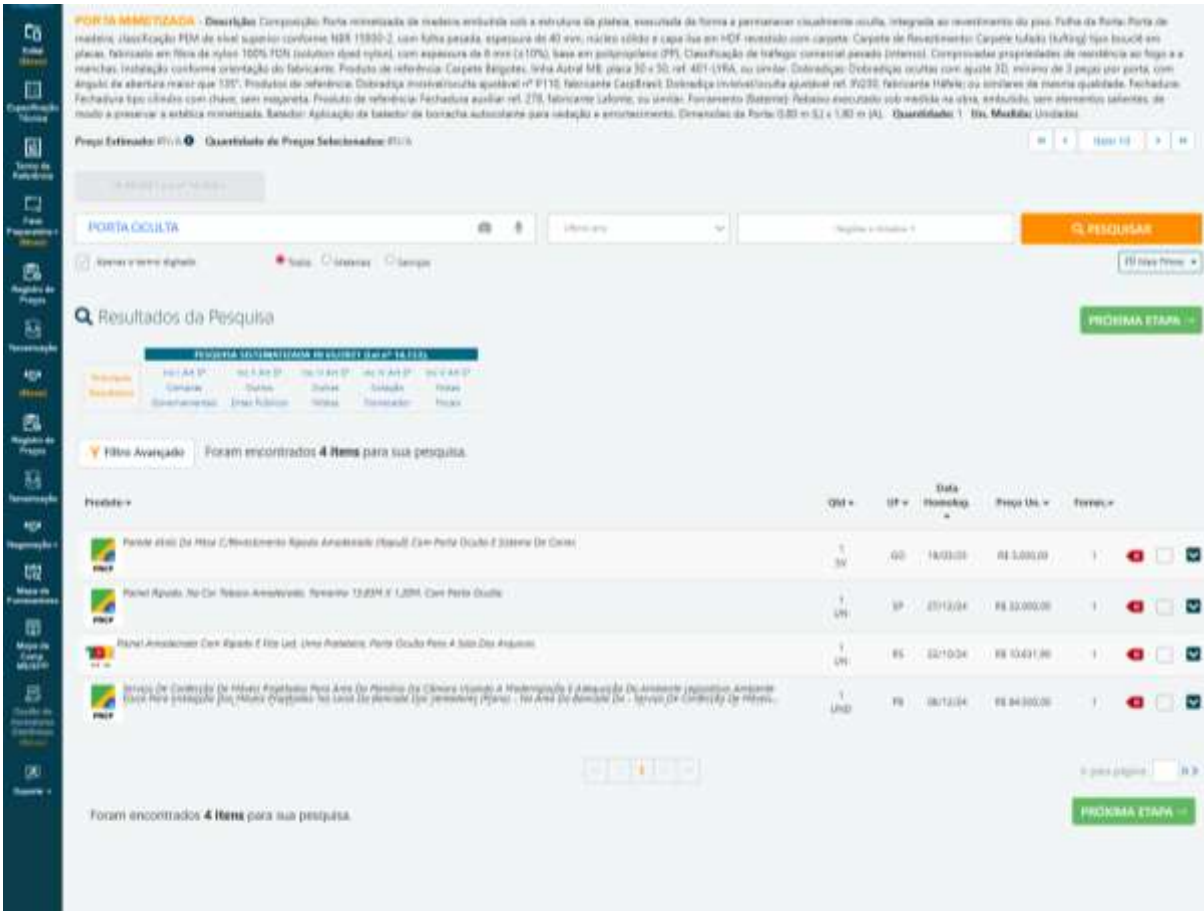


Produto	QTD	UF	Data	Preço Unit.	Forma
Porta Mimetizada - Descrição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, com núcleo sólido e capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).	1	GO	15/05/21	R\$ 6.700,00	1
Porta Mimetizada - Descrição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, com núcleo sólido e capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).	1	SC	15/05/24	R\$ 3.388,00	1
Porta Mimetizada - Descrição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, com núcleo sólido e capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).	1	SC	11/11/24	R\$ 6.327,00	1
Porta Mimetizada - Descrição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, com núcleo sólido e capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).	1	GO	18/10/24	R\$ 488,00	1
Porta Mimetizada - Descrição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, com núcleo sólido e capa em HDF revestido com carpete tufado tipo bouclê em placas, dobradiças ocultas com ajuste 3D (abertura >135°), fechadura tipo cilindro sem maçaneta, batente rebaixado embutido, batedor de borracha e dimensões de 0,80 m (L) x 1,80 m (A).	1	GO	06/08/24	R\$ 11.000,00	1

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Conforme mostra a Imagem 24, a pesquisa pelo termo “Porta Oculta” apresentou itens com aparência similar, mas sem as características construtivas e de acabamento previstas no projeto. Assim, são incompletos e tecnicamente insuficientes para utilização como referência de preço.

Imagem 24 – Pesquisa por “Porta Oculta”



The screenshot shows the search results for 'Porta Oculta' in the Banco de Preços system. The search criteria are: 'PORTA OCULTA', 'Alcova - 10m²', and 'Região - Alameda 1'. The results show 4 items found.

Produto	Qtd	UF	Data	Preço Un.	Forma
Porta Oculta (Alcova - 10m²) - Região - Alameda 1	1	GO	18/03/01	R\$ 3.000,00	1
Porta Oculta (Alcova - 10m²) - Região - Alameda 1	1	SP	07/12/04	R\$ 32.000,00	1
Porta Oculta (Alcova - 10m²) - Região - Alameda 1	1	RS	02/10/04	R\$ 13.631,90	1
Porta Oculta (Alcova - 10m²) - Região - Alameda 1	1	RS	08/12/04	R\$ 84.000,00	1

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Porta Embutida” apresentou registros de portas simples que não possuem o padrão construtivo, o acabamento e a resistência definidos no projeto, conforme mostra a Imagem 25. Portanto, não atendem aos requisitos técnicos estabelecidos.

Imagem 25 – Pesquisa por “Porta Embutida”

[illegible]

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

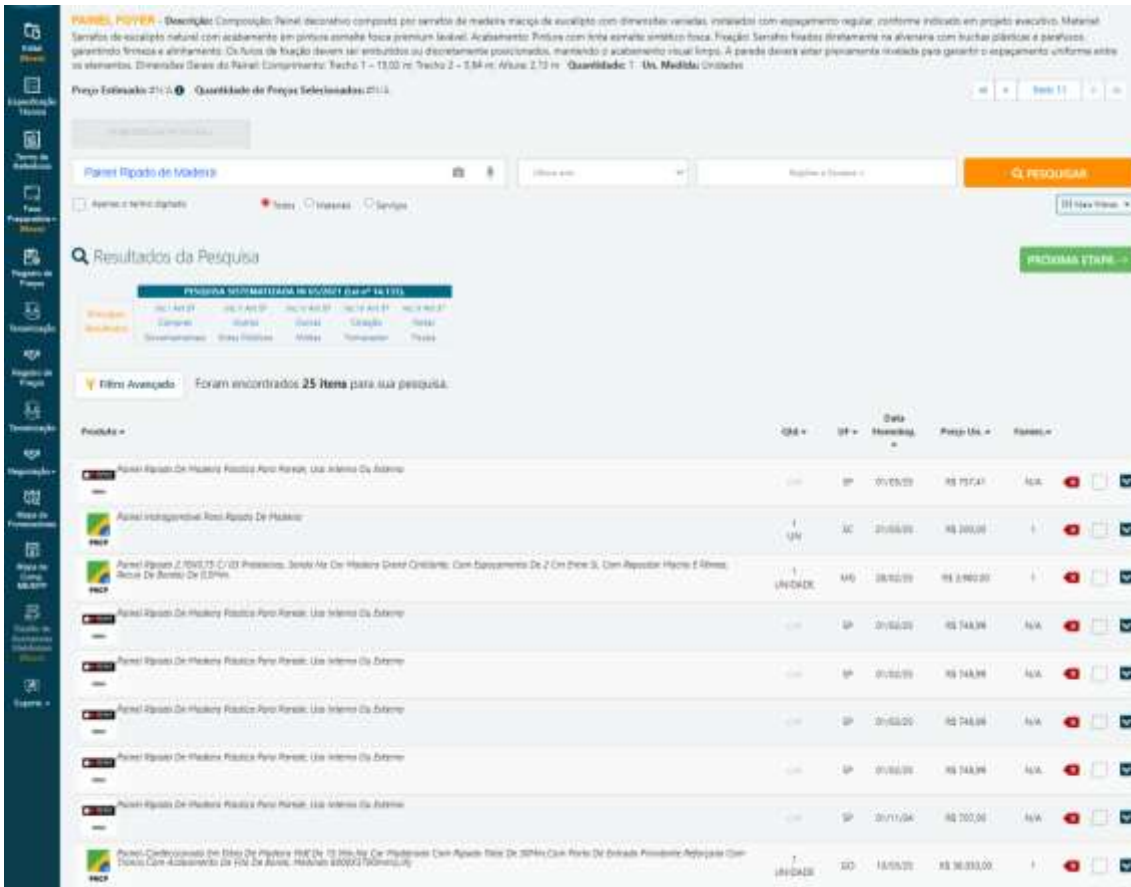
Painel Foyer

Especificação técnica resumida: Painel decorativo composto por sarrafos de madeira maciça de eucalipto com dimensões variadas, pintura esmalte fosca premium lavável (cores Branco Puro e Gelo Seco), fixação direta na alvenaria com buchas e parafusos, espaçamento uniforme de 2 cm entre peças, módulos numerados conforme projeto executivo, comprimento total de 15,02 m (trecho 1) e 5,64 m (trecho 2), altura de 2,13 m.

Termos utilizados na pesquisa e avaliação dos resultados:

A pesquisa pelo termo “Painel Ripado de Madeira” apresentou registros de painéis genéricos que não apresentam características construtivas ou de acabamento compatíveis com o projeto, conforme mostra a Imagem 26. Portanto, não são compatíveis com a especificação estabelecida.

Imagem 26 – Painel Ripado de Madeira



Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Painel Sarrafo” apresentou resultados diversos que não possuem características construtivas ou de acabamento compatíveis com o projeto, conforme mostra a Imagem 27. Assim, são incompletos e tecnicamente insuficientes para utilização como referência de preço.

Imagem 27 – Painel Sarrafo

PAINEL, PAINEL | Descrição: Capanga. Painel decorativo composto por detalhes de madeira maciça de eucalipto com dimensões variadas, montado com encaixe regular, conforme indicado em projeto executivo. Material: Sarrafo de eucalipto natural com acabamento em pintura esmalte fosco premium final. Acabamento: Pintura com tinta esmalte sintético fosco. O painel Sarrafo fixado diretamente na estrutura com parafusos e parafusos, garantindo firmeza e durabilidade. Os painéis de Sarrafo devem ser produzidos de acordo com o dimensionamento apresentado, respeitando o acabamento visual único. A parede deverá ser posicionada para garantir o encaixe perfeito entre os elementos. Dimensões: Caixa do Painel: Comprimento: 2,00 m x 1,00 m x 0,05 m. Quantidade: 01. Un. Medida: Unidade.

Preço Estimado: 0,00 | Quantidade de Preços Selecionados: 0,00

☐ Apenas o termo digitado ☒ Base ☐ Materiais ☐ Serviços

Resultados da Pesquisa PRÓXIMA PAGINA >>

Mostrando 10 itens (de 31 de 31)

Descrição	Quantidade	Valor	Valor Unit.	Data	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Unit.
Painel de Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel de Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel de Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00
Painel Decorativo em Madeira Falsa Unida, Composto por Chapas de Compensado com 100% de Eucalipto, Estruturado com Sarrafos de Madeira Serrada de 2,0 x 0,2 x 0,05 m, com	1,00	R\$	11,00	11/08/25	R\$ 11,00	11,00	11,00	11,00

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

A pesquisa pelo termo “Painel Ripado” não apresentou registros com descrição técnica compatível com o projeto, conforme mostra a Imagem 28. Portanto, também não atende aos requisitos técnicos estabelecidos.

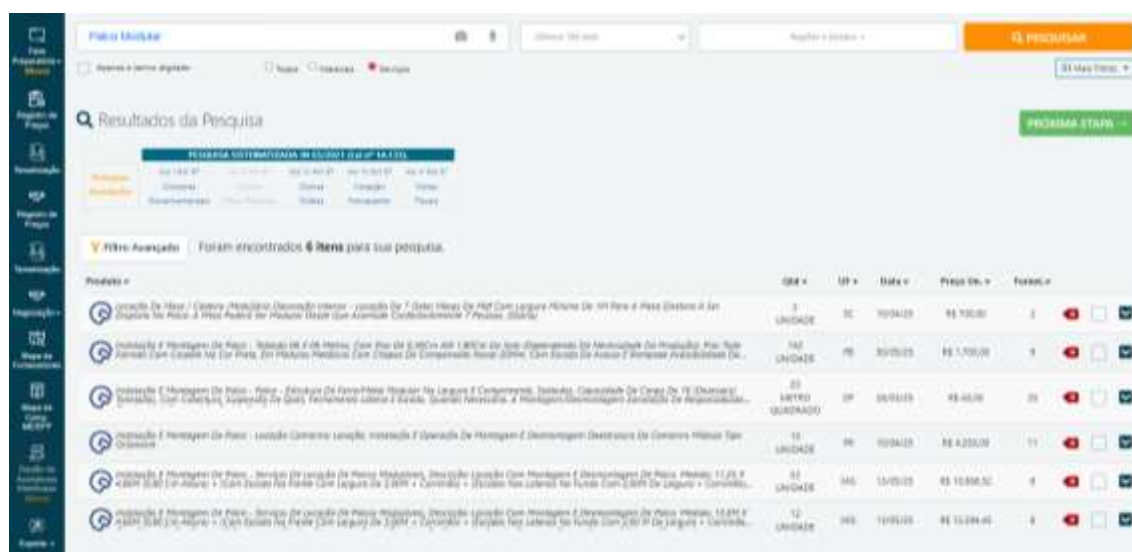
Imagem 28 – Painel Ripado

[illegible]

Fonte: Banco de Preços (07/08/2025)

Na pesquisa retratada pela Imagem 30, com o termo **“Palco Modular”**, foram identificados itens referentes a palcos metálicos de locação, destinados a eventos. Tais soluções, entretanto, também divergem das especificações técnicas do projeto. Dessa forma, os resultados obtidos revelam-se insuficientes e não podem ser considerados como referência de preço.

Imagem 30 – Palco Modular



Item	Unidade	Data	Preço Unit.	Status
1. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
2. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
3. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
4. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
5. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
6. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
7. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
8. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
9. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
10. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
11. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo
12. Locação de Palco Modular (com compensado) para eventos, com estrutura metálica, iluminação, som e sistema de ar condicionado. O preço inclui a montagem e a desmontagem.	1 UNIDADE	10/04/25	R\$ 700,00	Ativo

Fonte: Banco de Preços (17/09/2025)

Como se observa na Imagem 31, a pesquisa pelo termo **“Palco com Compensado”** retornou 23 itens, todos distintos do objeto requerido, pois se tratam de soluções metálicas locadas para eventos, acompanhadas de montagem e desmontagem. Ainda que algumas descrições mencionem compensado, não se verificam as condições construtivas e de acabamento estabelecidas no projeto, tais como madeira de eucalipto maciço, chapas de compensado naval de 18 mm e carpete comercial pesado. Dessa forma, os resultados também são incompletos e não devem ser utilizados como referência de preço.

Imagem 31 – Palco com Compensado

Palco com Compensado		Unidade: 100 m²		Região: Ceará		Q. PESQUISA
<input type="checkbox"/> Apenas o termo digitado		<input type="radio"/> Todos <input type="radio"/> Materiais <input checked="" type="radio"/> Serviços		<input type="text" value="10 May 2025"/>		
Resultados da Pesquisa						
PREVISÃO ESTIMADA EM R\$ (até R\$ 14.000)						
Filtro Avançado		Foram encontrados 23 itens para sua pesquisa.				
Você acabou de visualizar os resultados da Atividade de Registro de Preços. Deseja vê-la novamente? Clique aqui para visualizar						
Produto	UF	Data	Preço Un.	Quant.		
Laje de Montagem de Esquadro Perimetral - Laje de Palco, Medida 0 3 3 metros Laje de Palco Medida 0 3 3 metros, Altura Total 0 70 2 00m, Para de Compensado tipo 24 1/2 metros 24m, Estrutura Tubular De Ferro, Sem Relevo De Furação, Com 01 (Uma) Escada De Acesso Integrada...	CE	14/07/25	R\$ 2.250,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 2.280,00	9	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem de Esquadro Perimetral - Laje de Palco, Medida 0 3 3 metros Para Esquadro Perimetral, Com Grade De Centro E Pladboard Per...	CE	14/07/25	R\$ 3.440,00	7	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem / Desmontagem De Teto E Projeto De Furo E Furação - Laje de Palco Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Grade De Centro E Pladboard Perimetral, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	AC	02/07/25	R\$ 2.460,00	8	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 3.190,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 4.450,00	12	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Com Palco De 0 3 3 metros, Com Grade De Centro E Pladboard Perimetral, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	10/09/25	R\$ 1.790,00	9	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 5.700,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Projeção De Teto - Laje de Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	TO	23/09/25	R\$ 2.880,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 7.200,00	7	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	23/04/25	R\$ 90,00	9	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 7.200,00	7	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	SP	06/06/25	R\$ 5.200,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 5.600,00	11	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 5.760,00	2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	28/04/25	R\$ 800,00	3	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 5.600,00	9	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Esquadro Autoclavado / Sola / Vela / Montagem - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	04/07/25	R\$ 9.880,00	1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	02/04/25	R\$ 860,00	1	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	08/04/25	R\$ 2.280,00	10	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	02/06/25	R\$ 9.400,00	3	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	14/05/25	R\$ 9.880,00	2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
Laje de Montagem De Palco - Laje de 0 3 De Palco, Medida 0 3 3 metros, Com Montagem E Desmontagem, De Palco Para Laje de 0 3 De 10 metros de frente e 0 3 metros de profundidade, Com Relevo Conforme Requerimento De Furo De Centro, Com Grade E Pladboard Per...	PE	14/05/25	R\$ 9.880,00	5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Fonte: Banco de Preços (17/09/2025)

3. Resultados e Conclusão

- 3.1. A marcenaria em questão é altamente personalizada, concebida para compor a ambientação institucional do novo Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará — espaço de relevância simbólica projetado para refletir o prestígio e a solenidade do Poder Judiciário. Suas especificações visam garantir harmonia estética, adequação ergonômica e compatibilidade com os sistemas estruturais e tecnológicos do ambiente. Por essa razão, não foram identificadas, no mercado ou em contratações de outros órgãos públicos, referências de preço tecnicamente comparáveis ao objeto.
- 3.2. As consultas ao *Banco de Preços* não apresentaram registros com correspondência técnica mínima ao projeto executivo. As descrições foram genéricas, incompatíveis com os requisitos construtivos e de acabamento, e divergentes nas dimensões e funcionalidades, inviabilizando seu uso como referência de preço sem comprometer a precisão e a adequação técnica da estimativa.
- 3.3. Diante da ausência de equivalência técnica e da singularidade da demanda, impõe-se a obtenção de orçamentos junto a fornecedores especializados, com base no projeto executivo e no caderno de especificações, observadas as condições pertinentes, nos termos do art. 23, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021. Os registros do Banco de Preços permanecerão apenas como comprovação de diligência e insumo qualitativo, sem aplicação numérica na formação do valor estimado.

ANEXO H – PESQUISA E ANÁLISE DAS COTAÇÕES DE FORNECEDORES

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Número do processo: 8503277-65.2025.8.06.0000

Objeto da Pesquisa: Fornecimento e instalação de mobiliário sob medida em marcenaria para ambientação do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará – TJCE.

O presente Anexo tem por finalidade apresentar a metodologia adotada para a coleta, análise e tratamento das cotações de preços obtidas junto a fornecedores especializados, a fim de subsidiar a composição do valor estimado da contratação no âmbito do Termo de Referência (TR) do processo administrativo supracitado.

1. PROCEDIMENTOS DE SOLICITAÇÃO E SELEÇÃO DAS COTAÇÕES DE FORNECEDORES

- 1.1. A pesquisa de preços foi realizada mediante solicitação direta de cotações a fornecedores especializados, nos termos do art. 10 do *Manual de Pesquisa de Preços* do TJCE. A solicitação formal de proposta comercial, constante deste anexo, contemplou a descrição detalhada dos itens de mobiliário, unidade de fornecimento, quantitativos estimados, prazo mínimo de validade da proposta de 90 (noventa) dias, bem como os demais elementos técnicos pertinentes, encontram-se registrados no Anexo G do TR.
- 1.2. A seleção dos fornecedores consultados considerou a atuação em Fortaleza ou na Região Metropolitana; a capacidade técnica e a regularidade jurídica, verificada por meio de consultas a bases públicas e contratações anteriores; além do porte das empresas, adequado ao quantitativo estimado na pesquisa.
- 1.3. As solicitações foram realizadas por meio eletrônico (e-mail), e todas as propostas consideradas válidas continham os elementos obrigatórios: razão social, CNPJ, endereço físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, identificação do responsável e os valores unitários e totais por item cotado.

1.4. Empresas Consultadas:

TABELA 01 – EMPRESAS – SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO		
ITEM	FORNECEDORES	RESPOSTA
01		Apresentou proposta
02		Apresentou proposta
03		Apresentou proposta
04		Não respondeu
05		Não respondeu
06		Não respondeu
07		Não respondeu
08		Não respondeu
09		Não respondeu
10		Não respondeu
11		Não respondeu
12		Não respondeu
13		Não respondeu
14		Não respondeu
15		Não respondeu
16		Não respondeu
17		Não respondeu
18		Não respondeu
19		Não respondeu

- 1.5. Em cumprimento ao art. 14 do *Manual de Pesquisa de Preços* do TJCE, foi mantido o registro dos fornecedores consultados que não apresentaram proposta, assegurando a rastreabilidade e a transparência no processo de apuração do valor estimado.
- 1.6. Todas as formalizações de solicitação de cotação, bem como os orçamentos recebidos das empresas, encontram-se disponíveis no Anexo G do TR referente a esta contratação.

2. TRATAMENTO DOS DADOS

- 2.1. Com o objetivo de assegurar que o valor estimado da contratação reflita, de maneira fidedigna, os preços praticados no mercado, os valores obtidos em pesquisa realizada diretamente com fornecedores foram submetidos a tratamento estatístico conforme a metodologia adotada pelo TJCE.
- 2.2. As cotações foram inseridas manualmente no portal *Banco de Preços*, exclusivamente para a geração de tabelas demonstrativas e aplicação da metodologia, com o objetivo de mitigar distorções decorrentes de valores atípicos e assegurar transparência e economicidade na definição do valor estimado.
- 2.3. O procedimento adotado baseou-se nas diretrizes do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ, com aplicação de critérios objetivos para exclusão de preços fora do padrão. A metodologia foi estruturada em quatro etapas sequenciais:
 - 2.3.1. Exclusão de preços excessivamente elevados;
 - 2.3.2. Exclusão de preços inexequíveis;
 - 2.3.3. Cálculo de estatísticas complementares;
 - 2.3.4. Definição da base estatística para o valor estimado.
- 2.4. Inicialmente, procedeu-se à análise dos preços com indícios de excesso. Para cada proposta, foi calculada a **média dos demais valores** (ou seja, excluindo-se o valor sob análise), a fim de evitar que o próprio valor influenciasse o resultado da comparação. Em seguida, comparou-se o valor da proposta com essa média específica, obtendo-se o **percentual de variação**. Foi considerado excessivamente elevado o valor superior a 40% da média do rol de preços obtidos.
 - 2.4.1. Conforme disposto na página 30 do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços, do Superior Tribunal de Justiça – STJ:

“...os preços excessivamente elevados deverão ser excluídos individualmente antes de se proceder à eliminação dos inexequíveis, tendo em vista o princípio da economicidade e objetivando obter a melhor contratação para a Administração Pública.”

- 2.5. Em seguida, com os valores excessivos já removidos, procedeu-se à identificação dos preços inexequíveis. Utilizou-se a mesma lógica de comparação percentual: para cada valor restante, calculou-se a média dos demais e, com base nela, identificou-se o percentual de variação. Foi considerado inexequível o valor inferior a 40% da média do rol de preços obtidos.
- 2.6. O percentual de 40%, utilizado tanto para a identificação de preços excessivamente elevados quanto para a identificação de preços inexequíveis, foi adotado com base na orientação contida no art. 6º do Manual de Pesquisa de Preços do TJCE.
- 2.7. Após o saneamento da base de dados, com exclusão dos preços considerados excessivamente elevados e inexequíveis, foram calculadas as seguintes estatísticas complementares:
- 2.7.1. Média dos preços válidos;
 - 2.7.2. Mediana dos preços válidos;
 - 2.7.3. Desvio padrão da amostra;
 - 2.7.4. Coeficiente de variação (CV), calculado pela fórmula: $CV = (\text{desvio padrão} \div \text{média}) \times 100$.
- 2.8. O coeficiente de variação foi adotado como parâmetro técnico para definição da base de cálculo do valor estimado, conforme orientações contidas no Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça – STJ:
- “O coeficiente de variação é considerado baixo quando apresentar percentual igual ou inferior a 25%, sendo nesse caso indicada a média como critério de definição do valor de mercado. Se ele for superior a 25%, o coeficiente indica a presença de valores extremos afetando a média, situação em que se recomenda o uso da mediana como critério de definição do preço médio.”
- 2.9. Com base nesse critério, ao final do processo, o valor estimado de cada item foi definido utilizando-se a média ou a mediana dos preços válidos, conforme o grau de dispersão identificado na análise estatística dos dados.
- 2.10. O tratamento de dados descrito nesta seção encontra-se ilustrado no relatório gerado pelo portal *Banco de Preços*, disponível a partir da página 6, o qual apresenta de forma transparente as etapas aplicadas e os resultados obtidos, através do Mapa Comparativo de Preços e do Mapa Detalhado de Cotação, considerando que:
- 2.10.1. Somente a empresa [REDACTED] apresentou proposta válida para o item 11 (Palco Modular), incluído no projeto de marcenaria, em substituição ao Painel Foyer, já contratado em outra licitação em andamento neste Tribunal. Em razão disso, os valores inicialmente cotados para o Painel Foyer pelas demais empresas foram desconsiderados; e

2.10.2. Embora a estimativa do valor do item, em regra, deva considerar no mínimo três cotações, o tratamento foi realizado exclusivamente com os dados válidos disponíveis, tendo em vista a inexistência de tempo hábil para novas pesquisas de preços, em razão da necessidade de compatibilização com o cronograma da obra civil do plenário.

FORNECEDORES	
Razão Social	Nome de Fantasia

3. CONCLUSÃO

- 3.1. A metodologia aplicada para tratamento e avaliação das cotações seguiu os critérios técnicos definidos pelo Manual de Pesquisa de Preços do TJCE e pelas orientações do STJ, assegurando coerência, transparência e fundamentação estatística à estimativa.
- 3.2. A presente pesquisa de preços dos fornecedores foi realizada pela Gerência de Planejamento de Infraestrutura do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE).

Fortaleza, 25 de setembro de 2025

Equipe de Planejamento:

Jane Lima de Figueirêdo Barroso
Matrícula: 53670
Gerente de Planejamento de Infraestrutura

Franuel de Sousa Silva
Matrícula: 54125
Técnico Judiciário

Danielle Alexandre Carneiro
Matrícula: 53766
Diretora de Infraestrutura – em responsabilidade

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
40%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 40% da média do rol de preços obtidos
40%	Inexequível: valores inferiores a 40% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
ITEM 1 – BANCADA – TIPO 1	R\$ 31.813,18	R\$ 31.813,18	1503,56	4,73	Média	R\$ 30.750,00	R\$ 31.813,18	R\$ 31.813,18
ITEM 2 – BANCADAS – TIPO 2	R\$ 21.240,06	R\$ 21.240,06	1046,60	4,93	Média	R\$ 20.500,00	R\$ 21.240,06	R\$ 21.240,06
ITEM 3 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1	R\$ 10.276,82	R\$ 10.276,82	4351,27	42,34	Média	R\$ 7.200,00	R\$ 10.276,82	R\$ 10.276,82
ITEM 4 – ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 2	R\$ 34.563,07	R\$ 34.563,07	16805,19	48,62	Média	R\$ 22.680,00	R\$ 34.563,07	R\$ 34.563,07
ITEM 5 – PAINEL ESTOFADO, COM ASSENTO ESTOFADO, ESPELHOS COLADOS E PAINEL LATERAL	R\$ 16.586,87	R\$ 16.586,87	909,53	5,48	Média	R\$ 15.943,73	R\$ 16.586,87	R\$ 16.586,87
ITEM 6 – PÚLPITO 01	R\$ 3.309,03	R\$ 3.309,03	437,03	13,21	Média	R\$ 3.000,00	R\$ 3.309,03	R\$ 3.309,03
ITEM 7 – PÚLPITO 02	R\$ 3.368,13	R\$ 3.182,40	680,29	20,20	Média	R\$ 2.800,00	R\$ 3.368,13	R\$ 3.182,40
ITEM 8 – ARMÁRIO COPA	R\$ 21.112,42	R\$ 21.112,42	12179,79	57,69	Média	R\$ 12.500,00	R\$ 21.112,42	R\$ 21.112,42
ITEM 9 – MESA MODULAR	R\$ 2.701,99	R\$ 2.939,98	618,35	22,89	Média	R\$ 2.000,00	R\$ 2.701,99	R\$ 2.939,98
ITEM 10 – PORTA MIMETIZADA	R\$ 3.599,18	R\$ 3.599,18	1978,73	54,98	Média	R\$ 2.200,00	R\$ 3.599,18	R\$ 3.599,18
ITEM 11 – PALCO MODULAR	R\$ 13.875,00	R\$ 13.875,00	0	0	Média	R\$ 13.875,00	R\$ 13.875,00	R\$ 13.875,00

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	BANCADA – TIPO 1	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 30.750,00	R\$ 31.813,18	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 82.791,99		Preço desconsiderado do	Justificativa: Este valor é considerado



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
										cálculo.	EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 160,21% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 32.876,36		VÁLIDO	
2	BANCADAS – TIPO 2	un	6,00	---	Preço Manual		---	R\$ 20.500,00	R\$ 21.240,06	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 228.578,75		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 976,17% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 21.980,12		VÁLIDO	
3	ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1	un	2,00	---	Preço Manual		---	R\$ 7.200,00	R\$ 10.276,82	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 15.605,50		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 51,85% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 13.353,63		VÁLIDO	
4	ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 2	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 22.680,00	R\$ 34.563,07	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 57.901,78		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 67,53% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 46.446,13		VÁLIDO	
5	PAINEL ESTOFADO, COM ASSENTO ESTOFADO, ESPELHOS COLADOS E PAINEL LATERAL	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 26.025,00	R\$ 16.586,87	Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 56,9% superior à média dos demais preços cotados.



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				---	Preço Manual		---	R\$ 17.230,00		VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 15.943,73		VÁLIDO	
6	PÚLPITO 01	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 3.000,00	R\$ 3.309,03	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 4.951,12		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 49,63% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 3.618,05		VÁLIDO	
7	PÚLPITO 02	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 2.800,00	R\$ 3.368,13	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 4.122,00		VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 3.182,40		VÁLIDO	
8	ARMÁRIO COPA	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 12.500,00	R\$ 21.112,42	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 38.599,18		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 82,83% superior à média dos demais preços cotados.
				---	Preço Manual		---	R\$ 29.724,83		VÁLIDO	
9	MESA MODULAR	un	5,00	---	Preço Manual		---	R\$ 2.000,00	R\$ 2.701,99	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 3.165,99		VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 2.939,98		VÁLIDO	
10	PORTA MIMETIZADA	un	1,00								



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				---	Preço Manual		---	R\$ 2.200,00	R\$ 3.599,18	VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 4.998,35		VÁLIDO	
				---	Preço Manual		---	R\$ 8.799,75		Preço desconsiderado do cálculo.	Justificativa: Este valor é considerado EXCESSIVAMENTE ELEVADO, pois é 141,8% superior à média dos demais preços cotados.
11	PALCO MODULAR	un	1,00	---	Preço Manual		---	R\$ 13.875,00	R\$ 13.875,00	VÁLIDO	



MAPA DETALHADO DE COTAÇÃO

(Contém: descrição detalhada dos itens, valores unitários, quantidades, unidade de medida, valores totais e globais, sem a identificação das empresas)

Item	Descrição Detalhada	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total por Item (R\$)
BANCADA – TIPO 1	Estrutura: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Fechamento Frontal: MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado, mesma especificação da estrutura. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e ampliação da bancada. Furos de Passagem: 13 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso o balcão seja dividido em seções, os módulos deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade. Dimensões Gerais Balcão Tipo 1: 14,56 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m.	01	un	31.813,18	31.813,18
BANCADAS – TIPO 2	Estrutura e Fechamento: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada, aplicada na estrutura, laterais e frente. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes ou ampliações. Furos de Passagem: 11 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso a bancada seja composta por módulos, estes deverão ser interligados com sistema de encaixe ou	06	un	21.240,06	127.440,36

	parafusos embutidos, garantindo estabilidade e acabamento uniforme. Dimensões Gerais Bancada Tipo 2: 9,96 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m.				
ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 1	<p>Composição: Mobiliário composto por 5 módulos de armário vertical, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura e Corpo Interno: Painéis em MDF de 15 mm, com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Trama-Duralex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas: Portas do tipo abrir, sentido de abertura conforme projeto executivo. Compostas por chapa base de MDF 6 mm com a aplicação frontal de faixas em MDF 15 mm com rebaixos decorativos de 3x15 mm, coladas sobre a base, formando desenho linear. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Módulos sem divisórias ou prateleiras internas. Cada módulo possui 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção ou substituição. Fixação: Armário fixado na parede de fundo por meio de suportes metálicos ocultos ou sistema similar que garanta estabilidade e acabamento limpo. Base: Armário com rodapé em madeira, no mesmo padrão do corpo, sem sapatas. Encosto diretamente ao piso, formando acabamento. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 1: 2,05 m (C) x 0,65 m (P) x 1,80 m (A).</p>	02	un	10.276,82	20.553,64
ARMÁRIO MEZANINO – TIPO 2	<p>Composição: Armário composto por 12 módulos verticais com porta de abrir. Cada módulo possui 1 prateleira superior e 1 cabideiro. Estrutura, Fechamentos e Portas: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duralex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventual ampliação. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras:</p>	01	un	34.563,07	34.563,07

	<p>Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Cada módulo possui 1 prateleira superior em MDF de 15 mm, no mesmo padrão da estrutura, e 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção. Fixação: Armário autoportante, sem fixação em parede, com estrutura estável e autoestável. Base: Rodapé de madeira no mesmo padrão do corpo do armário, sem sapatas, encostado diretamente ao piso. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 2: 5,72 m (C) x 0,65 m (P) x 2,10 m (A).</p>				
<p>PAINEL ESTOFADO, COM ASSENTO ESTOFADO, ESPELHOS COLADOS E PAINEL LATERAL</p>	<p>Composição: Mobiliário composto por 3 módulos integrados, sendo 2 módulos com espelho e 1 módulo de banco de apoio para vestimenta. Estrutura e Corpo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Módulos de Espelhos: Espelho cristal incolor de 6 mm de espessura, colado sobre base de MDF. Nas extremidades verticais dos espelhos será aplicado perfil de alumínio de sobrepor, tipo “no frame”, para fita de LED 3000K, com difusor translúcido. Produto de referência: Perfil de sobrepor modelo Garbo, seção 23 x 17 mm, cor preta, fabricante Usina Design & Iluminação, ou similar. Iluminação: Fita LED 3000K embutida no perfil de alumínio, com instalação oculta e difusão contínua de luz. Módulo de Banco: Banco com estrutura em MDF no mesmo padrão do corpo. Assento estofado fixo com espuma D33 e manta acrílica, revestido com tecido estruturado (trama fechada), impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Assentos Adicionais: Dois assentos estofados soltos, confeccionados em espuma D33 com espessura de 8 cm, manta acrílica e capa removível. Tecido estruturado com trama fechada, impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Corte AA: 5,75 m (C) x 0,45 m (P) x 2,10 m (A).</p>	01	un	16.586,87	16.586,87
<p>PÚLPITO 01</p>	<p>Composição: Púlpito composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover,</p>	01	un	3.309,03	3.309,03

	ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. O MDF vai até o piso. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes. Fixação: Fixação do mobiliário ao piso com cantoneiras metálicas de aço inox com 2 furos. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais do Pulpito: 0,96 m (C) x 0,50 m (P) x 1,39 m (A).				
PÚLPITO 02	Composição: Pulpito volante composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado e base com rodízios. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes. Rodízios: Base equipada com 4 rodízios reforçados de 50 mm com chapa de fixação, rotação 360°, sem trava. Carga mínima por rodízio: 30 kg. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Pulpito: 0,90 m (C) x 0,50 m (P) x 1,15 m (A).	01	un	3.368,13	3.368,13
ARMÁRIO COPA	Composição: Conjunto de armários superiores e inferiores complementares à bancada existente, conforme detalhamento em projeto executivo. Estrutura e Acabamento Interno: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Velluto-Duratex, padrão Cinza Fóssil, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas e Acabamento Externo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Puxadores das Portas: Perfil tipo cava em aço inox escovado. Produto de referência: Puxador cava ref. 02, fabricante Alternativa, ou similar. Dobradiças: Duas dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixadas por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Prateleiras: Prateleiras removíveis em MDF de 15 mm com acabamento igual ao interno. Instalação com suportes metálicos tipo pino com bucha embutida, reguláveis, que permitam reposicionamento e retirada com segurança. Altura entre prateleiras definida conforme	01	un	21.112,42	21.112,42

	projeto executivo. Gavetas: • Frente: Pannel de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Trama-Duratex Titânio. • Corpo Interno: MDF com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Velluto-Duratex Cinza Fossil. • Corredoiças: Metálicas com sistema anti-impacto (fechamento suave). Puxador: Perfil tipo cava em aço inox escovado, igual ao das portas. Rodapé: MDF com acabamento igual ao corpo externo, com contato direto ao piso, sem sapatas. Fundo dos Armários: Pannel de MDF de 6 mm ou 15 mm, com o mesmo acabamento melamínico (BP) do interior. Fixação: Armários fixados na parede por meio de suportes metálicos ocultos, garantindo estabilidade e acabamento limpo. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF, espessura mínima de 0,45 mm, colagem a quente. Dimensões Copa: Comprimento 1: 4,20 m; Comprimento 2: 2,40 m; Profundidade: 0,60 m; Altura: 2,60 m. Configuração de Portas, Gavetas e Nichos: A quantidade de portas, gavetas e eventual presença de nichos abertos será definida conforme o projeto executivo detalhado.				
MESA MODULAR	Composição: Mesa composta por tampo, corpo em MDF e pannel frontal metálico perfurado, conforme detalhamento em projeto executivo. Tampo e Corpo: Confeccionados com duas chapas de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) na cor cinza grafite. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Carbone, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Pannel Frontal: Fechamento frontal em pannel perfurado de aço galvanizado, espessura 1,2 mm, pintado na cor cinza grafite, com estrutura metálica de fixação nas laterais da mesa. Furos redondos em disposição alternada, com as seguintes características: • Diâmetro do furo: 9,5 mm • Distância entre centros (EC): 14 mm • Área aberta (AA): 41,4% • Ângulo de furação (AF): 60° Montado sobre estrutura de metalon em perfil tubular de aço 20x40 mm, com pintura eletrostática na cor cinza grafite, acabamento fosco. Produto de referência: Pannel perfurado modelo P08, Permetal Metais Perfurados, ou similar. Fixação do Pannel: O pannel metálico deverá ser fixado por parafusos ou rebites à estrutura metálica, com acabamento limpo e sem ferragens aparentes na face frontal. Base da Mesa: Apoiada ao piso por meio de sapatas niveladoras em zamac com base em polipropileno, reguláveis individualmente. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes do MDF, espessura mínima de 0,45 mm, com colagem a quente. Dimensões Mesa 01: 1,00 m (C) x 0,60 m (P) x 0,76 m (A).	05	un	2.701,99	13.509,95
PORTA MIMETIZADA	Composição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, executada de forma a permanecer visualmente oculta, integrada ao revestimento do piso. Folha da Porta: Porta de madeira, classificação PEM de nível superior conforme NBR 15930-2, com folha pesada, espessura de 40 mm,	01	un	3.599,18	3.599,18

	<p>núcleo sólido e capa lisa em HDF revestido com carpete. Carpete de Revestimento: Carpete tuçado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar. Dobradiças: Dobradiças ocultas com ajuste 3D, mínimo de 3 peças por porta, com ângulo de abertura maior que 135°. Produtos de referência: Dobradiça invisível/oculta ajustável nº P110, fabricante CarpBrasil; Dobradiça invisível/oculta ajustável ref. IN230, fabricante Häfele; ou similares de mesma qualidade. Fechadura: Fechadura tipo cilindro com chave, sem maçaneta. Produto de referência: Fechadura auxiliar ref. 278, fabricante LaFonte, ou similar. Forramento (Batente): Rebaixo executado sob medida na obra, embutido, sem elementos salientes, de modo a preservar a estética mimetizada. Batedor: Aplicação de batedor de borracha autocolante para vedação e amortecimento. Dimensões da Porta: 0,80 m (L) x 1,80 m (A).</p>				
PALCO MODULAR	<p>Composição: O palco modular, composto por três módulos distintos, conforme projeto executivo. A estrutura será formada por sarrafos de madeira maciça de eucalipto, tamponados com chapas de compensado naval 18 mm e com dimensões variadas, instalados com espaçamento regular e alinhamento preciso, conforme indicado nas vistas de corte, planta superior e elevação do projeto. Material: Sarrafos de eucalipto natural com acabamento em pintura esmalte fosca premium lavável. Chapas de compensado naval 18 mm revestidas com carpete seguindo as especificações abaixo (Carpete Revestimento). Carpete de Revestimento: Carpete tuçado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar.</p>	01	un	13.875,00	13.875,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO (R\$)					289.730,83



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERENCIA DE PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA

RECONHECIMENTO DE DOCUMENTOS EXTERNOS

Por meio deste, **nós**, abaixo identificados, declaramos que as informações contidas nos documentos listados a seguir são verdadeiras e correspondem ao seu conteúdo original:

1. **Documento:** Documento de Formalização de Demanda - DFD/DOD
Código SEI: 0371865
2. **Documento:** Estudo Técnico Preliminar - ETP
Código SEI: 0371888
3. **Documento:** Anexo A
Código SEI: 0371910
4. **Documento:** Anexo B
Código SEI: 0371926
5. **Documento:** Anexo C
Código SEI: 0371931
6. **Documento:** Termo de Referência - TR
Código SEI: 0371981
7. **Documento:** Anexo D
Código SEI: 0371991
8. **Documento:** Anexo E
Código SEI: 0372010
9. **Documento:** Anexo F
Código SEI: 0372023
10. **Documento:** Anexo G
Código SEI: 0372033
11. **Documento:** Anexo H
Código SEI: 0372037

Reconhecemos ainda a responsabilidade pela veracidade e integridade dessas informações, sobretudo em razão da impossibilidade de assinatura direta em arquivos em PDF dentro do SEI/TJCE.

Danielle Alexandre Carneiro

Diretora de Infraestrutura – em responsência

Jane Lima de Figueirêdo Barroso
Gerente de Planejamento de Infraestrutura

Franuel de Sousa Silva
Técnico Judiciário

Pedro Ítalo Sampaio Girão
Secretário de Administração e Infraestrutura

Para tanto, firmamos esta declaração eletronicamente no SEI/TJCE.

Fortaleza, 15 de outubro de 2025.

Assinatura Eletrônica ou Digital



Documento assinado eletronicamente por **FRANUEL DE SOUSA SILVA**, **Servidor**, em 15/10/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANE LIMA DE FIGUEIREDO BARROSO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE ALEXANDRE CARNEIRO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO ITALO SAMPAIO GIRÃO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0372060** e o código CRC **BDF643CD**.

ANEXO 2 DO EDITAL
ORÇAMENTO ESTIMADO ELABORADO PELA GERÊNCIA DE ENGENHARIA DO TJCE

LOTE ÚNICO – RESUMO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ÚNICO	Contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	SERVIÇO	1	R\$ 289.730,83	R\$ 289.730,83
VALOR GLOBAL				R\$ 289.730,83	

LOTE ÚNICO – ORÇAMENTO DETALHADO

LOTE ÚNICO		UNID. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA				
1	Bancada – Tipo 1: Estrutura: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Fechamento Frontal: MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado, mesma especificação da estrutura. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e ampliação da bancada. Furos de Passagem: 13 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso o balcão seja dividido em	UNIDADE	1	R\$ 31.813,18	R\$ 31.813,18

	seções, os módulos deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade. Dimensões Gerais Balcão Tipo 1: 14,56 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m.				
2	<p>Bancadas – Tipo 2:</p> <p>Estrutura e Fechamento: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada, aplicada na estrutura, laterais e frente. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes ou ampliações. Furos de Passagem: 11 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso a bancada seja composta por módulos, estes deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e acabamento uniforme. Dimensões Gerais Bancada Tipo 2: 9,96 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m</p>	UNIDADE	6	R\$ 21.240,06	R\$ 127.440,36
3	<p>Armário Mezanino – Tipo 1:</p> <p>Composição: Mobiliário composto por 5 módulos de armário vertical, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura e Corpo Interno: Painéis em MDF de 15 mm, com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas: Portas do tipo abrir, sentido de abertura conforme projeto executivo. Compostas por chapa base de MDF 6 mm com a aplicação frontal de faixas em MDF 15 mm com rebaixos decorativos de 3x15 mm, coladas sobre a base, formando desenho linear. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem</p>	UNIDADE	2	R\$ 10.276,82	R\$ 20.553,64

	<p>contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Módulos sem divisórias ou prateleiras internas. Cada módulo possui 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção ou substituição. Fixação: Armário fixado na parede de fundo por meio de suportes metálicos ocultos ou sistema similar que garanta estabilidade e acabamento limpo. Base: Armário com rodapé em madeira, no mesmo padrão do corpo, sem sapatas. Encosto diretamente ao piso, formando acabamento. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 1: 2,05 m (C) x 0,65 m (P) x 1,80 m (A).</p>				
4	<p>Armário Mezanino – Tipo 2:</p> <p>Composição: Armário composto por 12 módulos verticais com porta de abrir. Cada módulo possui 1 prateleira superior e 1 cabideiro. Estrutura, Fechamentos e Portas: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventual ampliação. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Cada módulo possui 1 prateleira superior em MDF de 15 mm, no mesmo padrão da estrutura, e 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção. Fixação: Armário autoportante, sem fixação em parede, com estrutura estável e autoestável. Base: Rodapé de madeira no mesmo padrão do corpo do armário, sem sapatas, encostado diretamente ao piso. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 2: 5,72 m (C) x 0,65 m (P) x 2,10 m (A).</p>	UNIDADE	1	R\$ 34.563,07	R\$ 34.563,07

5	<p>Painel Estofado, com Assento Estofado, Espelhos Colados e Painel Lateral:</p> <p>Composição: Mobiliário composto por 3 módulos integrados, sendo 2 módulos com espelho e 1 módulo de banco de apoio para vestimenta. Estrutura e Corpo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Painel de MDF linha Trama-Duralex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Módulos de Espelhos: Espelho cristal incolor de 6 mm de espessura, colado sobre base de MDF. Nas extremidades verticais dos espelhos será aplicado perfil de alumínio de sobrepor, tipo “no frame”, para fita de LED 3000K, com difusor translúcido. Produto de referência: Perfil de sobrepor modelo Garbo, seção 23 x 17 mm, cor preta, fabricante Usina Design & Iluminação, ou similar. Iluminação: Fita LED 3000K embutida no perfil de alumínio, com instalação oculta e difusão contínua de luz. Módulo de Banco: Banco com estrutura em MDF no mesmo padrão do corpo. Assento estofado fixo com espuma D33 e manta acrílica, revestido com tecido estruturado (trama fechada), impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Assentos Adicionais: Dois assentos estofados soltos, confeccionados em espuma D33 com espessura de 8 cm, manta acrílica e capa removível. Tecido estruturado com trama fechada, impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Corte AA: 5,75 m (C) x 0,45 m (P) x 2,10 m (A).</p>	UNIDADE	1	R\$ 16.586,87	R\$ 16.586,87
6	<p>Púlpito 01:</p> <p>Composição: Púlpito composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Painel de MDF linha Design-Duralex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. O MDF vai até o piso. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes. Fixação: Fixação do mobiliário ao piso com cantoneiras metálicas de aço inox com 2 furos. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais do Púlpito: 0,96 m (C) x 0,50 m (P) x 1,39 m (A).</p>	UNIDADE	1	R\$ 3.309,03	R\$ 3.309,03

7	<p>Púlpito 02:</p> <p>Composição: Púlpito volante composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado e base com rodízios. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes. Rodízios: Base equipada com 4 rodízios reforçados de 50 mm com chapa de fixação, rotação 360°, sem trava. Carga mínima por rodízio: 30 kg. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Púlpito: 0,90 m (C) x 0,50 m (P) x 1,15 m (A).</p>	UNIDADE	1	R\$ 3.368,13	R\$ 3.368,13
8	<p>Armário Copa:</p> <p>Composição: Conjunto de armários superiores e inferiores complementares à bancada existente, conforme detalhamento em projeto executivo. Estrutura e Acabamento Interno: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Velluto-Duratex, padrão Cinza Fóssil, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas e Acabamento Externo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Puxadores das Portas: Perfil tipo cava em aço inox escovado. Produto de referência: Puxador cava ref. 02, fabricante Alternativa, ou similar. Dobradiças: Duas dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixadas por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Prateleiras: Prateleiras removíveis em MDF de 15 mm com acabamento igual ao interno. Instalação com suportes metálicos tipo pino com bucha embutida, reguláveis, que permitam reposicionamento e retirada com segurança. Altura entre prateleiras definida conforme projeto executivo. Gavetas: • Frente: Pannel de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Trama-Duratex Titânio. • Corpo Interno: MDF com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Velluto-Duratex Cinza Fóssil. • Corrediças: Metálicas com sistema anti impacto (fechamento suave).</p>	UNIDADE	1	R\$ 21.112,42	R\$ 21.112,42

	<p>Puxador: Perfil tipo cava em aço inox escovado, igual ao das portas. Rodapé: MDF com acabamento igual ao corpo externo, com contato direto ao piso, sem sapatas. Fundo dos Armários: Pannel de MDF de 6 mm ou 15 mm, com o mesmo acabamento melamínico (BP) do interior. Fixação: Armários fixados na parede por meio de suportes metálicos ocultos, garantindo estabilidade e acabamento limpo. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF, espessura mínima de 0,45 mm, colagem a quente. Dimensões Copa: Comprimento 1: 4,20 m; Comprimento 2: 2,40 m; Profundidade: 0,60 m; Altura: 2,60 m. Configuração de Portas, Gavetas e Nichos: A quantidade de portas, gavetas e eventual presença de nichos abertos será definida conforme o projeto executivo detalhado.</p>				
9	<p>Mesa Modular:</p> <p>Tampo e corpo em MDF 15 mm cinza grafite, painel frontal metálico perfurado 1,2 mm com estrutura tubular aço 20x40 mm, sapatas niveladoras, bordas PVC/ABS. Dimensões: 1,00 x 0,60 x 0,76 m Composição: Mesa composta por tampo, corpo em MDF e painel frontal metálico perfurado, conforme detalhamento em projeto executivo. Tampo e Corpo: Confeccionados com duas chapas de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) na cor cinza grafite. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Carbone, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Pannel Frontal: Fechamento frontal em painel perfurado de aço galvanizado, espessura 1,2 mm, pintado na cor cinza grafite, com estrutura metálica de fixação nas laterais da mesa. Furos redondos em disposição alternada, com as seguintes características: • Diâmetro do furo: 9,5 mm • Distância entre centros (EC): 14 mm • Área aberta (AA): 41,4% • Ângulo de furação (AF): 60° Montado sobre estrutura de metalon em perfil tubular de aço 20x40 mm, com pintura eletrostática na cor cinza grafite, acabamento fosco. Produto de referência: Pannel perfurado modelo P08, Permetal Metais Perfurados, ou similar. Fixação do Pannel: O painel metálico deverá ser fixado por parafusos ou rebites à estrutura metálica, com acabamento limpo e sem ferragens aparentes na face frontal. Base da Mesa: Apoiada ao piso por meio de sapatas niveladoras em zamac com base em polipropileno, reguláveis individualmente. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes do MDF, espessura mínima de 0,45 mm, com colagem a quente. Dimensões Mesa 01: 1,00 m (C) x 0,60 m (P) x 0,76 m (A).</p>	UNIDADE	5	R\$ 2.701,99	R\$ 13.509,95

10	<p>Porta Mimetizada:</p> <p>Composição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, executada de forma a permanecer visualmente oculta, integrada ao revestimento do piso. Folha da Porta: Porta de madeira, classificação PEM de nível superior conforme NBR 15930-2, com folha pesada, espessura de 40 mm, núcleo sólido e capa lisa em HDF revestido com carpete. Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar. Dobradiças: Dobradiças ocultas com ajuste 3D, mínimo de 3 peças por porta, com ângulo de abertura maior que 135°. Produtos de referência: Dobradiça invisível/oculta ajustável nº P110, fabricante CarpBrasil; Dobradiça invisível/oculta ajustável ref. IN230, fabricante Häfele; ou similares de mesma qualidade. Fechadura: Fechadura tipo cilindro com chave, sem maçaneta. Produto de referência: Fechadura auxiliar ref. 278, fabricante LaFonte, ou similar. Forramento (Batente): Rebaixo executado sob medida na obra, embutido, sem elementos salientes, de modo a preservar a estética mimetizada. Batedor: Aplicação de batedor de borracha autocolante para vedação e amortecimento. Dimensões da Porta: 0,80 m (L) x 1,80 m (A).</p>	UNIDADE	1	R\$ 3.599,18	R\$ 3.599,18
11	<p>Palco Modular:</p> <p>Composição: O palco modular, composto por três módulos distintos, conforme projeto executivo. A estrutura será formada por sarrafos de madeira maciça de eucalipto, tamponados com chapas de compensado naval 18 mm e com dimensões variadas, instalados com espaçamento regular e alinhamento preciso, conforme indicado nas vistas de corte, planta superior e elevação do projeto. Material: Sarrafos de eucalipto natural com acabamento em pintura esmalte fosca premium lavável. Chapas de compensado naval 18 mm revestidas com carpete seguindo as especificações abaixo (Carpete Revestimento). Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm ($\pm 10\%$), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB,</p>	UNIDADE	1	R\$ 13.875,00	R\$ 13.875,00

placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar.

VALOR TOTAL DO LOTE R\$ 289.730,83

OBS 1: Os valores constantes na coluna “valor unitário” e “valor total” representam informação ao licitante quanto aos limites máximos por item, estimados pelo Tribunal.

OBS 2: Na proposta do licitante deverão ser mantidas as informações constantes nas colunas “ITEM”, “DESCRIÇÃO” e “QTD”, devendo preencher as colunas “valor unitário” e “valor total” com a sua proposta de preços, observando os limites máximos unitários e totais informados.

OBS 3: Em caso de divergência entre os valores deste anexo e os valores das demais peças que compõem o processo de contratação, prevalecerão os valores deste anexo.

ANEXO 3 DO EDITAL – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

AO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Ref.: _____ N° ____ / ____

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de _____, pelo preço global de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento a seguir:

LOTE ÚNICO		UNID. DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA				
1	Bancada – Tipo 1: Estrutura: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duralex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Fechamento Frontal: MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado, mesma especificação da estrutura. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e ampliação da bancada. Furos de Passagem: 13 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso o balcão seja dividido em seções, os módulos deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e uniformidade. Dimensões Gerais Balcão Tipo 1: 14,56 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m.	UNIDADE	1		
2	Bancadas – Tipo 2: Estrutura e Fechamento: Chapa de MDF padrão Eucalipto, acabamento amadeirado com textura sincronizada, aplicada na estrutura, laterais e frente. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-	UNIDADE	6		

	<p>Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Espessura: 15 mm. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes ou ampliações. Furos de Passagem: 11 furos para passagem de fiação, diâmetro de 5 cm cada, com tampa. Fixação no Piso: Cantoneiras metálicas de aço inox, com 2 furos. Iluminação: Base da bancada equipada com fita de LED 3000K, potência 18W/m, embutida (encastrada) na madeira, fornecendo iluminação contínua e difusa na parte inferior. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Sistema Modular: Caso a bancada seja composta por módulos, estes deverão ser interligados com sistema de encaixe ou parafusos embutidos, garantindo estabilidade e acabamento uniforme. Dimensões Gerais Bancada Tipo 2: 9,96 m (C) x 0,73 m (P) x 0,865 m (A); Altura do tampo: 0,765 m</p>			
3	<p>Armário Mezanino – Tipo 1:</p> <p>Composição: Mobiliário composto por 5 módulos de armário vertical, cada um com 1 porta de abrir. Estrutura e Corpo Interno: Painéis em MDF de 15 mm, com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas: Portas do tipo abrir, sentido de abertura conforme projeto executivo. Compostas por chapa base de MDF 6 mm com a aplicação frontal de faixas em MDF 15 mm com rebaixos decorativos de 3x15 mm, coladas sobre a base, formando desenho linear. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Módulos sem divisórias ou prateleiras internas. Cada módulo possui 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção ou substituição. Fixação: Armário fixado na parede de fundo por meio de suportes metálicos ocultos ou sistema similar que garanta estabilidade e acabamento limpo. Base: Armário com rodapé em madeira, no mesmo padrão do corpo, sem sapatatas. Encosto diretamente ao piso,</p>	UNIDADE	2	

	formando acabamento. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 1: 2,05 m (C) x 0,65 m (P) x 1,80 m (A).			
4	<p>Armário Mezanino – Tipo 2:</p> <p>Composição: Armário composto por 12 módulos verticais com porta de abrir. Cada módulo possui 1 prateleira superior e 1 cabideiro. Estrutura, Fechamentos e Portas: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventual ampliação. Puxadores: Perfil puxador em alumínio reto com altura de 90 cm. Produto de referência: Perfil linha Facetato, fabricante Rometal, código 5401-Facetato Ônix RM-183, com ponteira acabamento código 11266 (Facetato Acabamento) ref. PE-183 A1315. Cor do conjunto: Inox Matte. Fechaduras: Fechadura cromada tipo cilindro com chave e lingueta metálica com batente. Dobradiças: 3 dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixação por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Interior: Cada módulo possui 1 prateleira superior em MDF de 15 mm, no mesmo padrão da estrutura, e 1 tubo cabideiro em aço inox escovado, Ø20 mm, com fixação embutida e acessível para manutenção. Fixação: Armário autoportante, sem fixação em parede, com estrutura estável e autoestável. Base: Rodapé de madeira no mesmo padrão do corpo do armário, sem sapatas, encostado diretamente ao piso. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Tipo 2: 5,72 m (C) x 0,65 m (P) x 2,10 m (A).</p>	UNIDADE	1	
5	<p>Painel Estofado, com Assento Estofado, Espelhos Colados e Pannel Lateral:</p> <p>Composição: Mobiliário composto por 3 módulos integrados, sendo 2 módulos com espelho e 1 módulo de banco de apoio para vestimenta. Estrutura e Corpo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Módulos de Espelhos: Espelho cristal incolor de 6 mm de espessura, colado sobre base de MDF. Nas extremidades verticais dos</p>	UNIDADE	1	

	<p>espelhos será aplicado perfil de alumínio de sobrepor, tipo “no frame”, para fita de LED 3000K, com difusor translúcido. Produto de referência: Perfil de sobrepor modelo Garbo, seção 23 x 17 mm, cor preta, fabricante Usina Design & Iluminação, ou similar. Iluminação: Fita LED 3000K embutida no perfil de alumínio, com instalação oculta e difusão contínua de luz. Módulo de Banco: Banco com estrutura em MDF no mesmo padrão do corpo. Assento estofado fixo com espuma D33 e manta acrílica, revestido com tecido estruturado (trama fechada), impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Assentos Adicionais: Dois assentos estofados soltos, confeccionados em espuma D33 com espessura de 8 cm, manta acrílica e capa removível. Tecido estruturado com trama fechada, impermeabilizado (Acquablock), de fibras mistas e textura de linho. Cor a especificar. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais Armário Corte AA: 5,75 m (C) x 0,45 m (P) x 2,10 m (A).</p>				
6	<p>Púlpito 01:</p> <p>Composição: Púlpito composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design-Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. O MDF vai até o piso. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens aparentes. Fixação: Fixação do mobiliário ao piso com cantoneiras metálicas de aço inox com 2 furos. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Gerais do Púlpito: 0,96 m (C) x 0,50 m (P) x 1,39 m (A).</p>	UNIDADE	1		
7	<p>Púlpito 02:</p> <p>Composição: Púlpito volante composto por estrutura em MDF com anteparo frontal em vidro temperado e base com rodízios. Estrutura, Corpo e Tampo: Painéis em MDF de 15 mm com acabamento amadeirado e textura sincronizada. Produto de referência: Pannel de MDF linha Design Duratex, padrão Carvalho Hanover, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Montagem: Utilização de dispositivos de fixação tipo VB, permitindo desmontagem e eventuais ajustes. Anteparo: Vidro temperado incolor, espessura 8 mm, encastrado na estrutura de MDF, sem ferragens</p>	UNIDADE	1		

aparentes. Rodízios: Base equipada com 4 rodízios reforçados de 50 mm com chapa de fixação, rotação 360°, sem trava. Carga mínima por rodízio: 30 kg. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF com colagem a quente. Dimensões Pulpito: 0,90 m (C) x 0,50 m (P) x 1,15 m (A).

Armário Copa:

Composição: Conjunto de armários superiores e inferiores complementares à bancada existente, conforme detalhamento em projeto executivo. Estrutura e Acabamento Interno: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Velluto-Duratex, padrão Cinza Fóssil, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Portas e Acabamento Externo: Painéis em MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, na cor cinza claro. Produto de referência: Pannel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Titânio, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Puxadores das Portas: Perfil tipo cava em aço inox escovado. Produto de referência: Puxador cava ref. 02, fabricante Alternativa, ou similar. Dobradiças: Duas dobradiças metálicas tipo caneco por porta, com abertura de 90°, fixadas por parafuso. Sistema de Fechamento das Portas: As portas devem contar com sistema de fechamento suave (soft-close), com mecanismo anti-impacto que evite batidas bruscas, garantindo maior durabilidade e conforto no uso. Prateleiras: Prateleiras removíveis em MDF de 15 mm com acabamento igual ao interno. Instalação com suportes metálicos tipo pino com bucha embutida, reguláveis, que permitam reposicionamento e retirada com segurança. Altura entre prateleiras definida conforme projeto executivo. Gavetas: • Frente: Pannel de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Trama-Duratex Titânio. • Corpo Interno: MDF com revestimento melamínico (BP) nas duas faces, padrão Velluto-Duratex Cinza Fóssil. • Corrediças: Metálicas com sistema anti impacto (fechamento suave). Puxador: Perfil tipo cava em aço inox escovado, igual ao das portas. Rodapé: MDF com acabamento igual ao corpo externo, com contato direto ao piso, sem sapatas. Fundo dos Armários: Pannel de MDF de 6 mm ou 15 mm, com o mesmo acabamento melamínico (BP) do interior. Fixação: Armários fixados na parede por meio de suportes metálicos ocultos, garantindo estabilidade e acabamento limpo. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes dos painéis de MDF, espessura mínima de 0,45 mm, colagem a quente. Dimensões Copa: Comprimento 1: 4,20 m; Comprimento 2: 2,40 m; Profundidade: 0,60 m;

UNIDADE

1

	Altura: 2,60 m. Configuração de Portas, Gavetas e Nichos: A quantidade de portas, gavetas e eventual presença de nichos abertos será definida conforme o projeto executivo detalhado.				
9	<p>Mesa Modular:</p> <p>Tampo e corpo em MDF 15 mm cinza grafite, painel frontal metálico perfurado 1,2 mm com estrutura tubular aço 20x40 mm, sapatas niveladoras, bordas PVC/ABS. Dimensões: 1,00 x 0,60 x 0,76 m</p> <p>Composição: Mesa composta por tampo, corpo em MDF e painel frontal metálico perfurado, conforme detalhamento em projeto executivo. Tampo e Corpo: Confeccionados com duas chapas de MDF de 15 mm com revestimento melamínico (BP) na cor cinza grafite. Produto de referência: Painel de MDF linha Trama-Duratex, padrão Carbono, ou similar das marcas Eucatex ou Greenplac. Painel Frontal: Fechamento frontal em painel perfurado de aço galvanizado, espessura 1,2 mm, pintado na cor cinza grafite, com estrutura metálica de fixação nas laterais da mesa. Furos redondos em disposição alternada, com as seguintes características: • Diâmetro do furo: 9,5 mm • Distância entre centros (EC): 14 mm • Área aberta (AA): 41,4% • Ângulo de furação (AF): 60°</p> <p>Montado sobre estrutura de metalon em perfil tubular de aço 20x40 mm, com pintura eletrostática na cor cinza grafite, acabamento fosco. Produto de referência: Painel perfurado modelo P08, Permetal Metais Perfurados, ou similar. Fixação do Painel: O painel metálico deverá ser fixado por parafusos ou rebites à estrutura metálica, com acabamento limpo e sem ferragens aparentes na face frontal. Base da Mesa: Apoiada ao piso por meio de sapatas niveladoras em zamac com base em polipropileno, reguláveis individualmente. Bordas: Fita de borda em PVC ou ABS nas extremidades aparentes do MDF, espessura mínima de 0,45 mm, com colagem a quente. Dimensões Mesa 01: 1,00 m (C) x 0,60 m (P) x 0,76 m (A).</p>	UNIDADE	5		
10	<p>Porta Mimetizada:</p> <p>Composição: Porta mimetizada de madeira embutida sob a estrutura da plateia, executada de forma a permanecer visualmente oculta, integrada ao revestimento do piso. Folha da Porta: Porta de madeira, classificação PEM de nível superior conforme NBR 15930-2, com folha pesada, espessura de 40 mm, núcleo sólido e capa lisa em HDF revestido com carpete. Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm (±10%), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego:</p>	UNIDADE	1		

	<p>comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar. Dobradiças: Dobradiças ocultas com ajuste 3D, mínimo de 3 peças por porta, com ângulo de abertura maior que 135°. Produtos de referência: Dobradiça invisível/oculta ajustável nº P110, fabricante CarpBrasil; Dobradiça invisível/oculta ajustável ref. IN230, fabricante Häfele; ou similares de mesma qualidade. Fechadura: Fechadura tipo cilindro com chave, sem maçaneta. Produto de referência: Fechadura auxiliar ref. 278, fabricante LaFonte, ou similar. Forramento (Batente): Rebaixo executado sob medida na obra, embutido, sem elementos salientes, de modo a preservar a estética mimetizada. Batedor: Aplicação de batedor de borracha autocolante para vedação e amortecimento. Dimensões da Porta: 0,80 m (L) x 1,80 m (A).</p>				
11	<p>Palco Modular:</p> <p>Composição: O palco modular, composto por três módulos distintos, conforme projeto executivo. A estrutura será formada por sarrafos de madeira maciça de eucalipto, tamponados com chapas de compensado naval 18 mm e com dimensões variadas, instalados com espaçamento regular e alinhamento preciso, conforme indicado nas vistas de corte, planta superior e elevação do projeto. Material: Sarrafos de eucalipto natural com acabamento em pintura esmalte fosca premium lavável. Chapas de compensado naval 18 mm revestidas com carpete seguindo as especificações abaixo (Carpete Revestimento). Carpete de Revestimento: Carpete tufado (tufting) tipo bouclê em placas, fabricado em fibra de nylon 100% FDN (solution dyed nylon), com espessura de 6 mm (±10%), base em polipropileno (PP). Classificação de tráfego: comercial pesado (intenso). Comprovadas propriedades de resistência ao fogo e a manchas. Instalação conforme orientação do fabricante. Produto de referência: Carpete Belgotex, linha Astral MB, placa 50 x 50, ref. 401-LYRA, ou similar.</p>	UNIDADE	1		
VALOR TOTAL DO LOTE					

Declaramos que em nossos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra, especializada ou não, seguros em geral, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do Trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como nosso lucro, conforme especificações constantes do Termo de Referência, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao CONTRATANTE.

Utilizaremos os equipamentos e as equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já, a substituir ou aumentar a quantidade dos equipamentos e do pessoal, desde que assim o exija o FISCALIZAÇÃO, para o cumprimento das obrigações assumidas.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da FISCALIZAÇÃO, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações. O prazo de execução total dos serviços objeto do Termo de Referência é de ____ (____) dias corridos a contar da data de expedição da Ordem de Serviço.

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade N°. _____ expedida em __/__/__, Órgão Expedidor _____, e CPF N° _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta empresa.

Informamos que o prazo de validade de nossa Proposta de Preços é de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de apresentação da documentação da licitação.

A garantia contratual será prestada sob a forma de _____, nos termos do inciso __, do §1º, do art. 96, da Lei 14133/2021.

Declaramos que a presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Assinatura e carimbo do representante legal

CPF: _____

RG: _____

Observação:

Emitir em papel que identifique o licitante.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

**ANEXO 4 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EXTRAPOLA A
RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA FINS DE ENQUADRAMENTO COMO
EMPRESA DE PEQUENO PORTE.**

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2025

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)

DECLARAÇÃO

(nome /razão social) _____, inscrita
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas
cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa e empresa de pequeno porte) nos termos da
legislação vigente, e ainda, que os valores somados dos contratos celebrados com a Administração, no
ano-calendário de realização da licitação, ainda não atingiram o limite estabelecido, nos termos do §2,
do artigo 4º, da Lei 14.133/21.

Local e data

Assinatura do licitante/representante legal
(Nome e cargo)

Ao Sr.
Luis Lima Verde Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE

**ANEXO 5 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2025
(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)**

DECLARAÇÃO

(nome /razão social) _____, inscrita
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a) _____, portador(a) da carteira de identidade nº
_____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas
cabíveis e sob as penas da lei, ser _____ (microempresa e empresa de pequeno porte) nos termos da
legislação vigente, **não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º, do artigo 3º, da Lei
Complementar n. 123/2006.**

Local e data

Assinatura do licitante/representante legal
(Nome e cargo)

Ao Sr.
Luis Lima Verde Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE

ANEXO 6 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PREGÃO ELETRÔNICO N. ____/2025

DECLARAÇÃO

....., inscrita no CNPJ n., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador (a) da Carteira de Identidade n. e do CPF n. DECLARA, para fins do disposto no art. 68, inciso VI da Lei n. 14.133/2021 em harmonia com o inciso XXXIII do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(DATA)

.....

(NOME)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Ao Sr.

Luis Lima Verde Sobrinho

Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE

**ANEXO 7 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

_____(razão social), inscrita com o CNPJ n. _____, por intermédio do seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade n. _____ e do CPF _____, DECLARA, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico n. ____/20__, em cumprimento a exigência contida no artigo 63, I, da Lei n. 14.133/2021, aos requisitos de habilitação deste edital. E para os fins do disposto no **subitem 5.1.6.2.17 do Edital** do Pregão Eletrônico n. ____/20__, **declara**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a a **proposta anexa foi elaborada de maneira independente** [pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. ____/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. ____/20__, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. ____/20__ quanto a participar ou não da referida licitação;
- d o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a, ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico n. ____/20__ antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante do(a) Tribunal de Justiça do Estado do Ceará antes da abertura oficial das propostas; e
- f está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Fortaleza, ____ de _____ de 20__.

Empresa Proponente

**Ao Sr.
Luis Lima Verde Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE**

ANEXO 8 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO PERCENTUAL MÍNIMO DE MÃO DE OBRA CONSTITUÍDO POR MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

(DECLARAÇÃO EXIGÍVEL, EXCLUSIVAMENTE, EM LICITAÇÕES DE SERVIÇOS CONTÍNUOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

A empresa _____ (razão social), inscrita com o CNPJ n. _____, por intermédio do seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade n. _____ e do CPF _____, **DECLARA**, para fins da contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, que preenche 8% (oito por cento) das vagas previstas com mulheres vítimas de violência doméstica, nos moldes do art. 3º do Decreto n. 11.430/2023.

_____, em ____ de _____ de 20__.

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE NO ÂMBITO DA LICITAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA)

Ao Sr.
Luis Lima Verde Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE

ANEXO 9 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

A empresa _____ (razão social), inscrita com o CNPJ n. _____, por intermédio do seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF _____, **DECLARA**, para fins de habilitação no Pregão Eletrônico n. ____/20____, **não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

Fortaleza, ____ de _____ de 20 ____.

Empresa Proponente

Ao Sr.

Luis Lima Verde Sobrinho

Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE

**ANEXO 10 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA
DE CARGOS LEGAL PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, REABILITADO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL OU APRENDIZ**

A empresa _____ (razão social), inscrita com o
CNPJ n. _____, por intermédio do seu representante legal
_____, portador da Carteira de Identidade n.
_____ e do CPF _____, **DECLARA**, para fins de habilitação no
Pregão Eletrônico n. ____/20__, que os serviços por ela produzidos ou prestados **cumprem a reserva
de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou
aprendiz**, bem como atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no
art. 93 da Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991.

Fortaleza, ____ de _____ de 20__.

Empresa Proponente

Ao Sr.

Luis Lima Verde Sobrinho

Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE



ANEXO 11 DO EDITAL – MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS

(PAPEL TIMBRADO DA PROPONENTE)

DECLARAÇÃO

(nome /razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação, encaminhada à Comissão Permanente de Contratação do TJCE em meio digital ou físico, é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal
(Nome e cargo)

**Ao Sr.
Luis Lima Verde Sobrinho
Presidente da Comissão Permanente de Contratação do TJCE**

ANEXO 12 DO EDITAL – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Nº _____

ORIGEM: Diretoria de Infraestrutura.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.
8503277-65.2025.8.06.0000.**

**CÓDIGO DA CONTRATAÇÃO (PAC):
TJCESEADI_2025_0064.**

CONTRATANTE: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Bairro Cambéa, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de **TJCE** ou **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua(seu) Presidente, Des(a). _____ e por seu(sua) Secretário(a) de Administração e Infraestrutura do TJCE, _____, e

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, e sediada na _____ neste ato representada pelo seu _____, Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o nº _____, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**.

Pelo presente instrumento particular, os acima qualificados e abaixo assinados resolvem de comum acordo, celebrar o presente contrato, que está vinculado ao instrumento convocatório da respectiva licitação, bem como à proposta da **CONTRATADA** e se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 com suas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, pela Resolução do Órgão Especial nº 15/2024 e suas alterações. e pelas seguintes cláusulas e condições, que mutuamente se obrigam a cumprir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto deste Instrumento consiste na contratação de empresa especializada na execução de serviços de marcenaria, incluindo a confecção, o transporte, a montagem e a instalação de móveis planejados e sob medida, no novo prédio do Plenário do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, conforme especificações, quantitativos e exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2025 e seus anexos.
 - 1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.1.1. Termo de Referência;
 - 1.1.2. Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2025 e seus anexos;
 - 1.1.3. Proposta do contratado;
 - 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO E REGIME

2. O objeto do presente contrato será executado regime de empreitada por preço global, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2025 e seus anexos, bem como nos Anexos _____ deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3. O valor total e máximo do presente contrato é de **R\$** _____ (_____) para todo o contratado, respeitando os valores elencados no **ANEXO II do Edital**, sendo devidos somente os valores respectivos aos objetos efetivamente recebidos, na forma e proporção do recebimento, medição e avaliação da qualidade, conforme **ANEXO I do Edital (Termo de Referência)**.
 - 3.1. **INCLUSÕES NO PREÇO** – Todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto e, ainda, todos e quaisquer tributos, taxas, contribuições e/ou encargos trabalhistas e previdenciários, horas extras, impostos incidentes, direta ou indiretamente, lucro, embalagens, e demais custos relacionados ao objeto deste contrato serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** e estão incluídos nos preços.
 - 3.1.1. Serão de exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** quaisquer outros custos que incidam, direta ou indiretamente, sobre o presente contrato, necessários para a realização do seu objeto, tais como: supervisão, direção, administração, mão-de-obra, adicional de periculosidade, horas extras, fornecimento de materiais previamente definidos, equipamentos, ferramentas, combustíveis, EPIs, transporte de pessoal, despesas com viagens e estadias, licenças, insumos, além de outros custos resultantes de outras obrigações legais,

inclusive lucro da **CONTRATADA**, não cabendo quaisquer reivindicações posteriores, a título de revisão de preço ou reembolso, seja a que título for.

- 3.2. É de inteira responsabilidade de a **CONTRATADA** obter dos órgãos competentes informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento do objeto deste contrato, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.

CLÁUSULA QUARTA – DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

4. Exceto na hipótese de condições supervenientes ou estabelecidas por órgãos governamentais competentes, o(s) preço(s) deste contrato não sofrerá(ão) reajuste no primeiro ano de vigência de cada parcela do preço segundo sua data-base. Decorridos mais de 12 (doze) meses da respectiva data-base, os preços deste contrato poderão ser atualizados mediante:

- 4.1. **REAJUSTE** – Estritamente no que se referir a parcelas de bens, materiais e equipamentos constantes na planilha de custos, poderá ser reajustado considerando-se a variação do **INPC (IBGE)** ocorrida desde a data-base acima identificada.

- 4.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- 4.2. **REVISÃO DE PREÇO** - Se, durante o prazo de vigência do contrato, ocorrer a criação ou extinção de tributos, independentemente do período de tempo decorrido, alteração ou redução de alíquota ou instituição de estímulos fiscais de qualquer natureza e isenção ou redução de tributos federais, estaduais e municipais que comprovadamente venha a majorar ou diminuir os ônus do presente contrato, os preços poderão ser revistos a fim de adequá-los às modificações havidas, compensando-se, na primeira oportunidade seguinte de pagamento, quaisquer diferenças decorrentes dessas alterações havidas entre a data do fato gerador e a decisão de atualização financeira por revisão.

- 4.2.1. Caberá revisão de preços para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **TJCE** para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado;

- 4.2.1.1. Também será admitida a revisão de preço(s) prevista neste subitem em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem álea econômica extraordinária e extracontratual.

- 4.3. **O prazo para resposta ao pedido de reequilíbrio** será o total de 31 (trinta e um) dias úteis, contados da data do fornecimento pela contratada da demonstração analítica da variação dos custos.
- 4.4. **PRECLUSÃO TEMPORAL** - Quando de interesse da **CONTRATADA**, para que seja promovida a revisão, deverá esta apresentar pedido formal escrito e fundamentado acompanhado das comprovações de impacto efetivo nos seus custos no prazo de **até 90 (noventa) dias** da ocorrência do fato gerador, e não terá efeito retroativo em relação aos pagamentos já cobrados com nota fiscal emitida, sendo que pedidos promovidos em momento posterior ao fixado nesta cláusula retroagirão seus efeitos até o máximo de 90 (noventa) dias anteriores ao pedido.
- 4.5. **PRECLUSÃO LÓGICA** - Caso haja formalização de aditivo contratual de qualquer natureza, sem expressa ressalva à atualização anterior ou pendente, esta deixará de ser devida e o(s) preço(s) do contrato permanecerá(ão) o(s) vigente(s) e receberá(ão) nova data-base igual à do aditivo porventura firmado.
- 4.6. **ATUALIZAÇÃO DE ITENS ADICIONADOS AO OBJETO** - Caso sejam adicionados itens novos ao contrato, não contemplados originalmente no **ANEXO II do Edital (Orçamento Estimado)**, estes terão como data-base e princípio de contagem de prazo para reajustamento a data do respectivo aditivo de inclusão.

CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

5. Os pagamentos decorrentes do presente contrato serão promovidos nas exatas proporções e preços do que for efetivamente demandado, recebido e aceito, conforme qualidade avaliada, e serão efetuados através de transferência ou depósito na conta bancária de titularidade da **CONTRATADA**.
- 5.1. **GERAÇÃO DA NOTA FISCAL** - As cobranças só poderão ser promovidas após as respectivas notas fiscais terem sido aprovadas pelo **TJCE**, na proporção dos serviços executados e recebidos e desde que acompanhada dos documentos exigidos por conta deste contrato.
- 5.2. **DATA LIMITE PARA EMISSÃO DA NOTA FISCAL** - As Notas Fiscais devem ser emitidas e encaminhadas após o recebimento definitivo do objeto, mediante comunicação do gestor do contrato.
- 5.3. **CONTEÚDO DA NOTA FISCAL** - A emissão dos documentos fiscais e de transporte deve respeitar as indicações porventura fornecidas pelo **TJCE**, devendo constar, além das informações essenciais legais e usuais para o tipo de documento, o número do contrato e o telefone do **TJCE**, quando exigido em campo próprio de emissão da nota fiscal eletrônica, e ainda, quando previsto no **ANEXO I (Termo de Referência)**, a indicação do nível de serviço

ou medição de resultado que determine o critério de apuração do valor de pagamento devido.

5.3.1. **CONTA PARA RECEBIMENTO** - Os dados bancários da **CONTRATADA** devem ser informados na nota fiscal e, na impossibilidade, através de outro meio formal escrito, apresentado ao **TJCE**, sendo condição suspensiva para realização dos pagamentos.

5.3.2. **ENVIO ELETRÔNICO DA NOTA FISCAL** - Como condição suspensiva para o pagamento, deverá a **CONTRATADA**, junto com as notas fiscais apresentadas, enviar e-mail para o gestor ou fiscal de contratos indicado pelo **TJCE** contendo a Nota Fiscal / DANFE em arquivo PDF e o respectivo arquivo XML gerado no sistema emissor da Nota Fiscal.

5.3.2.1. **DOCUMENTOS ADICIONAIS E AUXILIARES DA NOTA FISCAL** - Havendo exigência legal adicional com geração de documento decorrente do objeto executado deste contrato, como documentos auxiliares, seja de exigência geral e nacional, ou específica e regional, deverá a **CONTRATADA** adicionar aos envios previstos neste item, sempre no formato original de geração, preferencialmente XML, e em PDF.

5.3.2.2. **EXCEÇÃO DE EXIGÊNCIA DE ENVIO ELETRÔNICO** - Excepcionalmente, em caso de integração de sistemas eletrônicos, e a critério do **TJCE**, pode ser dispensada a **CONTRATADA** de encaminhar um ou mais documentos abrangidos neste item, dispensa esta que só valerá se comunicada formalmente por escrito pelo **TJCE**.

5.4. **CONDIÇÃO GERAL SUSPENSIVA DE PAGAMENTO** – A cada cobrança e como condição de pagamento, a **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente comprovar sua regularidade fiscal, através da entrega dos documentos abaixo:

5.4.1. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e quanto à Dívida Ativa da União, bem como àquela relativa à Seguridade Social, do seu domicílio ou sede, através da Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal, incluindo as contribuições sociais;

5.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede;

5.4.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede;

5.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

5.4.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.5. **NATUREZA JURÍDICA DAS CONDIÇÕES** - As condições acima listadas tem natureza

suspensiva e não se confundem com retenção de pagamentos, de modo que enquanto não atendidas as condições acordadas acima para que a **CONTRATADA** torne-se credora de parcela do contrato, não haverá qualquer valor devido, e, uma vez atendidas todas as condições estabelecidas acima, a **CONTRATADA** tornar-se-á credora e deverá receber sua remuneração contando-se o prazo de vencimento a partir da data de regularização documental e cumprimento da condição.

5.6. PRAZO DE PAGAMENTO - As notas fiscais aprovadas pelo **TJCE** serão liquidadas em até **30 (trinta)** dias corridos, contados da data do ateste da nota fiscal pelo **TJCE**, que depende do recebimento definitivo do objeto e a confirmação de recebimento de todos os documentos exigidos por conta deste contrato.

5.6.1. ATRASO DE PAGAMENTO - Ante eventual atraso de pagamento, será devida atualização monetária entre a data do vencimento e a do efetivo pagamento, com base na mesma regra de reajuste acima.

5.6.2. INTERRUPÇÃO DE PRAZO DE PAGAMENTO - O prazo de pagamento da nota fiscal será interrompido na hipótese de serem constatados erros, falhas ou irregularidades, ou quando estas não estiverem acompanhadas de documentos exigidos nesta cláusula, iniciando a fluir, na sua integralidade, a partir da apresentação de nova nota fiscal correta e da apresentação dos documentos exigidos e após aprovação/atesto pelo **TJCE**, sem prejuízo da continuidade do contrato.

5.6.2.1. IRREGULARIDADE - Constatada a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou apresente justificativa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **TJCE**. Persistindo a irregularidade, o **TJCE** poderá adotar as medidas necessárias à extinção do Contrato, bem como a possibilidade de contratação de remanescente.

5.6.3. DESCONTOS AUTORIZADOS - O **TJCE** poderá deduzir dos valores a serem pagos à **CONTRATADA** quaisquer quantias que lhe forem devidas por esta, promovendo a devida compensação, como, por exemplo, multas por inadimplemento contratual, prejuízos causados pela **CONTRATADA** ou dispêndio por força de condenação subsidiária ou solidária em processos judiciais e/ou extrajudiciais que tenham por base ato ou pessoa do grupo de empregados da **CONTRATADA** e quaisquer outros débitos, além das disposições previstas no **item 15 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

5.6.4. DESCONTOS FISCAIS - O **TJCE**, na qualidade de fonte retentora, descontará e recolherá, nos prazos da Lei, dos pagamentos que efetuar à **CONTRATADA**, os tributos a que esteja obrigada pela legislação vigente.

5.6.5. **COMPROVAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO SIMPLES** - Caso a **CONTRATADA** seja optante do Simples Nacional, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal, declaração ou extrato da consulta atualizada de condição fiscal, respeitando enquadramento correto e normas aplicáveis da Receita Federal, afirmando que está enquadrada no Simples com indicação exata do Anexo que se enquadre.

5.6.6. **COMPROVAÇÃO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA** - Caso a **CONTRATADA** tenha enquadramento que lhe confira imunidade tributária, deverá apresentar juntamente com a nota fiscal - ou descrito no corpo dela - declaração desta condição especial com indicação de fundamentos.

5.6.7. **PROIBIÇÃO DE CESSÃO** - A **CONTRATADA** não poderá fazer cessão dos créditos decorrentes deste contrato, salvo com concordância prévia e formal do **TJCE**.

5.7. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** - Os recursos financeiros serão decorrentes do orçamento de recursos da Secretaria de Administração e Infraestrutura – 04200121 – SEADI, junto à UG 040101 Fermoju, nas seguintes dotações orçamentárias:

04200121.02.061.192.11755.15.449051.1.759.1200070.1.20

04200121.02.061.192.11755.15.449051.2.759.1200070.1.20

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além das demais obrigações estipuladas neste contrato, no **item 16 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)** e na legislação aplicável, está obrigada a **CONTRATADA** a:

6.1. **RESPONSABILIDADE EXECUTIVA** - Planejar, conduzir e executar os serviços com integral atendimento das especificações e prazos estabelecidos neste contrato e no **ANEXO I do Edital (Termo de Referência)**, aplicando elevado padrão de qualidade e confiabilidade, bem como não realizar nenhuma modificação nas especificações dos equipamentos e serviços sem a prévia autorização do **TJCE**;

6.2. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA** – Seguir todas as condições, prazos e orientações de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica estabelecidas no **item 12 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

6.3. **CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, ENTREGA E RECEBIMENTO:** Seguir todas as condições, prazos e orientações definidas para a Entrega dos equipamentos, dispostas nos **itens 6, 7, 8, 9, 10 e 19 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

6.4. **PARÂMETROS EXTRA CONTRATUAIS** - Respeitar as Leis Federais, Estaduais e Municipais relacionadas à realização dos serviços, assim como normas técnicas aplicadas ao

objeto da contratação, isentando a **O TJCE** de qualquer responsabilidade pela inobservância de disposições aplicáveis;

- 6.5. **NOMEAÇÃO DE PREPOSTO** - Constituir formalmente preposto(s) para representá-la na execução do contrato e nas reuniões de definição operacional, através de instrumento escrito conforme modelo do **ANEXO 2 do Termo de Referência (Termo de Nomeação de Preposto)**, salvo se a **CONTRATADA** alocar diretamente nas atividades representante legal instituído pelos documentos de constituição da pessoa jurídica;
- 6.6. **DIREÇÃO DOS TRABALHOS** - Promover supervisão e direção administrativa e técnica na execução do objeto do contrato;
- 6.7. **REGULARIDADE LEGAL** - Cumprir todas as leis aplicáveis e efetuar o pagamento de todos os tributos devidos relacionados à sua atividade (federais, estaduais e municipais) e encargos sociais e/ou previdenciários, assim como remuneração e benefícios de seus empregados ou prepostos;
- 6.8. **INDENIZAÇÕES** - Indenizar o **TJCE** e/ou terceiros por quaisquer danos ou prejuízos causados por seus representantes legais, empregados ou prepostos, por ação ou omissão, bem como por defeito ou falta de qualidade do serviço executado e mesmo por decorrência de retardo, assim como por quaisquer despesas, judiciais ou extrajudiciais, decorrentes da execução das atividades deste contrato, bem como requerer imediata exclusão do **TJCE** de qualquer lide que tenha sido integrada por força de ato ou empregado da **CONTRATADA** ou subcontratada, isentando o **TJCE** de quaisquer ônus porventura havido e indenizando os porventura já ocorridos, tais como custas judiciais, honorários advocatícios e despesas, judiciais e extrajudiciais, devidamente comprovadas, relativas às defesas ou comparecimento em solenidades judiciais;
- 6.9. **HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO** - Manter durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório ou na contratação direta;
- 6.10. **INCONFORMIDADES NA ESPECIFICAÇÃO** - Comunicar formalmente ao **TJCE** sobre quaisquer erros, omissões, incorreções ou discrepâncias que, porventura, sejam encontrados em projetos ou especificações de pedidos ou de descrição do objeto;
- 6.11. **SIGILO** - Manter sigilo sobre todas as informações obtidas por decorrência do presente contrato, sendo proibido reproduzir ou encaminhar a terceiros, salvo se previamente autorizado pelo **TJCE**;
 - 6.11.1. O representante da **CONTRATADA** tomará conhecimento do **TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA** e assinará o documento,

ANEXO I deste Contrato, juntamente com este contrato.

- 6.12. **FISCALIZAÇÃO** - Permitir acesso do **TJCE** em qualquer local onde seja executado serviço para fins de fiscalização e auditoria administrativa e técnica;
- 6.13. **ADEQUAÇÃO TRABALHISTA** - Não utilizar mão de obra em desacordo com as normas legais que tratam do combate à discriminação de raça, gênero, direção/orientação sexual e religião, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assim como observar e fazer cumprir rigorosamente todas as leis trabalhistas, previdenciárias, tributárias e outras aplicáveis por conta do emprego de profissionais na execução das atividades, além das normas coletivas da(s) categoria(s) envolvidas;
- 6.14. **AJUSTE DE TRABALHOS** - Atender prontamente as recomendações do **TJCE** no sentido de alterar os métodos empregados na execução dos serviços, caso os métodos originalmente estabelecidos se mostrem inadequados ou ineficientes para o cumprimento dos prazos e resultado satisfatório na execução dos serviços, sem quaisquer custos adicionais, podendo negar-se a fazê-lo apenas quando a determinação do **TJCE** significar descumprimento à Lei ou norma técnica de execução ou a alteração for de significativo impacto em custos;
- 6.15. **EQUIPE DE TRABALHO** - Quanto à equipe responsável pela execução dos serviços objeto do presente contrato, cabe obrigatoriamente à **CONTRATADA**:
- 6.15.1. Recrutar em seu nome e sob sua inteira responsabilidade os profissionais necessários para execução do objeto do contrato;
 - 6.15.2. Manter, durante a vigência do contrato, equipe composta por profissionais devidamente capacitados e treinados nas atividades que lhes forem incumbidas, devidamente identificados, possibilitando o adequado cumprimento do objeto deste contrato;
 - 6.15.3. Respeitar as regras de acesso às instalações do **TJCE** e orientar os profissionais para que não transitem ou permaneçam em áreas diferentes daquelas indicadas e permitidas pelo **TJCE**, para acesso e execução dos serviços;
 - 6.15.4. Manter o registro dos seus empregados permanentemente atualizado em formato admitido pelo Ministério do Trabalho, apresentando prontamente ao **TJCE**, sempre que solicitado pela mesma, bem como e as anotações da Carteira Profissional de cada empregado;
 - 6.15.5. Assumir, direta e exclusivamente, responsabilidade pelos danos causados em acidentes de trabalho, ou acidentes envolvendo terceiros, que eventualmente venham a ocorrer por conta da execução do objeto deste contrato;

- 6.15.6. Responsabilizar-se pelo transporte dos bens alocados no trabalho, inclusive em casos de paralisação de transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução do contrato em regime extraordinário;
- 6.15.7. Disponibilizar acesso a todos empregados, documentação relativa ao cumprimento das obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, técnica, entre outras, referentes aos profissionais da equipe alocada neste contrato, insumos utilizados e trabalhos realizados, bem como a sistemas públicos ou privados que guardem informações relevantes sobre a regularidade trabalhista da CONTRATADA;
- 6.15.8. Observar e fazer cumprir a política de gestão integrada do **TJCE**.
- 6.16. **CORREÇÃO DE DEFEITOS OU FALHAS** - Corrigir quaisquer defeitos ou falhas nos serviços executados e substituir materiais porventura fornecidos que apresentarem qualquer tipo de falha ou impropriedade para a aplicação pretendida, inclusive durante a garantia técnica prevista no **item 12 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**;
- 6.16.1. **EXECUÇÃO DIRETA INDENIZÁVEL** - Em caso de descumprimento de obrigação prevista neste subitem, poderá a **O TJCE** executar, direta ou indiretamente, o objeto do contrato ou a correção necessária, cobrando as despesas correspondentes, devidamente corrigidas, permitida a retenção de créditos da **CONTRATADA**.
- 6.17. **TRANSIÇÃO DO SERVIÇOS PRESTADOS** - Repassar, quando do período de transição inicial e/ou final do contrato, ou quando solicitado pelo **TJCE**, aos profissionais indicados pelo **TJCE**, os documentos, procedimentos e demais informações necessárias para continuidade dos serviços prestados na vigência do contrato.
- 6.18. **SUSTENTABILIDADE** - Atuar de forma que suas ações, direta ou indiretamente, relacionadas a este contrato, atendam às normas ambientais pertinentes e de segurança, adotando formas de intervenção que evitem o impacto ambiental ou acidentes de quaisquer naturezas, em cumprimento às orientações e diretrizes do **TJCE**, legislação vigente e requisitos de sustentabilidade dispostos no **item 13 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**;
- 6.19. **UTILIZAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS** - Guardar e manusear cuidadosamente os materiais e equipamentos que porventura sejam disponibilizados pelo **TJCE** para a execução dos serviços, obrigando-se a repor, por sua conta exclusiva e sem prejuízo dos prazos estipulados, aqueles que, sob sua guarda, forem danificados ou extraviados, obrigando-se a devolver o acervo remanescente ao final de cada utilização ou do prazo de vigência do contrato, conforme seja requerido pelo **TJCE**;
- 6.20. **CREDENCIAIS DE ACESSO AO SISTEMA** - Zelar pela utilização restrita das credenciais

de acesso – login e senha - aos sistemas do **TJCE** de modo que só sejam utilizadas por representante da **CONTRATADA** devidamente autorizado, comprometendo-se em trocar a senha de acesso, gerenciar e atualizar seus usuários, e avisar imediatamente qualquer suspeita de indevida utilização de acesso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO TJCE

7. Além das demais obrigações estipuladas neste Termo de Contrato, no **item 17 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)** e na legislação aplicável, caberá ao **TJCE**:

- 7.1. **GARANTIA DE ACESSO** - Permitir o acesso da **CONTRATADA** aos materiais e/ou locais necessários à execução e entrega do(s) objeto(s) contratado(s), desde que atendidos os pré-requisitos, normativos ou exigidos neste contrato e seus anexos, para liberação de acesso;
- 7.2. Fornecer local para a guarda de materiais, equipamentos e utensílios da **CONTRATADA**;
- 7.3. Disponibilizar à **CONTRATADA** normas e regulamentos internos aplicáveis aos locais de entrega.

CLÁUSULA OITAVA – DA MATRIZ DE RISCOS

8. Deverão as partes observar a matriz de riscos anexada ao presente contrato e tomar as medidas preventivas e de contingenciamento relacionadas aos fatores de risco indicados conforme respectivas responsabilidades determinadas.

CLÁUSULA NONA - DOS CASOS OMISSOS

9. Os casos omissos serão decididos pelo **TJCE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES DESTE CONTRATO

10. O presente contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes ou unilateralmente pelo **TJCE** nos limites da Lei.

10.1. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO UNILATERAL:

- 10.1.1. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- 10.1.2. quando necessário acréscimo ou supressão do quantitativo de objeto, até o limite de

25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento);

10.2. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO POR ACORDO, especialmente nos seguintes casos:

- 10.2.1. quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- 10.2.2. quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 10.2.3. quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço.
- 10.2.4. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

10.3. AJUSTES PRÉ-ACORDADOS - A CONTRATADA concorda em manter estrutura capaz para adição de objeto e admite desde já acréscimos quantitativos nas mesmas condições deste contrato até o limite acima estabelecido.

10.4. EXCLUDENTE DE CUSTO DE ADITIVO - A ocorrência de fato previsto na matriz de risco anexa a este contrato cuja responsabilidade de prevenção ou contingência caiba à CONTRATADA não admite aditivo que importe em acréscimo de custos ao **TJCE**.

10.5. CLÁUSULA DE QUITAÇÃO - Em qualquer caso de aditivo, será adicionada a seguinte cláusula de quitação ao instrumento de aditamento contratual:

10.6. “A CONTRATADA dá ao TJCE, neste ato, plena, rasa e geral quitação de todas as obrigações correspondentes ao período compreendido entre o início da vigência contratual até a presente data, relativos ao contrato acima mencionado, para nada reclamar, sob qualquer título ou pretexto, em juízo ou fora dele”.

- 10.6.1. Caso exista alguma obrigação pendente de pagamento ou análise financeira em possível proveito à **CONTRATADA**, poderá ser objeto de ressalva na cláusula de quitação, acrescendo-se, ao final do texto acima a continuação:

“, ressaltando-se o(s) pagamento(s) pendente(s) relacionado a: _____”

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

11. O presente contrato terá vigência de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos** com eficácia a partir da expedição de ordem de serviço (OS), sendo: 90 (noventa) dias consecutivos para execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e Recebimento Provisório, 30 (trinta) dias consecutivos para expedição do Recebimento Definitivo dos serviços e mais 60 (sessenta) dias consecutivos para procedimentos administrativos necessários à finalização do vínculo contratual entre **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**. O prazo deverá ser rigorosamente observado, admitindo-se prorrogação nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto determinado contratado não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis de glosa e/ou penalização no caso de culpa do **CONTRATADO** pelo atraso.

11.2. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

11.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

11.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando a **CONTRATADA** tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

11.5. **PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO** - O(s) prazo(s) de execução é(são) o(s) previsto(s) no **ANEXO I do Edital** (Termo de Referência).

11.5.1. Não é obrigatória a concessão de extensão do prazo de execução caso o **TJCE** recuse o objeto(s) em desacordo com o projeto e/ou especificações, cabendo a esta decidir se concede prazo adicional para regularização, aplica sanções e/ou rescinde o presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

12. Quanto às penalidades, deve-se observar o disposto nesta cláusula, no **item 21 do Anexo I do Edital** (Termo de Referência) e na legislação aplicável.

12.1. Ante eventual inadimplemento na execução deste contrato, a **CONTRATADA** estará sujeita às seguintes sanções administrativas, conforme previsto no artigo 156 da Lei 14.133/21:

12.1.1. Advertência;

12.1.2. Multa;

12.1.2.1. Moratória: nos termos do artigo 162, caput e parágrafo único, da Lei n. 14.133/21, a ser aplicada à fornecedora no valor percentual correspondente na tabela abaixo:

ITEM	CONDUTA	PENALIDADE
1	Atraso injustificado na entrega de documentações previstas no Termo de Referência, quando não haja previsão de conduta específica;	Multa de 0,1% do valor global do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, devendo ser aplicado, no máximo, 10% do valor global do contrato.
2	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	<p>A multa moratória será calculada da seguinte forma: $M = (0,33\% \times Da) \times VFA$.</p> <p>Onde: M = valor da multa; Da = dias de atraso no período apurado (vide fórmula abaixo); VFA = valor financeiro em atraso do período apurado (vide fórmula abaixo).</p> <p>OBS: O valor do fator $(0,33\% \times Da)$ é limitado a 20%.</p> <p>Os dias em atraso (Da) serão calculados pela fórmula: $Da = DPC \times (Qp - Qm) / Qp$ O valor financeiro em atraso (VFA) será calculado pela fórmula: $VFA = (Qp - Qm)$</p> <p>Onde: DPC = dias previstos no cronograma para executar a quantia financeira prevista no período apurado; Qp = quantia financeira prevista para pagamento da obra no período apurado, conforme cronograma; Qm = quantia financeira correspondente a soma dos itens efetivamente executados no período apurado.</p> <p>Caso o valor financeiro em atraso VFA de cada período atingir mais de 50% (cinquenta por cento) do valor total previsto para o respectivo período da obra, o TRIBUNAL PODERÁ extinguir o Contrato por culpa da CONTRATADA e aplicar a multa de extinção do Contrato de até 10% (dez por cento) do valor global do contrato.</p>

12.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

12.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.2.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.2.4. os danos que dela provierem para o **TJCE**;

12.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente.

12.4. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.6. **NÃO LIMITAÇÃO E OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR** – As penalidades estabelecidas nesta cláusula não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem a responsabilidade da **CONTRATADA** por perdas e danos que causar ao **TJCE** em consequência do inadimplemento, que poderão ser cobradas a qualquer tempo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO

13. O contrato será extinto no caso de não execução ou descumprimento de quaisquer das suas cláusulas por parte da **CONTRATADA**, independentemente da aplicação de sanções ou concessão de prazo para regularização, exclusivamente a critério do TJCE.

- 13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

14. A **CONTRATADA** não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA FINANCEIRA

15. A **CONTRATADA** deverá submeter à Coordenadoria Central de Contratos e Convênios do TJCE, no prazo máximo de um mês, contados a partir da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, garantia da contratação no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, na forma do art. 96, §1º da Lei 14.133/2021

- 15.1. **VIGÊNCIA ESTENDIDA DA GARANTIA** - Esta garantia deverá valer por todo o período de vigência do contrato e por mais 03 (três) meses após o término dela e, havendo aditamento de prazo e/ou valor, a **CONTRATADA** deverá apresentar garantia adicional, nas mesmas condições e proporção do aditamento, de forma a atender ao novo prazo/valor contratado adicionado da extensão prevista neste, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo aditivo.

- 15.2. **COBERTURA OBRIGATÓRIA** - Não será admitida a existência de cláusulas que restrinjam ou atenuem a responsabilidade do segurador ou fiador, no caso de seguro-garantia ou fiança bancária, que deve comportar necessariamente a cobertura de:

- 15.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 15.2.2. prejuízos causados ao **TJCE** ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 15.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo **TJCE** à **CONTRATADA**;
- 15.2.4. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

- 15.3. **COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA** - Caso a garantia, ou parte dela, seja utilizada em pagamento de qualquer obrigação, inclusive multas contratuais ou indenizações a terceiros, a **CONTRATADA** obriga-se a complementá-la, no valor correspondente ao efetivamente utilizado, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data em que for notificada pelo **TJCE**;

- 15.4. **IRREGULARIDADE NA GARANTIA** - O retardamento, a falta da apresentação, complementação ou a não substituição da garantia, além de consistir em possível motivo para rescisão imediata deste contrato, é causa suspensiva da sua execução e da realização de pagamentos, sem prejuízo da aplicação de sanções.
- 15.5. **ATUALIZAÇÃO DA CAUÇÃO EM DINHEIRO** - Quando apresentada em dinheiro, a garantia será devolvida atualizada monetariamente pelo INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor emitido pelo IBGE.
- 15.6. **DEVOLUÇÃO E EXTINÇÃO DA GARANTIA** - São requisitos para liberação da garantia contratual o decurso do prazo acima previsto após o término do contrato.
- 15.6.1. Comprovação, pela **CONTRATADA**, do cumprimento integral das obrigações contratuais e a quitação de encargos correspondentes.
- 15.7. **NATUREZA DA GARANTIA** - A garantia prevista nesta cláusula não se confunde, nem exclui ou substitui as garantias legais e técnicas porventura incidentes sobre o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- 16.1. O **TJCE** e a **CONTRATADA** se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:
- 16.1.1. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º e/ou 11 c/c 23 da Lei 13.709/2018;
- 16.1.2. O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da ANPD;
- 16.1.3. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento

dos Dados Pessoais disponibilizados pelo O TJCE e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo O TJCE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

16.2. As partes responderão administrativa e judicialmente na hipótese de causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

16.2.1. O eventual acesso, pela **CONTRATADA**, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a **CONTRATADA** e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

16.2.2. A **CONTRATADA** declara que se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **TJCE**.

16.3. No prazo de até 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência, a **CONTRATADA** fica obrigada a informar ao O **TJCE** qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, inclusive acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, de modo a possibilitar a adoção das providências devidas, dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados, bem como o atendimento de questionamentos das autoridades competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESPONSABILIDADES – ANTICORRUPÇÃO

17. Em demonstração de responsabilidade e comprometimento ético, a **CONTRATADA** declara, através da assinatura do presente contrato:

17.1. Conhecer e concordar integralmente com o que dispõe a legislação sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, pelo que se comprometem a zelar por esta;

17.2. Que seus diretores, executivos ou empregados não ofereceram, prometeram, deram, autorizaram, solicitaram ou aceitaram qualquer valor pecuniário indevido ou outra vantagem, de qualquer tipo, e evitarão atos desta natureza relacionados ao presente contrato e tomaram as medidas necessárias para estender estas precauções aos seus representantes e empregados e prevenir subcontratados, agentes ou terceiros;

17.3. Que não vão oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem,

qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios, de quaisquer espécies, relacionado às execuções ou faturamentos deste contrato, garantindo que seus prepostos, empregados e subcontratados ajam da mesma forma;

- 17.4. Que não visam a obtenção de vantagens ou benefícios indevidos oriundos de modificações ou prorrogações deste contrato, nem pretendem dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;
- 17.5. Que se comprometem em, na hipótese de indícios de descumprimento dos deveres estipulados nesta cláusula ou violação ao que dispõe a legislação, promover e colaborar com procedimento administrativo para apurar as responsabilidades;
- 17.6. Concordam que, se constatada qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula e na legislação, a infratora será responsabilizada objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos praticados, não excluindo a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito, na medida da sua culpabilidade;
- 17.7. Na esfera administrativa, será aplicada à **CONTRATADA** responsável pelos atos lesivos – configurados por qualquer ato de empregado, dirigente ou preposto, mesmo em caso de infração desta cláusula que não tenha gerado prejuízo - previstos nesta cláusula a sanção de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação, bem como publicação extraordinária da decisão condenatória;
- 17.8. A aplicação das sanções não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado e demais cominações previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18. A execução do contrato será acompanhada por representantes do **TJCE**, definidos como Gestor e Fiscal(is) do Contrato, que manterão comunicação com o representante indicado pela **CONTRATADA**, seguindo as orientações definidas no **item 18 do Anexo I do Edital (Termo de Referência)**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19. Adicionalmente às cláusulas acima estipuladas, incorporam a este contrato as seguintes disposições:

- 19.1. **MANUTENÇÃO E EXTENSÃO DE OBRIGAÇÕES** - este contrato é firmado em caráter irrevogável e irretratável, mantendo a **CONTRATADA** todas as obrigações contidas neste instrumento mesmo em caso de agregação de outros executores ou subcontratação, obrigando-se as partes por si e seus sucessores.
- 19.2. **PREVALÊNCIA DOS TERMOS CONTRATUAIS** - Os termos do presente contrato

representam o fiel e completo ajuste entre as partes, prevalecendo sobre quaisquer entendimentos, formais ou informais, anteriores ou baseados nos seus anexos.

19.3. **FORMA DE COMUNICAÇÃO** - As comunicações relativas ao presente contrato de fatos ou definições que não tenham participado ambas as partes, deverão ser feitas por escrito, preferencialmente de forma eletrônica, e encaminhadas diretamente aos representantes legais da outra parte, prepostos, fiscais ou gestores previamente informados por escrito.

19.4. **POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO** - Em qualquer caso de identificação pelo **TJCE** de anomalia de desenvolvimento da obra ou perda de performance ou qualquer tipo de dúvida em relação ao objeto, assim como identificação de surgimento ou crescimento de situação de risco, poderá a **O TJCE** suspender o presente contrato pelo prazo de até 30 (trinta) dias em razão de cada anomalia ou risco identificado, não gerando à **CONTRATADA** direito à indenização ou compensação pelo período suspenso.

19.5. **TOLERÂNCIA E NOVAÇÃO** - Qualquer tolerância de uma das partes na exigência do cumprimento do presente contrato não constituirá novação, renúncia tácita ou extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ANEXOS

20. Os documentos abaixo ficam fazendo parte do presente contrato, obrigando-se as partes a observarem e promoverem seu atendimento, porém não prevalecerão sobre suas Cláusulas expressas deste instrumento contratual:

20.1. **Anexo I (Modelo Termo de Compromisso de Sigilo e Normas de Segurança)**

20.2. **Anexo II (Proposta da Contratada);**

20.3. **Anexo III (Ficha de dados do Representante legal);**

20.4. **Anexo IV (Matriz de Riscos);**

20.5. Além dos documentos acima, são partes integrantes do presente contrato o processo que originou esta contratação, incluindo proposta da **CONTRATADA** e demais documentos que acompanharam a licitação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21. As partes elegem o Foro da Comarca de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, que será o competente para dirimir eventuais conflitos acerca deste contrato, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



E assim, após lerem e concordarem, as partes assinam este contrato em via única eletrônica, para que surta seus efeitos jurídicos.

Fortaleza, __ de _____ de ____

Pela CONTRATANTE:

Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto
PRESIDENTE DO TJCE

Pedro Ítalo Sampaio Girão
Secretário de Administração e Infraestrutura

Pela CONTRATADA:

Representante Legal

ANEXO I DO CONTRATO

MODELO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA

TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, com sede na Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Bairro Cambé, Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou O TJCE, neste ato representado por sua(seu) Presidente, Des(a). _____ e por seu(sua) Secretário(a) de Administração e Infraestrutura, _____, e a empresa _____, representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade n. _____/_____, CPF n. _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ sob o número _____, daqui por diante simplesmente denominada **CONTRATADA**.

CONSIDERANDO que, em razão do contrato N.º ____/____ doravante denominado contrato PRINCIPAL, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do O TJCE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do O TJCE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao contrato principal, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela **CONTRATADA**, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo **TJCE**, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do contrato principal celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salva-guarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:



Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo TJCE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

A **CONTRATADA** declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO (TCMS), emitido por ocasião da assinatura do contrato nº ____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local e data

Assinatura



**ANEXO II DO CONTRATO
PROPOSTA DA CONTRATADA**

(Inserir proposta ajustada ao valor homologado)

ANEXO III DO CONTRATO
FICHA DE DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Dados pessoais do(s) representante(s) e/ou procurador(es), devidamente habilitados, da futura CONTRATADA, indicado(s) para assinatura do Termo de Contrato:

NOME	:	
NACIONALIDADE	:	
DE	:	
ESTADO CIVIL	:	
PROFISSÃO	:	
RG	:	
CPF	:	
DOMICÍLIO	:	
CIDADE	:	
UF	:	
FONE	:	
FAX	:	
CELULAR	:	
E-MAIL	:	



ANEXO IV DO TERMO DE CONTRATO
MATRIZ DE RISCOS

ANEXO 1 – Matriz de Risco

Tipo de Risco	Descrição do Risco	Probabilidade	Impacto	Classificação do Risco	Ações Preventivas	Responsável pela Prevenção	Ações Corretivas	Responsável pelo Contingenciamento	Alocação do Risco
Planejamento	Exigências desnecessárias ou restritivas no edital	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Realizar a elaboração dos documentos que compõem a fase interna da licitação conforme a legislação vigente	Gerência de Planejamento de Infraestrutura / Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de Contratações	Em caso de impugnação, republicação do certame, com a revisão dos itens de qualificação técnica	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Planejamento	Certame licitatório deserto ou fracassado	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Correto planejamento das exigências para a contratação	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Verificar junto às empresas do ramo de atividade quais seriam os motivos do desinteresse pelo serviço no caso da licitação deserta; revisão dos valores estimados no caso de licitação fracassada para uma possível repetição do certame.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Planejamento	A descrição dos itens serem insuficientes, ou os itens estarem mal descritos, levando a administração pública a adquirir produtos/serviços de qualidade inferior à pretendida	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Descrever minuciosamente os itens a serem licitados	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Atentar-se a descrição dos itens de modo a não direcionar a licitação e nem correr o risco de o item ficar frustrado.	Agente de Contratação/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Contratual	Impossibilidade de emissão da ordem de serviço para execução dos serviços de marcenaria sob medida, em razão de restrições de responsabilidade do TJCE, tais como: indisponibilidade de acesso às unidades, interdição de áreas internas, ocupação dos locais destinados à instalação dos mobiliários, ou necessidade de ajustes prévios nas estruturas físicas que não estejam previstos contratualmente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Verificar antes da emissão da Ordem de Serviço, se há algum impedimento para início da execução dos serviços nos prazos determinados na contratação.	SEADI	Resolver as restrições que impedem o início material dos serviços.	SEADI	Contratante
Contratual	A empresa vencedora do certame, quando convocada, não assinar o contrato.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Observar o prazo de validade da proposta e encaminhar o contrato para assinatura dentro desse período, conforme Art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sob pena de perda do direito à contratação e aplicação de sanções.	SEADI/Prestadora de Serviços	Aplicar as sanções cabíveis e, se vantajoso, convocar a segunda colocada conforme art. 90 da Lei nº 14.133/2021.	SEADI	Prestadora de Serviços

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇOS

Pág. 30/38

Planejamento	Atrasos na execução dos serviços ou custos adicionais por necessidade de retrabalho ou correções, contratados.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Acompanhamento contínuo da execução contratual pela equipe de fiscalização.	GFM/Gerência de Planejamento de Obras e Manutenção	Revisar plantas, roteiros, especificações e memoriais para corrigir falhas ou omissões identificadas.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante e Prestadora de Serviços
					Revisão e validação prévia dos documentos técnicos pela Administração antes da contratação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Para regime de execução de empreitada por preço unitário: a alteração contratual deverá ser avaliada pela fiscalização.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	
					Análise prévia da documentação técnica pela prestadora e comunicação imediata à fiscalização sobre inconsistências.	Prestadora de Serviços			
Execução	Atraso na entrega	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Cronograma validado pela fiscalização, prazos compatíveis com a complexidade, e monitoramento periódico da execução.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Glosa proporcional, reprogramação com novo cronograma, advertência formal e abertura de processo para penalidades em caso de reincidência.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Prestadora de Serviços
Execução	Dificuldades logísticas para carga, transporte e descarga	Possível Valor 2	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Cronograma de transporte considerando a distância e a quantidade de material a ser transportado	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Prestadora de Serviços	Ajustes no planejamento logístico; análise de prorrogação contratual em caso de força maior comprovada.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Prestadora de Serviços	Prestadora de Serviços
Execução	Fiscalização inadequada do contrato	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Designação formal de fiscal, capacitação adequada, definição clara de responsabilidades e rotina de acompanhamento periódico.	Diretoria de Infraestrutura	Substituição ou reforço da equipe de fiscalização, emissão de notificações à contratada, registro de ocorrências e ajuste imediato dos desvios identificados.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante
Execução	Falta de transparência na execução do contrato	Possível Valor 02	Médio Valor 2	Risco Moderado Valor 4	Exigência de relatórios periódicos, padronização dos registros contratuais e adoção de mecanismos de transparência e comunicação entre as partes.	Diretoria de Infraestrutura	Solicitação imediata de informações pendentes, regularização documental, reforço nos controles e advertência formal à contratada, se cabível.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante
Execução	Descumprimento das cláusulas contratuais	Possível Valor 02	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Revisão detalhada das cláusulas contratuais. Reuniões periódicas com a prestadora de serviços.	Diretoria de Infraestrutura	Penalidades contratuais	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Prestadora de Serviços
Execução	Não conformidade com especificações técnicas	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Análise técnica rigorosa das propostas e exigência de amostras ou documentos comprobatórios de conformidade, quando aplicável.	Diretoria de Suporte ao Planejamento e de Gerenciamento de	Correção imediata dos serviços em desconformidade sem ônus; fiscalização reforçada; registro e notificação formal; e, em caso	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Prestadora de Serviços

						Contratações/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	de reincidência, instauração de processo para penalidades.		
					Fiscalizar a execução desde o início, conferindo continuamente a aderência às especificações previstas no termo de referência e demais documentos.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção			
Execução	Execução dos serviços com qualidade abaixo da especificada na contratação e/ou em desacordo com as plantas de locação, roteiros de execução, especificações técnicas, memoriais descritivos, normas técnicas aplicáveis e legislação vigente.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Fiscalizar continuamente a execução dos serviços, realizando visitas in loco.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Notificação imediata à prestadora para correção e aplicação das sanções contratuais, se cabível	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenad oria Central de Contratos e Congêneres	Prestadora de Serviços
					Prever, dentre as cláusulas do contrato, sanções que contemplem esta situação.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura			
Execução	Responsabilidade civil por danos ou prejuízos causados a terceiros na execução dos serviços.	Remota Valor 01	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Prever, dentre as cláusulas contratuais, que a prestadora de serviços será responsável integralmente por danos materiais ou pessoais causados a terceiros durante a execução dos serviços. Exigir comprovação de seguro de responsabilidade civil, se aplicável.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de danos ou acidentes, exigir que a prestadora adote as providências legais e arque integralmente com os custos, sem ônus para o contratante.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Diretoria de Infraestrutura/Coordenad oria Central de Contratos e Congêneres	Prestadora de Serviços
					Verificar uso de EPIs, sinalização e controle de acesso para prevenir riscos durante as vistorias. Comunicar formalmente a prestadora ao identificar descumprimento das normas de segurança. Instaurar processo administrativo em caso de reincidência, com possibilidade de sanções, suspensão ou rescisão contratual.				
Ambiental	Atraso na execução dos serviços e prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros decorrentes de fenômenos climáticos.	Remota Valor 1	Médio Valor 2	Risco Baixo Valor 3	Prever, dentre as cláusulas da contratação, que a prestadora de serviços será responsável pelos prejuízos decorrentes de incêndios, alagamentos ou outros fenômenos climáticos que impactem a execução dos serviços, salvo comprovada situação de força maior sem culpa da PRESTADORA DE SERVICOS.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Solicitar que a prestadora de serviços providencie a recuperação dos danos e a entrega do objeto conforme as condições originalmente previstas na contratação, sem ônus adicional para a Administração. Em caso de comprovada ocorrência de	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção	Contratante e Prestadora de Serviços

					Poderá ser exigida, se aplicável, a contratação de seguro de responsabilidade civil.		fenômeno climático sem negligência da prestadora de serviços, poderá ser concedida a prorrogação dos prazos contratuais, nos termos da legislação vigente.		
Mercado	Atrasos na execução dos serviços decorrentes de escassez ou demora no fornecimento de materiais e insumos disponíveis no mercado.	Possível Valor 2	Alto Valor 3	Risco Elevado Valor 5	Prever no Termo de Referência que a PRESTADORA DE SERVIÇOS realize as compras de materiais de forma antecipada para atender ao prazo de execução dos serviços.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Em caso de solicitação de prorrogação de prazo de execução por parte da PRESTADORA DE SERVIÇOS, a Administração deverá avaliar se os prazos indicados pelos fornecedores de materiais e serviços preenchem os requisitos de excepcionalidade previstos contratualmente. A PRESTADORA DE SERVIÇOS deverá apresentar documentos comprobatórios da emissão tempestiva de ordens de compra ou solicitações de fornecimento, compatíveis com o cronograma de execução. Caso comprovada a excepcionalidade, a prorrogação do prazo de execução poderá ser autorizada. Caso contrário, deverá ser avaliada apenas a possibilidade de prorrogação da vigência contratual, sem extensão do prazo de execução. Na ausência de justificativas adequadas, o atraso será considerado injustificado, com aplicação das penalidades previstas.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Contratante e Prestadora de Serviços
Mercado	Aumento extraordinário nos custos de insumos de material que compõem a execução do contrato, decorrentes de alterações tributárias, políticas públicas ou fatos extraordinários devidamente comprovados, que resultem em aumento de preços superiores aos índices de reajuste contratual ou	Remota Valor 1	Baixo Valor 1	Risco Baixíssimo Valor 2	Prever no contrato cláusulas que permitam o reestabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro em caso de alta de preços de insumos de materiais por fatos extraordinários devidamente comprovados.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Analisar e deferir solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro relativas à alta extraordinária de preços dos insumos de materiais resultantes de fatos extraordinários devidamente comprovados, que impactem o contrato além dos percentuais de reajuste.	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Contratante

	altas superiores aos limites determinados nas análises de reequilíbrio econômico-financeiro.								
Financeiro	Risco de Inadimplência da Contratante	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Licitação dos serviços somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente. Prever cláusula de atualização financeira para o caso de atraso no pagamento à PRESTADORA DE SERVIÇOS.	SEADI/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Pagar a devida correção monetária. Prorrogar prazo em função de paralisação da execução dos serviços pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas adimplidas.	Secretaria de Finanças/ SEADI/ Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Contratante
Contratual	Rescisão ou anulação do contrato, por culpa da Prestadora de Serviços	Remota Valor 1	Alto Valor 3	Risco Moderado Valor 4	Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação.	Gerência de Planejamento de Infraestrutura/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres	Realizar a contratação do remanescente dos serviços, nos termos da lei de licitações ou a CONTRATANTE executar diretamente os serviços remanescente e cobrá-los o ressarcimento judicialmente à PRESTADORA DE SERVIÇOS inadimplente.	SEADI/Gerência de Planejamento de Infraestrutura	Prestadora de Serviços
					Instaurar processo para aplicação das penalidades à Prestado de Serviços	Gerência de Fiscalização de Obras e Manutenção/ Coordenadoria Central de Contratos e Congêneres			

Critérios para avaliação e classificação de impactos de riscos:

Probabilidade	Definições Adotadas para classificação
Alto	Coloca pessoas em Risco Físico, e/ou consiste em prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-fim do TJCE.
Médio	Coloca patrimônio em Risco, e/ou pode ser interpretada como prática ilícita, e/ou compromete imediatamente atividades-meio ou certamente a médio/longo prazo atividades-fim do TJCE.
Baixo	Compromete fluxo de procedimentos; e/ou retarda processos internos; e/ou outro risco não enquadrado nas demais classificações.

Critérios para avaliação e classificação de probabilidades de riscos:

Probabilidade	Definições Adotadas para classificação
Provável	Quase certo de que acontece. Existem condições históricas de repetição ou de elementos combinados no momento que indicam que deve ocorrer.
Possível	Se repete a intervalos de tempo ou de atos que despertam o risco (“gatilhos”).
Remota	Não mantém repetição monitorável ou previsível e sua ocorrência é rara. Para ocorrer, precisa combinar situações excepcionais.

Matriz ilustrada:

Probabilidade Impacto	Provável Valor 3	Possível Valor 2	Remota Valor 1
Alto Valor 3	Risco extremo Somatório de Valor 6	Risco elevado Somatório de Valor 5	Risco moderado Somatório de Valor 4
Médio Valor 2	Risco elevado Somatório de Valor 5	Risco moderado Somatório de Valor 4	Risco baixo Somatório de Valor 3
Baixo Valor 1	Risco moderado Somatório de Valor 4	Risco baixo Somatório de Valor 3	Risco baixíssimo Somatório de Valor 2



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GERENCIA DE PLANEJAMENTO DE INFRAESTRUTURA

RECONHECIMENTO DE DOCUMENTOS EXTERNOS

Por meio deste, **nós**, abaixo identificados, declaramos que as informações contidas nos documentos listados a seguir são verdadeiras e correspondem ao seu conteúdo original:

1. **Documento:** Documento de Formalização de Demanda - DFD/DOD
Código SEI: 0371865
2. **Documento:** Estudo Técnico Preliminar - ETP
Código SEI: 0371888
3. **Documento:** Anexo A
Código SEI: 0371910
4. **Documento:** Anexo B
Código SEI: 0371926
5. **Documento:** Anexo C
Código SEI: 0371931
6. **Documento:** Termo de Referência - TR
Código SEI: 0371981
7. **Documento:** Anexo D
Código SEI: 0371991
8. **Documento:** Anexo E
Código SEI: 0372010
9. **Documento:** Anexo F
Código SEI: 0372023
10. **Documento:** Anexo G
Código SEI: 0372033
11. **Documento:** Anexo H
Código SEI: 0372037

Reconhecemos ainda a responsabilidade pela veracidade e integridade dessas informações, sobretudo em razão da impossibilidade de assinatura direta em arquivos em PDF dentro do SEI/TJCE.

Danielle Alexandre Carneiro

Diretora de Infraestrutura – em responsência

Jane Lima de Figueirêdo Barroso
Gerente de Planejamento de Infraestrutura

Franuel de Sousa Silva
Técnico Judiciário

Pedro Ítalo Sampaio Girão
Secretário de Administração e Infraestrutura

Para tanto, firmamos esta declaração eletronicamente no SEI/TJCE.

Fortaleza, 15 de outubro de 2025.

Assinatura Eletrônica ou Digital



Documento assinado eletronicamente por **FRANUEL DE SOUSA SILVA**, **Servidor**, em 15/10/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JANE LIMA DE FIGUEIREDO BARROSO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIELLE ALEXANDRE CARNEIRO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO ITALO SAMPAIO GIRÃO**, **Gestor de Unidade**, em 15/10/2025, às 20:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei-adm.tjce.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0372060** e o código CRC **BDF643CD**.
